

Género e Governo Local

em Moçambique

Editado por Eduardo Namburete

A Gender Links (GL) é uma ONG da África Austral comprometida com uma região em que as mulheres e os homens são capazes de participar igualmente em todos os aspectos da vida pública e privada de acordo com o articulado no Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento.

Género e Governo Local em Moçambique
© Direitos do Autor 2010 Gender Links.
ISBN: 978-0-9869880-4-2

Gender Links
9 Derrick Avenue
Cyrildene, 2198
Johannesburg, South Africa
Phone: 27 (11) 622 2877
Fax: 27 (11) 622 4732
Email: governance@genderlinks.org.za
Website: www.genderlinks.org.za

Editor: Eduardo Namburete
Foto de Capa: Mulheres em Itoculo dançando by Ivone Soares
Foto de contracapa: Embarcação no porto-cais da catembe
by Eduardo Namburete
Desenho e paginação: Top Art Graphics & Promotions cc
Patrocinadores: Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional (DANIDA) e UKaid do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Governo do Reino Unido.

Este relatório foi produzido com o apoio financeiro da Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional (DANIDA) e UKaid do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Governo do Reino Unido. Os pontos de vista aqui expressos são da Gender Links e, portanto, não podem, de nenhuma maneira serem tomados como reflectindo a opinião oficial da DANIDA ou do UKaid.

CONTEÚDOS

AGRADECIMENTOS **3**
BIOGRAFIA DOS PESQUISADORES **4**
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS **5**
PREFÁCIO **6**

1. VISÃO GERAL 50/50 até 2015 **7**
Género, democracia e governação local 10
Os que os membros das Assembléias Municipais disseram: 12
Existe relação entre género e democracia?
Racional da pesquisa 13
Estrutura do relatório 14

2. CONCEITOS, CONTEXTO E METODOLOGIA **17**
Quadro conceptual: Acesso, participação, transformação 18
Perfil do país 22
Governo local em Moçambique 26
Metodologia da pesquisa 30

3. ACESSANDO O GOVERNO LOCAL **35**
Ausência de mulheres no governo local 36
Barreiras para o acesso 37
Estratégias para a mudança 42
Conclusões 46

4. PARTICIPAÇÃO **47**
Medindo a participação 48
Barreiras para a participação 53
Factores facilitadores 58
Conclusões 60

5. FAZENDO A DIFERENÇA **61**
O que as mulheres trazem para a política 63
Atitudes dos homens 69
Conclusões 70

6. GÉNERO NO TRABALHO DAS ASSEMBLÉIAS MUNICIPAIS **71**
Como é que funciona o governo local 72
O trabalho das Assembléias Municipais através das lentes do género 75
Conclusões 80

CONTEÚDOS

7. DA PRÁTICA PARA A ESTRATÉGIA **81**
Questões conceptuais 81
Políticas e estratégias 87
Conclusões 90

8. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES **91**
Constatações 91
Recomendações 93

LISTA DE REFERÊNCIAS **96**

TABELAS

Tabela 1: Análise comparativa das mulheres nos parlamentos do mundo 8
Tabela 2: Género na política na África Austral 9
Tabela 3: Mulheres na política em Moçambique 25
Tabela 4: Amostra da pesquisa 31
Tabela 5: Amostra dos municípios 31
Tabela 6: Distribuição do género pela amostra da pesquisa 31
Tabela 7: Distribuição dos partidos políticos pela amostra 32
Tabela 8: Resumo da tabela dos grupos focais 33
Tabela 9: Mulheres e homens nas AM em Moçambique 37
Tabela 10: Eleições anteriores – Governo local urbano 41
Tabela 11: Participação das mulheres nas sessões das AM 50
Tabela 12: Representação das mulheres nas comissões de trabalho das AM 52
Tabela 13: Mulheres na gestão do governo local 52
Tabela 14: Funções do governo local em Moçambique 74

GRÁFICOS

Gráfico 1: Mulheres na tomada de decisão na África Austral 9
Gráfico 2: Quadro conceptual 19
Gráfico 3: Mulheres e homens membros das AM por província 36

CAIXAS

Caixa 1: Espera-que as mulheres cuidem da casa, do marido e dos filhos 38
Caixa 2: As mulheres do Lesotho lideram o caminho no governo local 43

AGRADECIMENTOS

Este relatório é parte da segunda fase do projecto de pesquisa que levou à publicação da Gender Links (GL): *At the Coal Face: Género e Governo Local na África Austral*. O objectivo da segunda fase é para extender a pesquisa sobre género e governo local a todos os paises da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). A primeira fase da pesquisa foi levada a cabo em quatro paises: Lesotho, Maurícias, Namíbia e África do Sul.

Este é um relatório sobre a pesquisa conduzida em Moçambique em 2009, na qual 76 membros das Assembleias Municipais (50 mulheres e 26 homens) em 9 municípios participaram nas entrevistas, e 103 (48 mulheres e 55 homens) participaram nas discussões dos grupos focais. Os seus pontos de vista e as suas vozes constituem o coração deste trabalho.

Alves Talala e Inusso Chuau realizaram o trabalho de campo. Eduardo Namburete realizou a pesquisa documental, os estudos de caso e coordenou a pesquisa em Moçambique. Susan Tolmay coordenou e administrou o projecto. Lukanyo Nyati analisou os questionários e preparou os gráficos contidos neste relatório. Os resumos das biografias dos pesquisadores estão na parte inicial deste relatório.

Este relatório basea-se na metodologia e conceitos contidos no estudo original editado pela Directora Executiva da GL, Colleen Lowe Morna e Susan Tolmay.

Os nossos sinceros agradecimentos aos nossos patrocinadores, a Agência Dinamarquesa de Desenvolvimento Internacional (DANIDA) e UKaid do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Governo do Reino Unido por apoiar este projecto de pesquisa como parte do apoio geral ao projecto do género e governo local.

Um leque de contribuições, conhecimentos e experiências inspiraram e enriqueceram este trabalho. Por último, entretanto, a GL assume a responsabilidade pelas interpretações, conclusões e recomendações tiradas.

Biografias dos pesquisadores



ALVES TALALA é jornalista do semanário Savana, editado em Maputo. Nascido aos 20 de Junho de 1983, no distrito de Metarica, na província nortenha do NiassaTalala é licenciado em jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Frequentou também cursos de Marketing Intercultural e Comportamento Organizacional promovidos pela Universidade Nova de Lisboa em parceria com a UEM. A sua experiência de pesquisa inclui participação em vários projectos de pesquisa, de entre os quais a análise dos media na cobertura eleitoral, nas eleições Presidenciais e Legislativas de 2009, em Moçambique, para União Europeia; e a Monitor dos Media na cobertura das eleições Autarquicas de 2008 e Legislativas, Presidenciais de 2009 em Moçambique, para Instituto dos Media da África Austral (MISA-Moçambique).



INUSSO CHUAU é licenciado em jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane e editor do jornal A TribunaFax, editado na cidade de Maputo. Para além de trabalhar como repórter e porsteriormente editor, Chuau participou em vários projectos de pesquisa sobre HIV e Sida e Género, da Gender Links; e no projecto de pesquisa sobre HIV e SIDA e TB da Panos Shouthern Africa. Em 2006 participou na laboração da campanha "Por uma UEM livre do SIDA e Aposte na Fidelidade" realizada na Universidade Eduardo Mondlane através de uma parceiria com a John Hopkins University Bloomberg School of Public Health/Center for Communication Programs(JHU/CCP).



EDUARDO NAMBURETE é docente e fundador da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade Eduardo Mondlane. Trabalha na comunicação social há mais de 23 anos, tendo trabalhado como Director de Pesquisa no Instituto de Comunicação Social (ICS), e como repórter no jornal The Washington Times, editado em Washington, D.C., nos Estados Unidos da América. É o facilitador do Plano de Acção dos Media para Moçambique e coordenou a pesquisa sobre Género e Governaçãl Local em Moçambique. Actualmente é membro do Conselho de Directores da Gender Links, sediada na África do Sul, e membro do Conselho Universitário da Africa University, sediada no Zimbabwe. De 2005 a 2009 serviu como Deputado da Assembléia da República de Moçambique. Na sua capacidade de académico Namburete tem realizado pesquisas sobre Género, HIV e SIDA, e tem já publicou vários artigos em jornais, revistas e livros versando sobre diversas temática no âmbito do Género, Democracia, Boa Governação e Comunicação Social. Formado em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, no Brasil, e pela Southern University, nos Estados Unidos da América, Namburete já realizou acções de formação de jornalistas sobre assuntos ligados ao Género, Saúde Reprodutiva para jornalistas do Malawi, Moçambique, Quénia, Tanzania e Uganda.

Lista de siglas e abreviaturas

AM	Assembléia Municipal
ANC	Congresso Nacional Africano
BPFA	Plataforma de Beijing para a Acção
CEDAW	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CNE	Comissão Nacional de Eleições
ECA	Escola de Comunicação e Artes
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GMS	Sistema de Gestão do Género
HIV	Virus de Imunodeficiência Humana
ICS	Instituto de Comunicação Social
MAE	Ministério da Administração Estatal
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
MF	Ministério das Finanças
MUCHEFA	Mulheres Chefes de Família
PFG	Ponto Focal de Género
PNAM	Programa Nacional para o Avanço da Mulher
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SIDA	Sindroma de Imunodeficiência Adquirida
STAE	Secretariado Técnico de Admninistração Eleitoral
UEM	Universidade Eduardo Mondlane
UG	Unidade de Género
UIP	União Inter Parlamentar
ANE	Administração Nacional de Estradas
MOPH	Ministério das Obras Públicas e Habitação
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
IULA	União Internacional do Governo Local
LED	Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

PREFÁCIO


Adélia Branco

Moçambique é um dos poucos Países na África Austral que assinou e ratificou o Protocolo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento. Entre as 25 metas a serem atingidas até 2015, o Protocolo clama pela igualdade na representação e participação das mulheres na área de decisão política. Dentre os Países da SADC, Moçambique é um dos que têm maior número de mulheres no Parlamento. Ao nível nacional, é um dos quatro Países que superaram a meta original de 30% de mulheres no Parlamento, com 38%, o que é um facto animador. Apesar deste avanço, a participação de mulheres no Parlamento não significa que as mulheres estejam devidamente representadas em todos os processos relativos às actividades do governo à nível local. Apesar dos números serem importantes, é necessário, também, que as mulheres tenham suas vozes ouvidas.

Faltando apenas mais uma eleição antes do prazo de 2015, Moçambique ainda tem um longo caminho a percorrer. Alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres, de acordo com esta pesquisa, incluem a falta de medidas de acções afirmativas, recursos, socialização desigual, prácticas culturais que impedem o empoderamento da mulher e o patriarcado. Muitos destes desafios encontram-se enraizados nas relações de poder desiguais entre mulheres e homens. Embora Moçambique tenha um sistema de eleições que funciona - o sistema de Representação Proporcional - combinado com as quotas voluntárias estabelecidas pelos partidos políticos, o desafio que muitas mulheres encontram requer muito mais do que apenas vitórias quando se fala em números. É óbvio que uma política clara, estratégia e muito empenho sejam necessários para o aumento radical da representação e para a capacitação das mulheres com as necessárias habilidades para que as mesmas possam se erguer firmemente em posições já conquistadas. Para que isto aconteça, é necessário um esforço de todos os actores, incluindo as lideranças de partidos politicos, governo e sociedade civil.

As evidências recolhidas nesta pesquisa indicam que até em pequenos grupos de mulheres, Moçambique traz diferentes perspectivas e interesses para a governação local. As mulheres têm interesse em assuntos cotidianos como, educação, saúde, grupos marginalizados habitação, mercados, violência baseada no género e desenvolvimento da comunidade e de jovens. Elas também são vistas como trabalhadoras, acessíveis e próximas da população e dos assuntos locais. Muitas das mulheres e dos homens entrevistados nesta pesquisa também mencionaram o impacto positivo do papel das mulheres nos governos locais nas relações de género nas comunidades, apontando para o facto de que as mulheres estão começando a ter o retorno da conquista de uma maior representação na esfera pública.

O Protocolo SADC sobre Género e Desenvolvimento é claro sobre o facto de que o acesso é apenas parte da história. As mulheres também devem participar efectivamente nas decisões políticas. As experiências em outros Países da SADC têm mostrado que onde há um esforço em prol do desenvolvimento de estratégias e planos de acção no nível local e através do encorajamento das Assembleias Municipais para se tornarem Centros de Excelência para a Integração da Perspectiva de Género no Governo Local - base para a provisão de serviços e para o desenvolvimento - há um enorme potencial para começar a mudança nas vidas das mulheres em geral. É, portanto, fundamental para todos os actores do governo e parceiros assegurarem que esta pesquisa se torne num instrumento de mobilização em prol das mulheres da região e dos desafios que as mesmas enfrentam.

A vez das mulheres Moçambicanas exigirem o seu lugar na esfera de decisão e mostrarem ao mundo que nada é impossível, chegou! **A hora é agora!**

Adélia Branco
Gestora do Programa da ONU Mulheres no País

VISÃO GERAL: 50/50 até 2015



As idas e vindas diárias dos munícipes de Catembe. *Photo: Eduardo Namburete*

Quando os Chefes de Estado da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) assinaram o Protocolo sobre o Género e Desenvolvimento em 17 de Agosto de 2008, em Johannesburgo, eles se comprometeram a alcançar pelo menos a representação de 50% de mulheres nas posições de tomada de decisão nos sectores públicos e privados até 2015.

Este primeiro capítulo oferece os antecedents e o contexto para a pesquisa; a sua racional e as fundações teóricas. O capítulo situa a pesquisa sobre Moçambique no contexto da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e a campanha para assegurar a representação igual das mulheres em todas as àreas de tomada de decisão. Ele mostra como a campanha para aumentar a representação de mulheres nos governos locais não é apenas uma coisa que tem que ser feita, mas sim uma coisa que vai enriquecer a qualidade da governação e tomada de decisão.

Moçambique no contexto regional

Em média, a região da SADC tem agora 24% de mulheres em ambas as câmaras baixa e alta dos parlamentos; 5% mais alto que a média global que é de 18.9%, conforme indicado na tabela um. O posicionamento da SADC, que está em segundo lugar, só perde para os paises Nórdicos, mas perde por muito diante de uma média alta de 42.1%, e continua abaixo dos 30%, isso sem falar da meta 50/50 acordada no âmbito do Protocolo da SADC sobre o Género e Desenvolvimento.

Tabela 1: Análise comparativa das mulheres no parlamento em todo o globo

Região	Câmara baixa	Câmara alta	Ambas as câmaras
Paises Nórdicos	42.1%		42.1%
SADC	**24.6%**	**19.8%**	**24 %**
Américas	22.2%	21.7%	22.1%
Europa incluindo os paises Nórdicos	21.9%	19.8%	21.4%
Europa excluindo os paises Nórdicos	19.9%	19.8%	19.9%
Ásia	18.7%	16.4%	18.5%
África Sub-Sahariana (incluindo SADC)	18.4%	20.4%	18.8%
Pacífico	13.2%	32.6%	15.3%
Estados Árabes	10.1%	7.6%	9.5%
Média Global	**19.1%**	**17.9%**	**18.9%**

Fonte: UIP e Gender Links

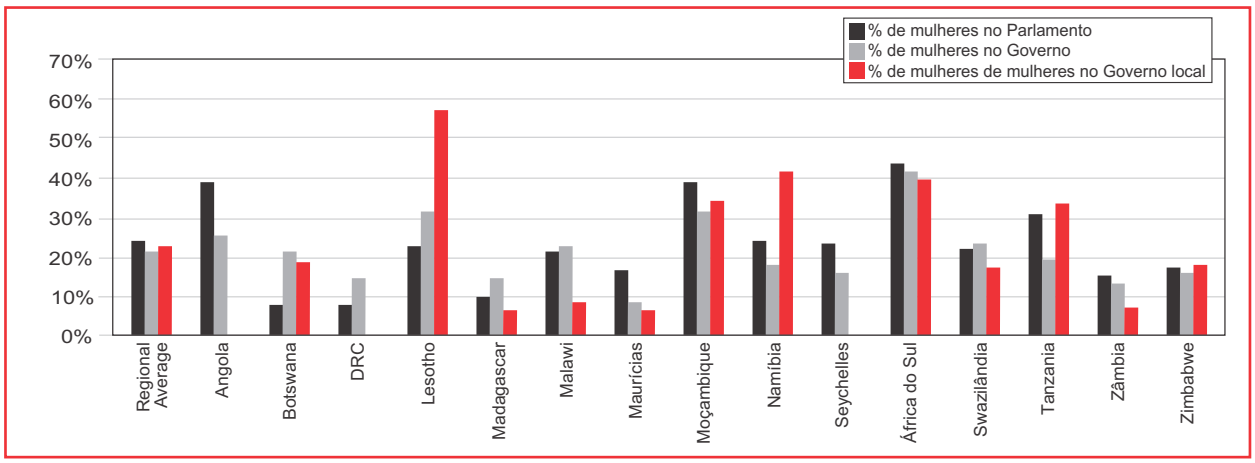
Tabela 2: Género e política na África Austral

País	% de Mulheres na câmara baixa	% de Mulheres na câmara alta	% de Mulheres em ambas as câmaras	% de Mulheres no Executivo	% de Mulheres no governo local
Angola	38.6%	-	38.6%	25.7%	Desconhecido
Botswana	7.9%	-	7.9%	21.1%	19.4%
RDC	8.4%	4.6%	7.7%	14.3%	Desconhecido
Lesotho	24.2%	18.2%	22.9%	31.6%	58.0%
Madagascar	8.7%	17.9%	10.3%	15.4%	6.0%
Malawi	21.2%	-	21.2%	22.7%	Não há membros eleitos
Maurícias	18.8%	-	18.8%	9.5%	6.4%
Moçambique	**39.2%**	**-**	**39.2%**	**32.1%**	**35.6%**
Namíbia	23.9%	26.9%	24.7%	18.2%	41.8%
Seychelles	23.5%	-	23.5%	16.7%	Não há membros eleitos
África do Sul	44.5%	29.6%	42.7%	41.2%	39.7%
Swazilândia	13.6%	40.0%	21.9%	23.5%	17.9%
Tanzania	30.7%	-	30.7%	20.0%	34.2%
Zâmbia	15.2%	-	15.2%	13.0%	6.6%
Zimbabwe	15.0%	24.2%	17.9%	17.1%	18.5%
Média regional	**24.6%**	**19.8%**	**24.0%**	**22.0%**	**23.5%**

Source: IPU and Gender Links

A tabela dois ilustra a enorme variação da representação de mulheres na política ao nível da região da SADC, desde a média de 42.7% na África do Sul para 7.7% na República Democrática do Congo. A variação ao nível do governo local na região é ainda maior, de 58% de mulheres no governo local no Lesotho para apenas 6% no Madagascar.

Gráfico 1: Mulheres na tomada de decisão na África Austral



Como ilustrado no gráfico um, no momento da redacção deste relatório, ao nível dos paises apenas quarto (Angola, Moçambique, África do Sul e Tanzania) tinham alcançado ou ultrapassado a meta original de 30%. E apenas cinco paises (Lesotho, Namíbia, África do Sul, Tanzania e Moçambique) tinham alcançado esta meta ao nível local.

A percentagem de 38.4% de mulheres na Assembléia da República coloca Moçambique em segundo lugar na região, ficando apenas atrás da África do Sul que tem uma representação de mulheres no Parlamento na ordem de 42.7%. Ao nível do governo local Moçambique, com 35.6% de mulheres, ocupa o quarto lugar, depois do Lesotho, Namíbia e África do Sul, com 58.0%, 41.8% e 39.7%, respectivamente.

Género, democracia e governação local

De acordo com Atkinson (2002:2) "*governação* é um termo mais amplo que *governo*, no sentido de que ele engloba o ambiente no qual o governo, a instituição, funciona assim como as suas relações com outros principais interessados externos. Esses principais interessados externos incluem o eleitorado, o público, os consumidores dos serviços e outros actores não estatais. É, portanto, função do governo assegurar que todos esses principais interessados sejam tomados em conta quando exercer as funções de governo. O âmbito da governação, portanto, vai para além da dimensão técnica (aspectos de providenciar serviços) e política, para o empoderamento da sociedade civil. Muitas definições de boa governação incluem quatro componentes importantes; transparência, prestação de contas, eficiência e aderência ao cumprimento da lei.



Sessão da Assembléia Municipal da Cidade de Maputo. *Photo: Eduardo Namburete*

O governo local é um ponto de entrada importante para as mulheres por várias razões, não sendo a menor delas o facto da sua proximidade ao povo. Os gabinetes municipais estão geograficamente mais próximos das comunidades, que os gabinetes nacionais, o que significa que eles são mais acessíveis e que os residentes deveriam ser capazes de interagir com este nível do governo. Os municípios são divididos em distritos e em bairros, onde existem os políticos a quem os membros da comunidade podem se aproximar e com eles interagir. Segue então que este nível de governo deveria ser o que mais facilmente responde às necessidades específicas de desenvolvimento das comunidades.

A governação local poderia então ser definida como um processo através do qual os principais interessados interagem na determinação da agenda de desenvolvimento local e na gestão dos recursos para a implementação dessas prioridades de desenvolvimento (Evertzen 2001:5).

Porque historicamente as mulheres tem sido relegadas ao lar, elas acabam passando a maior parte do seu tempo na comunidade, lidando com assuntos locais que incluem a providência de serviços, e como tal elas são as que melhor conhecem e são mais afectadas por esses serviços. As mulheres estão também mais envolvidas nas actividades e

organizações comunitárias e têm, de longe, o melhor entendimento do que está a acontecer ao nível local do que as suas contrapartes masculinas. Daí então que o seu envolvimento na tomada de decisão a este nível do governo beneficiaria ambos, as mulheres e as suas comunidades.

A política local é também mais fácil para se entrar, tendo poucos requisitos e por causa da sua proximidade da casa, permite às mulheres combinarem as suas responsabilidades domésticas com a sua participação na política.

De acordo com Beall (1996:1), "uma abordagem da governação urbana sensível ao género tem dois objectivos principais: primeiro para aumentar a participação das mulheres no desenvolvimento dos entendimentos humanos e, em segundo lugar, promover a conscientização do género e competência entre ambos mulheres e homens na arena política e na prática da planificação".

O envolvemento das mulheres na política pode ser visto de uma forma geral de duas maneiras: existem os argumentos de equidade ou quantitativos e os argumentos de eficácia ou qualitativos.

Argumentos de equidade

Esta escola de pensamento argumenta que as mulheres deveriam participar porque elas têm o direito de participar. Este direito está contido na maioria das Constituições e está baseado nos princípios de igualdade, democracia e legitimidade. "O empoderamento e autonomia das mulheres e a melhoria do estatuto social, económico e político das mulheres é essencial para o alcance de um governo e administração transparentes e que presta contas, e um desenvolvimento sustentável em todas as áreas da vida". (UN Women's Conference Beijing, 1995).

O argumento de justiça é de que porque as mulheres constituem metade da população (ou mais da metade como é o caso em muitos paises Africanos) elas têm o direito de participar e serem representadas em igual número nas estruturas de tomada de decisão. Argumenta que a sociedade onde as mulheres não estão representadas de maneira igual é antidemocrática e injusta.

Argumentos de eficácia

Este argumento toma em conta o facto de que as mulheres e homens são diferentes e como resultado disso, têm necessidades, expectativas, pontos de vista e prioridades diferentes. "Os papéis e responsabilidades socialmente conferidos determinam de forma diferenciada como as mulheres e os homens contribuem para e beneficiam da vida citadina" (Beall 1996:3).

As mulheres e os homens desempenham tarefas e funções diferentes. Por causa dos papéis socialmente construidos que são atribuídos às mulheres - elas muitas vezes desempenham as actividades reprodutivas, que incluem todas as actividades domésticas bem como cuidar das crianças e aquelas que são do domínio da esfera privada. Sendo assim elas experimentam em primeira mão a disponibilização ou não dos serviços, que incluem água, saneamento, electricidade, serviços de saúde e segurança pública. Os homens, por outro lado, habitam o espaço público como políticos e participantes nas actividades económicas. Como resultado, os homens muitas vezes não estão atentos às insuficiências dos serviços e, como políticos, automaticamente eles não representam esses assuntos que são de preocupação para as mulheres. Este argumento retém que a participação das mulheres na tomada de decisão, especialmente ao nível do governo local é fundamental para assegurar que as necessidades, interesses e prioridades de

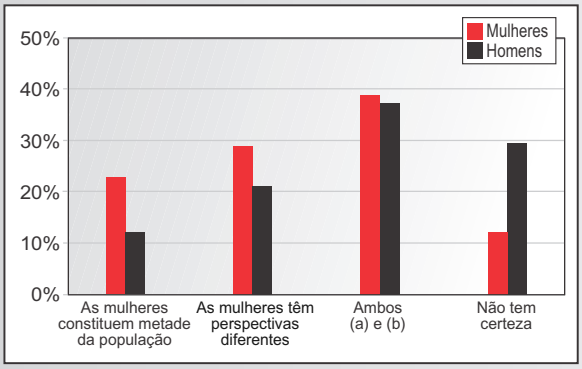
ambos, mulheres e homens, serão tomados em conta no desenvolvimento e implementação das políticas e programas ao nível local.

Equidade e eficácia

Em Moçambique, os entrevistados no governo local consideraram que ambos argumentos são relevantes, mas pareceram menos categóricos nas suas respostas, possivelmente isto reflecte o facto de que o discurso do género e governação é ainda relativamente novo no país e principalmenete a este nível.

O que os membros das Assembléias Municipais disseram: Existe uma ligação entre género e democracia?

Quando perguntados se existe uma ligação entre género e democracia, a maioria dos entrevistados (90.5%) responderam positivamente, com uma maioria marginal de homens (92%) que mulheres (89.8%) que concordam que género e democracia estão ligados.



Perguntados o porquê das suas respostas, 19.1% deles disseram que é porque as mulheres constituem a maioria da população, sendo a maioria deste grupo (22.7%) mulheres, e os homens que concordam com esta afirmação corresponde a 12.5%. Mais mulheres (27.3%) que homens (20.8%) acreditam que a relação entre género e democracia é porque as mulheres tem perspectivas diferentes dos homens. 38.6% das mulheres comparadas a 37.5% de homens citaram as duas razões anteriores, a de que elas constituem metade da população e de que as mulheres têm prioridades e abordagens diferentes que os homens. Existe um número maior de participantes (29.2% de homens) e (11.4% de mulheres) que não estavam certos quanto a resposta a dar.

Estas constatações são diferentes das do primeiro estudo At the Coalface que constatou que no geral 63% dos membros das Assembléias Municipais entrevistados concordaram com ambas as afirmações, e havia pequena diferença entre as respostas masculinas e femininas. Os paises envolvidos no primeiro estudo incluiam Lesotho, Namíbia e África do Sul, cuja representação de mulheres no governo local é muito alta, e nas Maurícias, que tem o nível de representação de mulheres mais baixo.

Esta diferença pode encontrar explicação no facto de que a participação das mulheres nos cargos de direcção, e principalmente em posições electivas, é algo novo no nosso país, e o próprio debate sobre o género ainda é incipiente. De qualquer maneira, as respostas dadas pelos entrevistados mostram o reconhecimento da necessidade da abordagem do género ao nível da governação local.

Os grupos de discussão focal concentraram-se mais no argumento de eficácia, como se pode perceber nas seguintes respostas:

"A ligação entre género e democracia justifica-se porque se os direitos dos homens e mulheres forem iguais, facilmente a democracia irá se consolidar, o que em última análise irá se repercutir positivamente no desenvolvimento e na promoção do bem estar da sociedade". (membro da MUCHEFA)

"A experiência das mulheres na gestão doméstica e das questões sociais, e a experiência prática dos homens nas várias áreas, combinadas podem contribuir para o desenvolvimento do Munípio e do país em geral." (mulher em Manjacaze)

O argumento de equidade também é referenciado nos seguintes termos:

"Há uma relação entre género e democracia, por isso tem que haver uma igualdade entre homens e mulheres. Uma democracia é melhor quando maior equilíbrio de género houver nos círculos de tomada de decisão." (mulher em Manjacaze)

Racional da pesquisa

O estudo da Gender Links (GL) de 2004, *Ringing up the Changes: Gender in Southern African Politics* identificou a representação irregular das mulheres ao nível dos governos locais na África Austral como uma das áreas mais notórias e ainda assim pouco pesquisada nos estudos de género, conflicto e governação na região. A África Austral tem hesitado entre tomar medidas especiais para garantir o aumento da representação das mulheres no governo local, e não tomar nenhuma acção.

O governo local provoca respostas contraditórias entre os decisores masculinos sob pressão para corrigir os desequilíbrios do género. Por um lado, ao ponto de paises na África Austral estarem dispostos a legislar quotas para a representação de mulheres na política, mas têm estado mais dispostos a fazê-lo para as eleições locais do que as nacionais. O Lesotho, a Namíbia e África do Sul (os três paises com a mais alta representação de mulheres no governo local) têm quotas de uma forma ou de outra ao nível local, mas não ao nível nacional. Em Moçambique as quotas não são legisladas, mas estão estabelecidas nos estatutos dos principais partidos políticos, para a ocupação de lugares nos órgãos de decisão, bem como para todas as eleições locais e nacionais.

As discrepâncias verificadas nos diferentes paises, em relação as quotas, sugerem que em vez de ser um reflexo do cometimento para a participação das mulheres ao nível local, as medidas tomadas nos três paises são um caso de os decisores masculinos abrirem caminho para as mulheres ao nível local, enquanto resistem a tais medidas para uma arena mais nacional.

No outro extremo daqueles que atingiram passos rápidos na representação de mulheres no governo local, está um contigente de paises da SADC onde as mulheres membros das Assembléias Municipais constituem menos de 10% do total. Nesses paises

(tais como Madagascar, Maurícias e Zâmbia) as atitudes conservadoras no terreno continuam a agir contra a participação das mulheres ao nível local, mais do que no nível nacional.

Com a decisão dos Chefes de Estado da SADC de elevar a meta para as das mulheres na tomada de decisão de 30% para 50%, e assegurar que todas as áreas de tomada de decisão sejam tomadas em conta, a pressão está a aumentar para garantir ainda mais e maior participação de mulheres no governo local. À medida que as campanhas para aumentar a participação das mulheres na tomada de decisão no governo local aumentam, a pergunta que se levanta é: qual é a maneira menos conflictuosa e mais benéfica para alcançar isto, que em última análise vai empoderar as mulheres e mudar as atitudes dos homens em relação a igualdade do género?

Em 2006, a GL procurou responder a essas perguntas usando casos da África do Sul (que adoptou uma abordagem voluntária para a campanha de 50/50 ao nível local nas eleições de 2005 num sistema eleitoral misto de constituências e representação proporcional); o Lesotho (que tem quotas legisladas num sistema baseado em constituência); a Namíbia (que tem quotas legisladas num sistema de representação proporcional, e as Maurícias (que realizou eleições em 2005 num sistema baseado na constituência, sem quotas).

Isto resultou num estudo pioneiro, *At the Coalface: Género e Governo Local na África Austral*. Desde que foi lançado nos quatro paises, o estudo tem sido usado para desenvolver estratégias para incorporar o género no governo local, e foi seguido do desenvolvimento de planos de acção de género em todos os distritos. Com o financiamento da DANIDA e DFID, a GL extendeu a pesquisa para cobrir os restantes paises da SADC.

Este estudo pretende tirar lições sobre o aumento da representação das mulheres no governo local duma maneira que minimiza o conflicto, aumenta a participação e leva a um governo mais equitativo e responsivo ao nível local, através de:

- Estudar as experiências dos paises da África Austral com sistemas eleitorais diferentes e abordagens das quotas no aumento da representação das mulheres no governo local.
- Examinar como essas experiências podem ser aplicadas por outros paises da África Austral que procuram cumprir com a decisão dos Chefes de Estados de aumentar a quota para as mulheres em todas as áreas de tomada de decisão de trinta para cinquenta porcento.
- Examinar o impacto das mulheres ao nível local e propor estratégias para superar as barreiras para a sua efectiva participação e contribuição.

Estrutura do relatório

- ***Capítulo um*** começa com uma visão geral da participação das mulheres na tomada de decisão política ao nível global e na região e posiciona Moçambique no contexto regional. Destaca alguns conceitos chaves em torno do género, democracia



Passageiros aguardando o navio na ponte-cais da catembe.

Photo: Eduardo Namburete

e governação local, e avança os argumentos para a participação das mulheres na política, que podem ser vistos de duas maneiras: os argumentos de equidade ou quantitativos, e os argumentos de eficácia ou qualitativos. Este capítulo estabelece a racional para este estudo.

- ***Capítulo dois*** sustenta-se na fundamentação dada pelo estudo Ringing up the Changes que se baseou no modelo de acesso, participação e transformação de Thenjiwe Mtintso para dar um quadro conceptual para a pesquisa, que por sua vez sustenta a metodologia que é descrita em detalhe neste capítulo. O capítulo também dá informações de base sobre Moçambique, incluindo o sistema eleitoral e como o governo local funciona.

- ***Capítulo três*** procupa-se com a capacidade das mulheres acederem ao governo local. Embora não haja nenhum impedimento legal para as mulheres acederem ao governo local em Moçambique, o estudo constatou que as estruturas nas quais as mulheres têm que operar continuam muito patriarcais e em alguns casos são obstrutivas para a entrada de mulheres na arena política. O capítulo explora as barreiras que as mulheres têm que enfrentar para aceder ao governo local e conclui com algumas estratégias que podem ser implementadas para assegurar que as mulheres entrem nesta área importante de tomada de decisão.

- ***Capítulo quatro*** tem o seu enfoque na participação das mulheres e nos factores que permitem ou impedem essa participação. O capítulo destaca que o número só não é suficiente, e que para uma mudança legítima ter lugar, as mulheres precisam de ser empoderadas para participar efectivamente. Tenta medir esta participação apartir das constatações das observações das reuniões das AM e das entrevistas de fundo realizadas com as mulheres e homens membros das AM, bem como das discussões dos grupos focais. O capítulo mostra um número de barreiras para a efectiva participação das mulheres no governo local, mas vai além para ilustrar que é possível transformar as barreiras em factores facilitadores.

- ***Capítulo cinco*** tenta demonstrar o que as mulheres trazem para a política local e se fazem diferença nas vidas das outras mulheres e das suas comunidades. Enquanto o estudo mostra que as mulheres podem ter preocupações e interesses diferentes, ressalta a importância de elas não serem esteriotipadas no sentido de que elas só levantam assuntos "ligeiros" da comunidade e sobre bem-estar, que são geralmente associados às mulheres, mas por outro lado a importância de os homens também levantarem esses assuntos. O capítulo retira dos exemplos do trabalho que as mulheres estão a realizar para ilustrar a importância da sua participação. Dá também a visão dos homens membros das AM, e questiona se as suas atitudes em relação a forma como olham para as mulheres estão a mudar, e também se eles vê a participação das mulheres como importante para eles e para as comunidades.

- ***Capítulo seis*** olha para as funções do governo local e até que ponto o género está incorporado nos trabalhos diários dos municípios. O estudo faz uso dos exemplos extraídos das entrevistas com os membros das AM e das discussões dos grupos focais e mostra que as mulheres começam a influenciar as agendas dos municípios. Entretanto, o estudo destaca que a maior parte do trabalho das mulheres membros das AM realizam aborda apenas as necessidades práticas

das mulheres e que é preciso fazer mais para abordar as necessidades mais estratégicas das mulheres nas comunidades.

- ***Capítulo sete*** é a sequência do capítulo anterior e começa a olhar como é que os municípios podem abordar as necessidades das mulheres de uma forma mais estratégica. O capítulo explica alguns conceitos chaves em torno das necessidades práticas e estratégicas e as abordagens do género. Destaca a importância de se começar a abordar as causas do estatuto marginalizado das mulheres de modo a que tenham um impaco significativo nas suas vidas. O estudo mostra a importância de uma abordagem sistemática do género que inclua políticas e estratégias de desenvolvimento que abordam todas as preocupações do género dentro dos municípios.

- ***Capítulo oito*** resume as principais constatações e as recomendações do estudo.

CONCEITOS, CONTEXTO E METODOLOGIA



Clementina Comate explicando o Protocolo do Género da SADC. *Photo: Mercedes Sayagues*

Para as mulheres fazerem a direfença, primeiro elas devem estar na mesa onde as decisões são tomadas. Nessa mesa elas devem ser capazes de fazer as suas vozes serem ouvidas, em virtude do seu número e porque estão empoderadas para levantar as questões que lhes preocupam. Quando elas falam, as suas vozes devem ser transformadas em políticas e decisões. Só depois disso é que mudanças efectivas podem tomar lugar, não apenas para essas poucas

mulheres, mas para todas as mulheres da nossa região. Este capítulo estabelece o quadro conceptual para a pesquisa, o contexto do país e a metodologia da pesquisa.

Quadro conceptual: Acesso, Participação, Transformação

O estudo At the Coalface, Género no Governo Local na África Austral basea-se no, e é informado pelo quadro conceptual inicialmente avançado por Thenjiwe Mtintso (1999:33-52), membro do Conselho de Directores da Gender Links e antiga Presidente da GL e antiga Presidente da Comissão da Equidade do Género da África do Sul (CGE). Este quadro, elaborado no *Ringing up the Changes*, está ilustrado no gráfico dois.

O argumento central de Mtinstso é que o acesso e o número são pre-requesitos para a transformação, mas não garantem a transformação. Ela argumenta que uma vez as mulheres dentro da esfera de tomada de decisão, é necessário remover as barreiras para uma efectiva participação. Somente quando as mulheres estiverem presentes em força significativa, e serem capazes de participar efectivamente, podem começar a fazer impacto.

Acesso

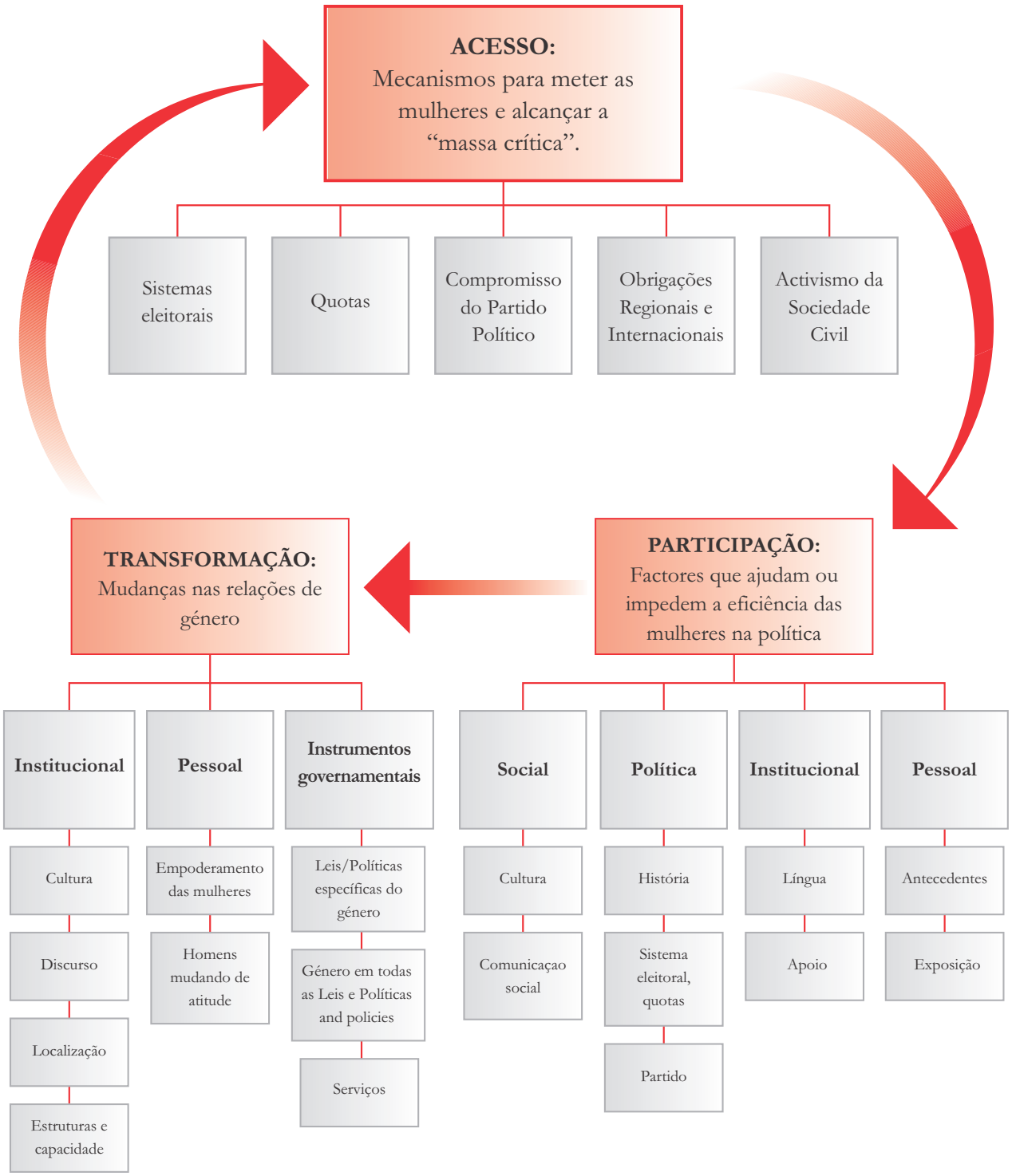
As mulheres têm sido impedidas o acesso à tomada de decisões políticas por uma série de razões que basicamente se resumem no facto de que as sociedades em todo o mundo definiram o espaço das mulheres como sendo a esfera privada e não a espera pública. De todas as áreas de tomada de decisão, a política é o mais público dos espaços públicos, e portanto tem sido entre os mais hostís para o acesso das mulheres. Existem poucas evidências para sustentar a idéia de que o governo local, como uma área de interesse imediato e directo das mulheres, é mais acessível para a sua participação.

Em vez disso, parece haver duas tendências diametricamente opostas a este nivel: uma relativa elevada representação de mulheres onde os partidos e paises decidiram avançar com a agenda de 50/50 e ver a política local como uma base de poder menos concorrida que a política nacional; e o baixo nível de representação onde a força da tradição no terreno é de tal maneira forte que a política nunca ousou desafiá-la.



Vendedeira de camarão na ponte-cais da Catembe. *Photo: Eduardo Namburete*

Gráfico 2: Quadro conceptual



A "massa crítica"

A questão que frequentemente se levanta nos debates sobre o acesso é até que ponto as mulheres devem ser representadas em números específicos de modo a fazer a diferença. Colocado de outra forma, quão crítica é a massa crítica? Quão mágico é o dado 30%?

A idéia de que para fazer a diferença as mulheres devem constituir uma "massa crítica" leva-nos de volta para a pesquisa feita pela cientista politica dinamarquesa, Drude Dahlerup (1991:10) que afirmou: "Não esperem que façamos muita diferença enquanto formos apenas poucas mulheres na política. Precisa de uma massa crítica de mulheres para fazer uma mudança fundamental".

Um estudo sobre as mulheres na vida pública, levada a cabo pela Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres (DAW) em 2000, também argumenta que apenas uma massa crítica de mulheres permite as mulheres políticas trazerem valor diferente para a vida pública:

> Como uma minoria operando num domínio masculino, para a maioria das mulheres figuras públicas serem aceites e operarem na base de igualdade com os homens, elas têm que se adaptar e adoptar as prioridades masculinas predominantes na vida pública. De acordo com a teoria clássica do comportamento das minorias, as minorias, tais como as mulheres que são bem sucedidas num mundo dominado por homens, absorvem a cultura dominante a tal ponto que elas tendem a se dissociarem das outras mulheres, enfraquecer o seu próprio sucesso e perceber qualquer discriminação que enfrentar como resultado das suas próprias fraquezas. Precisa-se de uma minoria de um certo tamanho minimo, 30 - 35%, para ser capaz de influenciar a cultura dos grupos e facilitar alianças entre os membros do grupo. A teoria pode também explicar o porquê uma mulher sozinha que atinge altos cargos parece não trazer valores femininos para os seus gabinetes (2000:5).

Entretanto, como Britton indica (2003:219), existe "igualmente um corpo de pesquisa de *mulheres na política* rico que constata que meter mulheres nos gabinetes não é suficiente para ter um impacto, quer sobre o comportamento político ou legislativo".

O argumento de meio termo é que enquanto as mulheres não são homogéneas, e enquanto elas podem não advogar abertamente as agendas feministas, elas têm certos interesses em comum, valores, perspectivas e abordagens diferentes em relação aos homens. A simples presença das mulheres na tomada de decisão pode ser um impulso para a mudança.

O argumento de que apenas as mulheres que se declaram feministas e activistas do género podem fazer a diferença, ignora o papel importante que as outras mulheres jogam no apoio a tais agendas e a importância dos números na construção dos consensos em torno dessas agendas. Também ignora a importância das várias mulheres que tomam decisões que não se declaram feministas ou activistas do género e nem são hostís a tais agendas, mas se simpatizam com os assuntos sem estarem certos do que podem fazer dentro das estruturas de tomada de decisão para fazer a diferença. É esta *'massa crítica'* que precisa de ser atingida com estratégias de empoderamento apropriadas que aproveitam a sua empatia e e equipá-las com habilidades para desafiar o *ethos* masculino dominante das instituições e dos serviços que elas oferecem.

Para os efeitos deste estudo, a *'massa crítica'* é entendida, não como um número fixo e mais como o ponto no qual as mulheres, através da combinação de uma força numérica, ambiente político favorável, empoderamento e convicção de se sentir capaz de levantar questões críticas nos principais ambientes.

O que é inegável é que aumentar os números de mulheres nos gabinetes não é, por sí só, uma solução para assegurar a igualdade de mulheres e acabar com a discriminação do género. Vários outros factores, tais como as normas culturais da sociedade, as limitações financeiras das democracias incipientes, e os constragimentos partidários da vida política, jogam igualmente um papel importante (2003:378).

Esses factores podem ser especialmente intensos ao nível local, onde o desempoderamento geral desta esfera do governo, combinado com as formas mais descaradas de patriarcado que se vive no terreno, coloca desafios particulares na medição do impacto das mulheres na tomada de decisão a este nível (Britton 2003:378).

Participação

Para as mulheres que tomam decisões serem mais efectivas, as estratégias de aumentar a representação de mulheres devem ir para além do simples acesso e abordar a questão das barreiras para uma efectiva participação. A tomada de decisão política é cheia de obstáculos para as mulheres. Esses incluem:

- **Factores ideológicos**, incluindo a natureza patriarcal de *todas* as sociedades e a intercessão entre racismo, sexismo, cultura e religião. Isto pode variar com o tempo, lugar e país. Também pode ser diferente entre as várias esferas do governo. Como este estudo mostra, tais forças muitas vezes emergem mais visivelmente como barreiras ao nível local que ao nível nacional.
- **Factores políticos**, tais como o apoio do partido e das estruturas do partido; o tipo de sistema eleitoral e onde estão na hierarquia do partido. As mulheres na oposição, por exemplo, enfrentam os desafios de serem mulheres e estarem na oposição; uma combinação de factores que pode ser especialmente desafiador ao nível local onde o escrutínio público é mais fechado e mais pessoal.
- **Factores institucionais**, tais como liderança e papéis de gestão dentro das instituições, bem como os contactos e redes com organizações fora do parlamento. Mais uma vez, esses factores são muitas vezes mais graves ao nível local, onde as mulheres podem ser muitas em termos numéricos, mas poucas na influência real, uma vez que os homens dominam as posições e decisões chaves, quer directamente ou indirectamente.
- **Factores pessoais**, tais como antecedentes individuais, fundamentos, valores e capacidade. Geralmente os níveis de educação e exposição são mais altos ao nível nacional que ao nível local. Ironicamente muitos dos assuntos a serem abordados a este nível (combrança de impostos, equilibrar orçamentos, subcontratação, gestão de infraestruturas, etc.) são técnicos e requerem mais do que conhecimentos básicos para ser capaz de orientar, gerir e responsabilizar os dirigentes. Isto levanta questões sérias sobre que tipo de capacitação é mais apropriada para o nível local.

O que é importante sublinhar é que cada um dos factores que serve como barreira para a efectiva participação pode ser convertida num factor permissor. O mesmo processo de facilitar a participação torna-se parte da transformação das pessoas, instituições, e da sociedade como um todo.

Transformação

A representação e participação na tomada de decisões permite que um grande leque de vozes sejam ouvidas,

experiências e valores sejam centradas nos cidadãos e e estes assumirem responsabilidades e mudarem as suas próprias vidas. Uma vez os cidadãos que antes estavam reduzidos a um estatuto de "não-cidadãos" começam a trazer "outros" pontos de vista, o paradigma começa a mudar. Aqueles que sempre falavam em nome dos outros, assumindo que sabem o que os outros sentem, são desafiados. Vários mitos são destruídos e novos entendimentos surgem.

Assim, quando as mulheres entram na tomada de decisão, o conceito, o conteúdo e a forma da política e governação, e a maneira como eles são praticados, começa a mudar. As relações de poder mudam. Os resultados começam a ser informados pelo novo paradigma. Mas há uma luta constante porque as ferramentas para a transformação são muitas vezes as mesmas instituições que precisam de ser transformadas.

A transformação das relações de género é entendida neste estudo como consistindo em duas componentes principais:

- O **empoderamento das mulheres** para assumir o seu papel igual e de direito em todas as àreas social, económica e política, e

- **Mudanças nas attitudes dos homens** para permitir as mulheres assumirem o seu lugar de direito bem como libertar os homens dessas cargas de masculinidade que os impedem de trabalhar como parceiros iguais com as mulheres; um processo que ilustra a teoria de transformação do conflicto no trabalho.

Perfil do país

Moçambique é um país situado na costa oriental da África Austral, cobrindo uma área de 799.380 km^2, e faz fronteira com a Tanzania, Malawi e Zâmbia no extremo norte; com o Zimbabwe a oeste, África do Sul e Swazilândia ao sul, e é banhado pelo Canal de Moçambique e Oceano Índico a leste.



De acordo com o censo de 2007, Moçambique tem uma população de 20.226.296 habitantes, dos quais 51% são mulheres. Moçambique é um dos paises mais pobres do mundo e o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2009) coloca Moçambique na posição 172 dos 182 paises classificados, o que mostra que o país tem ainda desafios de desenvolvimento por superar. Ainda de acordo com o relatório, a esperança de vida à nascença em Moçambique é de 47.8 anos. O índice de analfabetismo em pessoas com mais de 15 anos é de 55.6%.

A pobreza absoluta é o principal desafio que o governo elegeu como prioritário, numa situação em que a maioria dos moçambicanos vivem com menos de um dólar americano por dia, e 40.6% deles poderão morrer antes de completar 40 anos de idade.

O HIV/SIDA, com maiores índices de prevalência entre as mulheres jovens, é considerada a principal ameaça a todas as iniciativas de desenvolvimento do país.

Desde o fim da guerra civil em 1992, que opunha a guerrilha da Renamo e as forças governamentais, a economia de Moçambique tem mostrado sinais de crescimento. De uma tradição de economia centralizada, Marxista-Leninista, o Governo de Moçambique embarcou, a partir dos finais da década de 80, numa série de reformas macro-económicas desenhadas para estabilizar a economia já fragilizada pela má gestão do governo da primeira República e pela guerra civil. Essas reformas, combinadas com a massiva assistência dos doadores e estabilidade política que se verificou desde a realização das primeira eleições multipartidárias, tem levado o país a conhecer melhorias extraordinárias nos índices de crescimento económico.

A assistência aos programas sociais aumentou, as escolas têm conhecido um dramático aumento de admissões, e os índices de permanência nas escolas também tem subido exponencialmente, porém a qualidade do ensino continua a ser um problema real, com a maioria das salas de aulas superlotadas, em alguns casos com mais de 70 alunos numa turma para um único professor, e muitos deles sem as qualificações necessárias. A proporção das raparigas continua baixa em relação aos rapazes, o que eleva as diferenças entre as percentagens dos homens e mulheres alfabetizados. A pesar de todos os esforços que tem sido lançados para eliminar as disparidades de género no acesso à educação, as raparigas continuam em número inferior em relação aos rapazes, principalmente ao nível secundário e superior.

A pesar desses ganhos, Moçambique continua dependente da ajuda externa para grande parte do seu orçamento anual, e a maioria da população continua a viver abaixo da linha da pobreza. A agricultura de subsistência continua a ser a principal área de emprego da maioria da mão de obra do país.

Governo

A República de Moçambique é uma democracia representativa, liderada por um Presidente que é ao mesmo tempo o Chefe de Estado e Chefe de um Governo composto por 29 Ministros indicados pelo Presidente da República. A Assembléia da República, o órgão máximo legislativo é composto por 250 deputados eleitos, dos quais nesta legislatura saída das eleições de 2009, 39.2% dos assentos são ocupados por mulheres. A Assembléia da República de Moçambique é composta por três bancadas, nomeadamente, a Frelimo, que tem a maioria dos assentos (191), a Renamo (51) e o Movimento Democrático de Moçambique (8).

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de Junho de 1975, depois de uma longa luta armada que durou dez anos, e o golpe militar de 25 de Abril de 1974 em Portugal terá acelerado processo da independência de Moçambique. A FRELIMO assumiu então o controlo total do território, depois do período de transição, conforme o entendimento nos Acordos de Lusaka, em que se reconhecia o direito de Moçambique a independência e os termos de transferência do poder.

Durante o período do golpe de Abril em Portugal, muitos portugueses abandonaram Moçambique, e outros foram forçados a abandonar o país pelo novo governo depois da independência em 1975, o que provocou uma série de sabotagens das infra-estruturas económicas deixando a economia nacional enfraquecida. Com a massiva saida dos portugueses, o novo governo procurou a ajuda na antiga União Soviética e seus aliados e estabeleceu no país um regime de partido único. Este alinhamento garantiu

a Moçambique um substancial apoio internacional vindo de Cuba e os paises que compunham o bloco soviético.

Dois anos após a independência, Moçambique conheceu uma guerra civil que opôs as forças governamentais e a guerrilha da RENAMO, que viria a conhecer o seu fim com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, processo esse que abriu o caminho para a realização das primeiras eleições multipartidárias de Moçambique em 1994.

O sistema legal moçambicano é baseado na lei civil portuguesa e na lei costumeira. O sistema formal de justiça é bifurcado em civil e criminal sob os auspícios do Ministério da Justiça. No topo da pirâmide de justiça está o Tribunal Supremo que delibera sobre os recursos.

A Constituição da República de 1990 estabeleceu a separação e interdependência dos poderes, colocando desta forma o judiciário como um poder independente, embora os juizes do Tribunal Supremo continuem a ser indicados pelo Presidente da República.

Em relação ao género, a Costituição da República também reza que todos os cidadão são iguais perante a lei. Em 2006 o governo aprovou a Política Nacional do Género e Estratégia da sua Implementação, e em Dezembro de 2007 aprovou o Plano Nacional para o Avanço da Mulher. As atenções do governo e dos doadores na área dos direitos da mulher e igualdade do género estão mais concentradas na saúde e educação.



Vista da cidade de Maputo. *Photo: Eduardo Namburete*

Representação de mulheres

Moçambique é signatário de vários instrumentos legais internacionais relativos ao género, que advogam o aumento ou igual representação de mulheres nas posições de tomada de decisão, tais como a Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos (Protocolo Africano), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW), a Plataforma de Beijing para a Acção (BPFA). Dos mais relevantes para Moçambique é o Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento que foi assinado pelos Chefes de Estado da SADC em Agosto de 2008, no qual os signatários se comprometem a trabalhar no sentido de assegurar que até 2015 se atinja a meta de 50 porcento de mulheres nas posições de tomada de decisão, no sector público e privado.

O governo tem feito esforços visíveis no sentido de responder a estes compromissos atravéz da ratificação e domesticação de todos esses instrumentos legais. A ratificação do Protocolo Africano em 2005, a aprovação pela Assembléia da República da Lei Contra a Violência Doméstica Contra a Mulher em 2009 entre outras iniciativas, são sinais positivos que o governo dá como seu empenho no alcance das várias metas estabelecidas nos vários instrumentos legais internacionais. O quadro abaixo mostra o percurso que Moçambique tem trilhado em direcção ao cumprimento dos entendimentos ao nível internacional, no concerto das nações, e ao nível regional.

Tabela 3: Mulheres na Política em Moçambique

	Antes de 2001			2001			2010			Differença entre 2001 e 2010
	Total	Mulheres	% Mulheres	Total	Mulheres	% Mulheres	Total	Mulheres	% Mulheres	
Assembleia da República	250	69	27.6%	250	79	31.6%	250	98	39.2%	7.6%
Ministros							29	9	32.1%	
Autoridade Local			29%		238		1030	369	35.8%	

Fonte: portal do governo - http://www.portaldogoverno.gov.mz/ogover/compos_conselhos_ministros/membros_cm/

O Governo aprovou em Março de 2006 a Política de Género e Estratégia da sua Implementação que visa contribuir para a redução das desigualdades de género e, promover a mudança gradual de mentalidade tanto do homem como da mulher, despertando e criando sensibilidades necessárias em ambos, relativamente à situação de discriminação existente no tratamento de questões sociais, económicas, políticas e culturais.

O objectivo principal desta Política, conforme estabelecido no documento, é desenvolver de forma integrada as principais linhas de actuação, visando a promoção da igualdade de género, o respeito pelos direitos humanos e o fortalecimento da participação da mulher no desenvolvimento do país.

O Governo promove a igualdade das relações de género incluíndo a remoção das dificuldades que afectam os cidadãos, em particular as mulheres, como condição essencial para um desenvolvimento sustentável centrado na pessoa humana. Nessa perspectiva, o governo promove o desenvolvimento de grupos e associações de mulheres para a promoção do desenvolvimento da mulher.

Em 2008 o Governo aprovou o Plano Nacional de Acção para a Prevenção e Combate à Violência Contra a Mulher (2008 - 2012), que é a materialização da Política de Género e Estratégia de sua Implementação aprovado em 2006, e do Plano Nacional para o Avanço da Mulher (PNAM), e tem como principal objectivo a redução da violência contra a mulher em Moçambique.

Os instrumentos que abordam as questões de género são aplicados indistintivamente em todo o país, não havendo, portanto, legislação específica sobre o género ao nível local. Entretanto, alguns municípios desenvolvem esforços locais para abordar as questões de género na perspectiva local.

O Sistema Eleitoral

A Constituição da República estabelece os parâmetros para a realização das eleições no país, e define que o sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e períodico constitui a regra geral de designação dos titulares dos órgãos electivos de soberania, das províncias e do poder local. Estabelece também que o apuramento dos resultados obedece ao sistema de representação proporcional.

A primeira lei eleitoral, que viria a ser aplicada nas primeiras eleições gerais e multipartidárias de 1994, foi aprovada em Dezembro de 1993, e desde então, uma vez em cada cinco anos realizaram-se simultaneamente eleições presidenciais e legislativas, e com a revisão pontual da Constituição da República foram realizadas as eleições para as Assembléia Provinciais em 2009, que passam a ser realizadas regularmente juntamente com as eleições presidenciais e legislativas.

As eleições municipais realizam-se uma vez a cada cinco anos, e este processo iniciou em 1998, num contexto de grande expectativa criada pela Lei n.º 3/94, de 13 de Setembro, pela implementação da descentralização e pela criação das autarquias (Lei n.º 2/97). Mas a eleição dos representantes dos órgãos da autarquia carecia de uma lei que definisse as condições em que os mesmos podiam concorrer. A regulação do processo eleitoral foi feita através da Lei n.º 6/97, de 28 de Maio, *[Lei Eleitoral dos Órgãos Autárquicos]*, que concedeu a grupos de cidadãos eleitores, residentes nas áreas da respectiva autarquia local, a possibilidade de concorrer às eleições, desde que, para esse efeito, reunissem 1% de assinaturas relativas ao universo de cidadãos recenseados.

Dos 250 deputados directamente eleitos, 248 são eleitos através de listas multi-nominais representando 11 círculos eleitorais, e 2 são eleitos em listas uninominais representando os círculos eleitorais de África e Europa e resto do mundo.

O sistema de votação seguido em todas as eleições em Moçambique é o de representação proporcional por listas de partidos políticos ou coligações de partidos políticos, e para o caso das eleições autárquicas permite-se a participação de grupos de cidadãos.

O processo eleitoral é supervisado por uma Comissão Nacional de Eleições (CNE) de 13 membros dos quais um presidente, e inclui membros indicados pelos partidos políticos com representação na Assembléia da República, representantes da sociedade civil, representantes de associações profissionais e membros indicados pelo governo. Por supervisão entende-se a função de orientar, dirigir, superintender e fiscalizar os actos do processo eleitoral. A actual composição da CNE é liderada por um académico.

A CNE supervisiona todas as eleições, presidenciais, legislativas, provinciais e municipais e tem o apoio técnico do Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE), que é o órgão responsável pela execução de todas as actividades técnico administrativas dos recenseamentos e processos eleitorais

As últimas eleições realizadas em Moçambique tiveram lugar em 2008 e 2009. Em 2008 tiveram lugar as eleições autárquicas, onde o partido Frelimo venceu em 42 dos 43 Municípios; e em 2009 tiveram lugar as eleições presidenciais e legislativas e provinciais. Armando Guebuza, candidato do partido Frelimo, foi re-eleito Presidente da República, concorrendo para este cargo com o candidato da Renamo, Afonso Dhlakama, e o do MDM, Daviz Simango. Na corrida à Assembléia da República o partido Frelimo elegeu 191 deputados, a Renamo, a principal força da oposição elegeu 51, e o partido MDM elegeu 8.

Governo Local em Moçambique

O poder local em Moçambique está estabelecido no Título XIV da Cosnstituição da República, e tem como objectivos organizar a participação dos cidadaos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado moçambicano.

O poder local compreende a existência de autarquias locais, que são pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado.

A implantação do poder local e o processo de descentralização foi feito através da Lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro *[Quadro Jurídico Legal para Implantação das Autarquias Locais]*, e legislação complementar, aprovadas no Parlamento por maioria de votos da Frelimo e da União Democrática, e criou as autarquias locais, as quais reproduzem na localidade a estrutura do Governo central. Esta lei revogou expressamente a Lei n.º 3/94, de 13 de Setembro.

Devolução de responsabilidade

O poder local em Moçambique é tutelado pelo Estado, e neste caso pelo Ministério da Administração Estatal. A tutela admninistrativa sobre as autarquias locais consiste na verificação da legalidade dos actos administrativos dos órgãos autárquicos. De acordo com o estipulado na Constituição, o exercício do poder tutelar pode ser ainda aplicado sobre o mérito dos actos admnistrativos, apenas nos casos e nos termos expressamente previstos na lei.

A implementação da descentralização e a criação das autarquias locais surge em Moçambique num contexto específico, e em harmonia com as divisões administrativas e territoriais existentes no aparelho administrativo. Este processo de reforma administrativa dos órgãos locais do Estado caracterizou-se, primeiro pelo processo de descentralização e depois por aqueles que seriam os seus beneficiários, os municípios a serem criados nos distritos e nas cidades com estatuto de distrito. Por isso, a descentralização implicou uma mudança profunda no modo de actuação da administração pública e tornou-se um processo irreversível.

A acção das autarquias está sujeita a interferências externas que podem alterar, ou até mesmo anular, as suas decisões políticas, de forma semelhante ao que acontece com a autonomia das autarquias, que já foi referida. O Ministério da Administração Estatal (MAE) assume a tutela das autarquias garantindo-lhes maior autonomia à medida que o processo for ganhando consistência. Contudo, essa autonomia não aconteceu e é pouco provável que venha a acontecer uma vez que as autarquias sofrem de enormes carências nomeadamente no domínio dos recursos humanos qualificados e financeiros, que tornam impraticável a manutenção de algumas infra-estruturas, em avançado estado de degradação para suportar uma população acima da sua real capacidade.

Na área financeira, o Ministério de Finanças (MF), tem a responsabilidade da reforma orçamental, tanto ao nível provincial como local. Os planos e orçamentos das autarquias estão assim sujeitos à vigilância e acompanhamento por parte de um órgão estatal externo à sua estrutura.

Estrutura organizacional do governo local

A estrutura organizacional dos governos local em Moçambique é semelhante, variando no seu tamanho em função da sua classificação. Muitos municípios continuam organizados do mesmo modo que o eram antes ou imediatamente a seguir à criação do poder local. A sua estrutura e quadro de pessoal são muitas vezes inadequados à actual governação, gestão e responsabilidades de prestação de serviços.

Na altura da aprovação das leis autárquicas, existiam no país 23 cidades classificadas, incluindo a Cidade de Maputo, as 10 capitais de província e outras doze. Todas estas cidades se tornaram municipalidades em 1997. Além disso, o Governo propôs que uma vila (i.e. uma sede de distrito) em cada província, se tornasse "vila municipal". Estas dez completaram o primeiro grupo de 33 municipalidades. Em 2008 o Governo aprovou outras 10 vilas que se tornaram

municipalidades, perfazendo o conjunto dos 43 municípios que hoje existem. Embora a lei não seja explícita, todas as sedes de distrito, independentemente das suas características, são consideradas como cidades.

Apesar de a legislação municipal conceder uma razoável autonomia às autarquias para definirem a sua estrutura organizacional e quadros de pessoal, com base nos modelos definidos pelo MAE, esta facilidade não tem sido aproveitada pela maioria dos municípios. Muitos municípios ajustaram os seus quadros de pessoal em quantidade e não pela função a desempenhar para a prestação de serviços que são a sua razão de ser.

A Constituição da República prevê dois tipos de autarquias, os municípios e as povoações, sendo os municípios as circunscrições territorias das cidades e vilas; e as povoações as circunscrições territoriais das sedes dos postos administrativos.

Estruturas políticas

As autarquias locais têm como órgãos uma Assembléia, dotada de poderes deliberativos, e um executivo que responde a esta assembéia, nos termos estabelecidos na lei.

A Assembléia Municipal (AM), que é o órgão deliberativo, é eleita por sufrágio universal, directo, igual, secreto, pessoal e períodico dos cidadãos eleitores residentes na circunscrição territorial da autarquia, segundo o sistema de representação proporcional.

O órgão executivo da autarquia é dirigido por um presidente que é eleito por sufrágio universal, directo, igual, secreto e periódico dos cidadãos eleitores residentes na respectiva circunscrição territorial.

Para a AM concorrem os partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores, que são eleitos através do sistema de representação proporcional. Para a presidência do órgão executivo concorrem cidadãos que não estejam abrangidos pelas incompatibilidades previstas na lei, indicados pelos partidos políticos, coligações de partidos políticos, grupos de eleitores, ou ainda como independentes.

A AM é composta por bancadas, representando os partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos que forem eleitos. Na sua estrutura de funcionamento as AM se organizam em comissões de trabalho, variando o seu número de autarquia para autarquia, em função do seu tamanho e especificidades.

O executivo autárquico é nomeado pelo presidente eleito e a sua estruturação também obedece as especificidades de cada autarquia.

O modelo de indicação das estruturas autárquicas se assemelha ao modelo da estrura nacional (Assembléia da República e Governo) como uma ligeira diferença no que toca à composição das comissões - enquanto na Assembléia da República nem todos os deputados são membros das comissões, nas AM todos os membros das AM pertencem a alguma comissão de trabalho.

Para os dois órgãos as eleições se realizam em simultâneo e o mandato para ambos é de cinco anos.

Funções

As funções das autarquias compreendem uma vasta área e estão estabelecidas na legislação do governo local que define as competências municipais nas diversas áreas: estradas dentro dos limites geográficos

da autarquia; sistemas municipais de abastecimento de água; drenagem (esgotos sanitários e drenagem de águas de superfície); distribuição de energia e iluminação pública; instalação de mercados; parques e espaços verdes; cemitérios; fiscalização do cumprimento dos regulamentos municipais através da polícia municipal; recolha dos resíduos sólidos; serviços de saúde primários; educação primária e internatos; urbanização, construção e habitação; licenciamento e regulamentação de terras e uso de terras; licenciamento e regulamentação da construção civil; licenciamento e regulamentação da actividade comercial; licenciamento e regulamentação de sistemas e serviços de transportes, entre outras funções.

Comissões de trabalho das AM

As comissões de trabalho no município são grupos de membros da AM especialistas ou interessados numa determinada matéria, que a tratam de forma mais concentrada antes da deliberação pela AM.

As comissões da AM pode ser em igual número e áreas das existentes ao nível do executivo, ou conforme deliberado pela AM. O mais importante é ter uma organização que possa permitir o melhor desempenho da AM, deliberando sobre os assuntos que a autarquia enfrenta. O senso comum é que deve prevalecer na decisão sobre o tipo de comissões, número de integrantes e áreas a abarcar. E porque algumas áreas são chave para a prossecução do mandato das AM, todas as AM devem ter comissões de Finanças, Mercados e Feiras, Salubridade, entre outras. Os membros da AM também trabalham em estreita auscultação com as comunidades para fazer o acompanhamento da implementação dos programas aprovados pela AM.

Associação Nacional dos Municípios (ANAMM)

As primeiras ideias para a criação da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique datam de 1998, quando foi rubricada a primeira "Declaração de Intenções" na Cidade da Matola, à margem da Primeira Reunião Nacional dos Municípios de Moçambique, promovida pelo Ministério da Administração Estatal. Nessa mesma ocasião foi criada a Comissão Instaladora que se encarregaria de dar os passos subsequentes para a criação da associação.

Em Maio de 1999, na Cidade da Beira, foi decidida a integração, na Comissão Instaladora, dos Presidentes das Assembleias Municipais, e atribuiu-se a tarefa de preparar o Projecto de Estatutos da Associação e organizar o seu Congresso Constitutivo. E finalmente em Outubro de 2004 realizou-se, na cidade de Quelimane, o Congresso Constitutivo da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM), e a eleição dos Corpos Sociais da nova Associação que viriam a tomar posse em Março de 2005.

A Associação Nacional dos Municípios de Moçambique, de acordo com os seus Estatutos, tem como fim a promoção da cooperação e solidariedade entre as autarquias locais, defesa dos seus direitos, dignificação e representação do Poder Local. Especificamente ela se propõe a realização de estudos e projectos sobre assuntos relevantes para o poder autárquico; criar e manter serviços de consultoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros; desenvolver acções de informação aos munícipes e de aperfeiçoamento profissional do pessoal da Administração Local; trocar experiências

e informações de natureza técnico-jurídica destinada aos membros; e apresentação propostas de acções de parceria com órgãos de soberania com vista à produção de legislação.

As Mulheres no Governo Local em Moçambique

A Constituição da República reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei sem distinção de cor, raça, sexo, ou outros factores característicos, reconhece a igualdade do homem e da mulher em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural.

O Governo local, que se funda nos princípios constitucionais, reconhece e valoriza a participação da mulher. Os partidos políticos deliberaram estabelecer quotas para a representação das mulheres ao nível local, o que justifica a presença, em números significativos, de mulheres no Governo local.

Nas últimas eleições autárquicas de 2008, foram eleitas 3 mulheres para presidir as autarquias de Xai-Xai, Manjacaze e Marrupa, e 367 mulheres foram eleitas membros das Assembléias Municipais.



Membros da Assembleia Municipal de Maputo em sessão plenária.

Photo: Eduardo Namburete

Metodologia da Pesquisa

Pesquisa bibliográfica e revisão da literatura

A pesquisa bibliográfica envolveu a revisão de uma gama de documentos para entender melhor o funcionamento do governo local em Moçambique. Os documentos consultados incluem as leis relativas ao governo local, políticas de género, estudos académicos, relatórios de ONGs e relatórios sobre género e governo local.

Amostra

A amostra estava de acordo com a primeira fase do estudo *At the Coalface* na qual os pesquisadores tentaram entrevistar dez porcento dos membros das AM nos paises com menos número de municípios (Namíbia), seis porcento nos paises com um número médio (Maurícias e Lesotho), e três porcento no país com maior número de municípios (África do Sul). Moçambique enquadra-se na categoria dos paises com número médio de municípios.

Moçambique tem 43 Municípios com um total de 1030 membros da AM, e 303 vereadores. Para este estudo foi tirada uma amostra de 6%, que resultou em 80 pessoas a serem entrevistadas, mas por causa de circunstâncias inesperadas, apenas 76 pessoas participaram no estudo, dos quais 26 homens e 50 mulheres, em todos os 9 munícipios seleccionados.

A tabela quatro ilustra a amostra dos governos locais cobertos pelo estudo e o número de membros da AM entrevistados (76 membros das AM em 9 municípios).

Tabela 4: Amostra da pesquisa

	Total de governos locais	Governos locais cobertos pelo estudo	% de municípios	Total de membros da AM	Total de embros da AM entrevistados	% de membros da AM
Moçambique	43	9	21%	1030	76	7,4%

A tabela cinco oferece uma distribuição detalhada das províncias e municípios visitados. A pesquisa cobriu uma ampla área geográfica e um bom equilíbrio entre os muncípios rurais e urbanos.

Tabela 5: Amostra dos municípios

PROVÍNCIA	Município
Cidade de Maputo	Maputo
Gaza	Chibuto
	Manjacaze
	Xai-Xai
Sofala	Beira
Nampula	Nampula
Niassa	Metangula
	Cuamba
	Murrupa
TOTAL: 5	**9**

Considerações de género

Porque o estudo é sobre mulheres no governo local, os pesquisadores procuraram entrevistar pelo menos dois terços de mulheres e um terço de homens. A inclusão de homens na amostra era importante para entender o impacto que as mulheres têm nos homens nas estruturas do governo local e entender como eles veem as mudanças, se é que há alguma, que estejam a ter lugar como resultado da inclusão de mulheres nesta esfera do governo. A tabela seis resume a distribuição por género das entrevistas realizadas nesta pesquisa: 50 mulheres (66%) e 26 homens (34%).

Tabela 6: Distribuição do género da amostra da pesquisa

Pais	Total de membros da AM entrevistados	Mulheres entrevistadas	% de Mulheres	Homens entrevistados	% de Homens
Moçambique	76	50	66%	26	34%

Partidos políticos

A pesquisa tinha também que incluir, o máximo possível, os principais partidos políticos, de acordo com a percentagem dos assentos que o partido no poder e a oposição têm no governo local. A tabela sete mostra que no geral os pesquisadores entrevistaram 79% dos membros do partido maioritário e 21% do partido da oposição e outros grupos.

Tabela 7: Distribuição dos partidos políticos na amostra da pesquisa

Partido	% da representação no governo local	Número de entrevistados	% dos entrevistados
Frelimo	78.16%	60	79%
Renamo	19.71%	14	18.4%
Grupos de cidadãos	2.14%	2	2.6%
TOTAL		**76**	

Como é que a pesquisa foi realizada

A pesquisa fez uso das seguintes técnicas:

Questionários individuais estruturados

Os pesquisadores administraram o questionário individual, incluído como Anexo A, para os membros das AM em cada um dos municípios de acordo com a amostra. Esses questionários forneceram as constatações quantitativas desta pesquisa, que são misturadas ao longo de todo o texto em caixas sombreadas com gráficos e comentários intitulados "o que os membros da AM disseram".

Entrevistas semi-estruturadas

Para obter maior introspeção e profundidade, os pesquisadores identificaram os membros e executivos das autarquias para desenvolver um perfil nas seguintes categorias:

- Membros da AM mulheres que servem para destacar o impacto do sistema eleitoral para serem eleitas.
- Membros da AM mulheres que ilustram os obstáculos para uma efectiva participação ao nível local.
- Membros da AM mulheres que ilustram os diferentes interesses e sensibilidades das mulheres ao nível local e como elas fazem a diferença.
- Membros da AM homens que ilustram a resistência à participação das mulheres ao nível local.
- Membros da AM homens que servem para destacar a mudança de atitudes em relação a igualdade do género ao nível local.

Os resultados dessas entrevistas estão incluidos no relatório em forma de citações, contos pessoais, caixas e estudos de casos que dão à pesquisa uma cara humana.

Grupos focais

Os pesquisadores procuraram realizar grupos focais nos municípios pesquisados com um mínimo de três pessoas nos seguintes grupos:

- Grupo da sociedade civil
- Grupo de Homens onde há membros da AM mulheres,
- Grupo de Mulheres onde há membros da AM mulheres



Mulheres participando numa discussão. *Photo: Gender Links*

Tabela 8: Resumo dos grupos focais

Município	Sociedade civil		Mulheres	Homens	Total de participantes
	Mulheres	Homens			
Maputo		6	6		12
Manjacaze	9	6	8		23
Chibuto	2	9	7		18
Beira	6			7	13
Nampula		6			6
Cuamba	4	4	7		15
Marrupa				10	10
Metangula			6		6
TOTAL	**21**	**31**	**34**	**17**	**103**

A tabela oito mostra que os pesquisadores realizaram 26 discussões de grupos focais em 8 municípios. Um total de 103 pessoas tomaram parte dos grupos focais, dos quais 46.6% mulheres e 53.3% homens. Os grupos focais reflectiram sobre as mesmas perguntas colocadas ao membros das AM, mas incluiram discussões sobre desafios especifícos enfrentados no município e as percepções de como os membros das AM homens e mulheres nas áreas específicas realizam o seu trabalho. Os grupos focais serviram para amplificar e verificar as respostas dadas pelos membros das AM. Ao separar os participantes em três grupos diferentes, também serviu para garantir que todas as partes (e especialmente as mulheres ao nível local) poderiam expressar os seus pontos de vista livremente.

Observação das sessões das AM

Para definir como é que as mulheres participam no governo local e se esta participação é efectiva ou não, os pesquisadores observaram quatro sessões das AM, nomeadamente nos municípios de Maputo, Xai-Xai, Beira e Nampula. Os pesquisadores tomaram notas e fizeram observações em cada uma dessas reuniões em relação às dinâmicas do género por detrás do tipo de assuntos levantados; quem os levantou; como foram debatidos; como foram resolvidos e quais as conclusões a que se pode chegar em relação a participação das mulheres nessas estruturas.

Os pesquisadores guardaram os registos quantitativos das intervenções feitas pelas mulheres e homens nas reuniões da AM com proporções diferentes de mulheres e homens; para avaliar até que ponto as mulheres participam nos diferentes cenários.

Medindo as mudanças

Assumindo que as mulheres têm sido capazes de acessar a tomada de decisão em números significantes, e que as barreiras para a sua efectiva participação começaram a desaparecer, a pergunta agora é que diferença isto faz e como é que esta diferença pode ser medida. Este é o principal enfoque deste estudo, que desenvolveu um número de índices para medir a mudança. Esses incluiam:

Transformação institucional

- Mudanças infra-estruturais, tais como provisão de sanitários e instalações adequadas para o elevado

número de mulheres que poderão ter acedido a esses "clubes" anteriormente só para homens.
- Criação de um ambiente de trabalho mais familiar; dias de folgas, horário das sessões e instalações para cuidar de crianças.
- Mudança de estilo dos debates e discursos.
- Até que ponto as mulheres têm influência dentro da instituição, verticallmente (papéis de gestão e de lidenrança dentro da instituição) e horizontalmente (estão distribuídas em todas as diferentes àreas de trabalho).
- Se existem ou não estruturas para apoiar as mulheres que toma decisões e promovem a igualdade do género.

Transformação pessoal

- As atitudes e níveis de confiança das mulheres nas principais posições para que as mulheres se sintam suficientemente empoderadas para desafiar as causas do género, mesmo dentro dessas estruturas muitas vezes hostís e patriarcais.
- Até que ponto as atitudes dos homens que tomam decisões começam a mudar e eles começam a assumir as questões do género.
- Até que ponto os esteriótipos de género sobre os papéis e responsabilidades dos homens e mulheres que tomam decisões começam a mudar e que esses papéis e responsabilidades são alternadas naturalmente.

Transformação dos principais instrumentos do governo

- A existência de leis e políticas para remover todas as formas de discriminação contra as mulheres, e ter uma responsabilidade directa sobre a melhoria do estatuto das mulheres, tais como uma legislação sobre a violência doméstica.
- Até que ponto a perspectiva do género informa todas as leis e políticas.
- Até que ponto as considerações do género são levadas em conta para o fornecimento de todos os serviços.

Limitações do estudo

Um dos desafios que os pesquisadores enfrentaram para desempenhar com sucesso esta tarefa foi o facto de que as AM não tinham datas fixas para as suas reuniões. Por várias vezes, os pesquisadores tiveram que voltar várias vezes ao mesmo local para marcar audiências, ou várias reuniões confirmadas foram canceladas, o que causou atrasos na preparação deste relatório.

Alguns membros das AM ou do executivo municpal precisavam de autorização superior para poderem responder às perguntas dos pesquisadores. Esta situação contribuiu também para que este processo tivesse alguns atrasos.

A pesquisa incluía observações das sessões das AM, mas isto não foi realizado em todos os municípios por causa das constantes mudanças de datas e cancelamento de sessões. Somente foi possível observar as sessões de quatro municípios.

Uma limitação geral de qualquer tipo de pesquisa qualitativa é a falta de "medida científica". Pela sua própria natureza, as atitudes e os relacionamentos não se prestam a medidas quantificáveis. Eles ocorrem dentro de ambientes dinâmicos e complexos, e são influenciados por factores que não podem ser controlados ou mantidos constantes enquanto as outras medidas ocorrem. Entretanto, o ponto forte desta pesquisa é que as experiências dos "pesquisados" são trazidas para a luz através das suas vivências e estórias nas páginas que se seguem.

ACESSANDO O GOVERNO LOCAL



Clara Paula Antonio Ferrão, membro da Assembleia Municipal da Cidade de Maputo. *Photo: Eduardo Namburete*

As mulheres têm ainda um longo caminho a percorrer para fazer valer os seus direitos e poder abraçar as oportunidades na vida pública. Muitas mulheres capazes, vezes sem conta são impedidas de participar nos processos de tomada de decisão ou outros fora públicos, simplesmente porque os maridos assim decidem.

Um caso exemplificativo é o do Município de Manjacaze onde os nossos entrevistados nos revelaram existirem maridos que impedem as suas esposas de participar na governação local ou em quaisquer actividades sem o seu consentimento. Argumentam, segundo os nossos entrevistados, que esses maridos não querem que as suas esposas sejam empoderadas e tenham prestígio ou o seu estatuto elevado com o receio de que uma vez economicamente e políticamente empoderadas, as mulheres vão menosprezar os seus maridos. Revelam-nos que em algum momento o Conselho Municipal da Vila de Manjacaze fez circular uma nota anunciando vagas a serem preenchidas por trabalhadores a tempo parcial, em determinadas áreas tais como construção de estradas e limpeza, mas muitas mulheres, que se sabe necessitarem de trabalho, não responderam a esse apelo porque os seus marido disseram que elas não poderiam trabalhar lado a lado com suas esposas, daí preferirem que elas ficassem em casa.

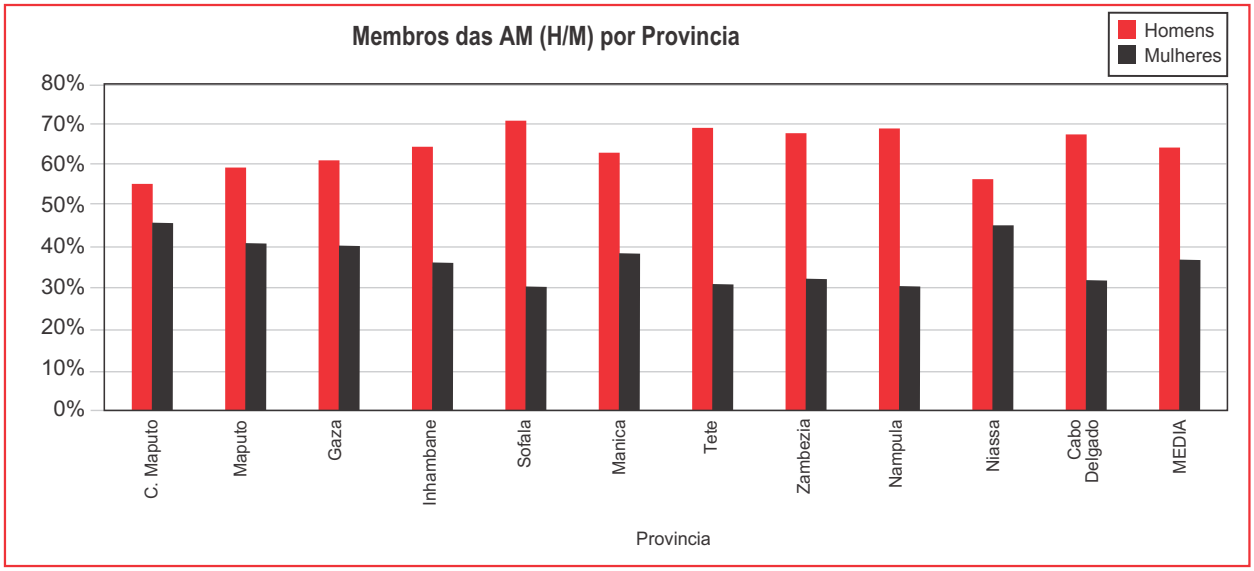
O governo local pode parecer um lugar óbvio para as mulheres por causa da sua proximidade à comunidade e os assuntos diários de preocupação das mulheres. Porém, é também a este nível onde a cultura e o patriarcado ainda são profundamente enraizados e existe a crença de que as mulheres não são capazes e não deviam ocupar espaços públicos.

Embora não existam impedimentos legais para as mulheres acederem o governo local em Moçambique, as estruturas nas quais as mulheres têm que funcionar continuam a ser amplamente patriarcais e em alguns casos bloqueiam a entrada de mulheres na arena política. Este capítulo explora as barreiras para as mulheres acederem o governo local e as estratégias para mudar.

Ausência de mulheres no governo local

O gráfico abaixo mostra que a representação das mulheres no governo local varia de 29.3% na Província de Sofala a 45.9% na Cidade de Maputo, a capital do país.

Gráfico 3: Mulheres e homens membros das AM por província



Todos os 43 municípios têm representação feminina nas Assembléias Municipais. A Cidade de Maputo, que tem estatuto de província, é a que apresenta o maior número de mulheres na AM (45.9%), seguida das províncias de Niassa e Maputo, com 44.8 e 41.3, respectivamente. A tabela nove mostra a distribuição do género nas AM por província, onde destaca-se que a província de Sofala é a que menos mulheres nas AM tem, com uma representação de 29.3%.

Tabela 9: Mulheres e homens nas AM em Moçambique

Provincia		Homens	Mulheres
C. Maputo	61	33	28
Maputo	80	47	33
Gaza	94	57	37
Inhambane	104	67	37
Sofala	92	65	27
Manica	81	51	30
Tete	65	45	20
Zambezia	112	75	37
Nampula	156	108	48
Niassa	96	53	43
Cabo Delgado	89	60	29
TOTAL	**1030**	**661**	**369**

Na generalidade todas as províncias do país têm uma representação feminina nas AM de pelo menos 30%, sendo a média nacional de 35.9%

Barreiras para o acesso

Vários factores conspiram para manter as mulheres fora do governo local em Moçambique. Esses factores são de natureza ideológica; social; política e financeira.

Crenças patriarcais

A política é um ambiente hostil para as mulheres porque ainda existe uma crença de que as mullheres não foram feitas para a política, e que elas deviam se dedicar a cuidar da casa, do marido e dos filhos. As sociedades patriarcais restringem as mulheres à esfera privada onde se espera que elas assumam as tarefas de esposas e mães. Como refere, Carlos Mavie, membro da AM de Xai-Xai "Normalmente, no seio de muitas famílias moçambicanas, principalmente, nas residentes nas zonas rurais, as raparigas são obrigadas a fazer muitas tarefas domésticas e são ensinadas que elas são inferiores em relação aos rapazes. Aliás, os pais costumam dividir os trabalhos de casa, pelo género. As raparigas fazem a maioria das tarefas de casa - lavam a loiça, varrem o interior de casa, carregam água, vão à machamba, confeccionam alimentos, etc., enquanto aos rapazes são reservadas poucas tarefas tal como cuidar do gado".

Embora a Constituição da República e outros instrumentos legais desencorajam a discriminação com base no sexo, o comportamento das comunidades, principalmentente na região sul do país, continua a relegação da mulher para os papéis domésticos, promovendo-se os homens para o espaço mais público como é a política. Mas mesmo assim este compartamento tende a mudar. Muitas organizações femininas têm se desdobrado em acções visando o empoderamento das mulheres para abraçarem tarefas outrora definidas como sendo para os homens.

Caixa 1: Espera-se que as mulheres cuidem da casa, do marido e dos filhos



Uma das poucas Presidents de Município em Moçambique, Rita Muianga, conta que quando foi eleita não sonhava que um dia teria de dirigir um município, ainda mais, grande como o de Xai-Xai, e ter que lidar com pessoas de várias origens. "Lembro-me que quando tomei posse só havia uma única mulher no município".

"Era um desafio ter que dirigir homens, especialmente nesta província onde a tradição é de que os homens devem estar no topo e as mulheres serem subordinadas", refere Muianga acrescentando que foi um choque para mim particularmente porque era a primeira vez a ser eleita para essa posição".

Para ela aceitar a proposta da sua candidatura à presidência do município precisou de consultar e obter a aceitação do seu marido, que neste caso foi muito aberto e permitiu que ela se candidatasse. "Na nossa tradição, como mulher, esposa, mãe, tenho que consultar o meu marido para tudo que queira fazer, especialmente coisas que tem a ver com trabalhar fora num serviço público", disse "eu tive sorte porque o meu marido foi muito compreensivo e apoiou-me e continua a me apoiar". Antes de ser presidente do Município de Xai-Xai, Rita Muianga foi presidente da Assembléia Municipal de Xai-Xai.

"À altura da independência as mulheres não tinham cultura de trabalhar fora de casa. Muito poucas mulheres trabalhavam e os maridos não apoiavam as esposas. Isto era, em parte, porque os homens eram educados a serem machos e as mulheres submissas aos homens. Mas isto mudou com a independência, quando começamos a ter as nossas reuniões das organizações femininas e os maridos recusavam que as suas esposas participassem", lembra Clara Ferrão, membro da AM da Cidade de Maputo, acrescentando que "tive muitas mulheres que me diziam que todas as vezes que participavam das reuniões quando regressavam a casa eram espancadas pelos seus maridos, mas não desistiram de participar, mesmo sabendo que no fim do dia iriam sofrer mais punição. E isto encourajou-me muito a me manter firme, embora eu nunca tenha experimentado tal situação, porque o meu marido entendia desde o começo a necessidade do meu engaijamento nessas actividades, e também porque tive uma educação mais liberal dos meus pais", explica. "Hoje a situação mudou muito, os maridos entendem a necessidade de as mulheres trabalharem, talvés por causa das dificuldades económicas que enfrentamos e eles sentem a necessidade da contribuição da mulher na economia doméstica. Esta é para mim a maior conquista das mulheres neste país".

As mulheres são "suas próprias inimigas"

Tal como em muitos paises da SADC, o maior número de eleitores em Moçambique são mulheres. Mas apesar de serem a maioria do eleitorado, isto não se tem traduzido em mais mulheres a serem eleitas para as posições de tomada de decisão.

A tendência de qualquer grupo de oprimidos interiorizar a sua própria opressão é um fenómeno

comum. Como um estudo sobre as mulheres no Zimbabwe indica, "ironicamente, a sociedade tem tornado as mulheres guardiãs dos valores culturais que as levaram a sua opressão. A esse respeito tendemos a concluir que politicamente, socialmente e culturalmente a sociedade tornou as mulheres suas próprias opressoras, uma vez que elas tendem a ver os homens como sendo melhores líderes que as mulheres". (SARDC/WIDSAA, 1998:43).

Tem sido frequentemente observado que as mulheres, que são geralmente a maioria dos eleitores, tendem a votar a favor dos homens. Isto, argumenta Thenjiwe Mtintso, membro do Conselho de Directores da GL e antiga Deputada do Parlamento da África do Sul pelo Congresso Nacional Africano (ANC) é "principalmente porque as suas próprias experiências condicionaram as mulheres a serem subordinadas". (Gender Links, 2007:72)

Rita Muianga acredita que as mulheres são suas próprias piores inimigas porque "quando vemos que há uma mulher a concorrer para uma posição, o primeiro pensamento que vem de outras mulheres é "o que ela tem de mais que as outras para assumir essa posição'"? E, segundo Muianga este questinamento começa a se espalhar por toda a comunidade ao ponto de todo o apoio possível ser desviado para um outro candidato masculino, que até pode não ser a melhor escolha. "Nós sempre dizemos que queremos igualdade nos cargos públicos, mas quando temos a chance para fazer isso acontecer, recuamos e damos espaço para os homens".

"Na nossa cerimónia de celebração do dia 8 de Março, Dia Internacional das Mulheres, a minha mensagem foi que as mulheres deviam se unir, porque muitas vezes quando há uma chance para uma mulher ascender a uma posição, a oposição vem das próprias mulheres", diz Muianga explicando que "se existirem cinco pessoas, homens e mulheres com as mesmas qualificações, competindo para a mesma posição, as mulheres podem facilmente apoiar um homem". "Ouvimos frequentemente de outras mulheres a dizerem coisas como: "essa mulher não é casada como é que vai ser capaz de ser uma boa chefe para a nossa comunidade? Mas as mulheres não colocam a mesma questão a um homem que não seja casado", questiona Muianga, concluindo que "as mulheres precisam de se educar mais e definir objectivos claros do que elas querem. Se continuamos atrás, temos que nos culpar a nós mesmas".

Sistema eleitoral

As evidências mundiais mostram que o tipo de sistema eleitoral aplicável tem algo a ver se as mulheres são eleitas ou não. O sistema de Representação Proporcional (RP) tem mostrado ser de longe muito mais conducivo para a eleição das mulheres contrariamente ao sistema *First Past the Post (FPTP)*.

O sistema de Representação Proporcional (RP) ou sistema de listas onde o eleitorado vota nas listas dos partidos políticos a quem depois se alocam assentos no parlamento ou nas AM de acordo com a percentagem de votos conseguidos. Neste sistema a colocação dos candidatos individuais na lista é o que determina se vão ou não serem eleitos. Quanto mais acima estiver na lista, maior é a chance de ser eleito. Num sistema de lista fechada, o partido político determina onde é que os candidatos vão ser colocados na lista, e isto normalmente é baseado num processo de eleição democrática dentro dos próprios partidos políticos, enquanto que no sistema de lista aberta, os eleitores é que determinam onde os candidatos ficam na lista.

No sistema de constituência ou sistema *First Past the Post (FPTP)* os cidadãos votam nos candidatos que

representam o partido numa constituência, em vez de votar no partido político. O candidato que ganha é aquele que consegue mais votos que os outros candidatos, mesmo que não seja uma maioria absoluta. O sistema é também conhecido como "o vencedor leva tudo" porque mesmo que um partido tenha conseguido uma percentagem significativa de votos, podem ficar com poucos ou sem nenhum representante no parlamento.

Moçambique segue o sistema de Representação Proporcional (RP) em que o país está divido em 11 círculos eleitorais nacionais, e dois estrangeiros. Os assentos são alocados em função da percentagem de votos que o partido consegue numa determinada eleição. Este sistema tem sido aplaudido pela possibilidade que ele abre para a participação e representação dos diferentes grupos representativos da sociedade moçambicana na tomada de decisão.

Partidos políticos

Os partidos políticos têm um papel muito importante na garantia da entrada das mulheres na política, através do encorajamento de candidaturas femininas, e assegurar que elas ocupem posições elegíveis nas listas. Porém, as estruturas de decisão ao nível dos partidos políticos continuam muito dominadas pelos homens, e em muitos casos continuam a obstruir o avanço das mulheres.

Manifestos e Estatutos

Um estudo sobre Género e Eleições 2009 revela que os três partidos com representação parlamentar têm semelhanças e diferenças quanto a caracterização da democracia exercida por homens e mulheres dentro dos referidos partidos. Alguns partidos estabeleceram nos seus manifestos posições claras em relação ao género e outros o fizeram no âmbito do discurso eleitoral mas nada escrito constava nos seus manifestos.

O partido FRELIMO faz referência, nos seus Estatutos, a igualdade entre a mulher e o homem e a preocupação com o envolvimento da mulher no processo de desenvolvimento do país. Na alínea g) do artigo 5 dos seus Estados, sobre os objectivos, A FRELIMO afirma ser um dos seus objectivo assegurar um quadro institucional que satisfaça de modo crescente os interesses dos grandes grupos sociais: da criança, do jovem, da mulher, dos idosos, dos veteranos de guerra e das vítimas da guerra. E no seu artigo 8º sobre os deveres dos membros, estabelece que são deveres dos membros, de entre outros, lutar pelo respeito e pela emancipação da mulher.

O artigo 78 dos Estatutos da FRELIMO, sobre a seleção de candidatos a deputados, a Frelimo estabelece que "com vista a assegurar a participação significativa da mulher e dos jovens nos órgãos do Estado e nas autarquias locais, a Comissão Política pode definir quotas mínimas a serem observadas na organização das listas.

O manifesto da FRELIMO para as eleições de 2009 refere que este partido promove o equilíbrio do género nos órgãos de decisão a todos os níveis, bem como em todas as esferas da vida social, política, económica e cultural, como um dos elementos importantes para a unidade nacional. Diz também que assume os Objectivos do Milénio de "Promover a igualdade de género e e o exercício do poder pela mulher".

O Partido FRELIMO estabeleceu a quota para as mulheres nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis em 40 porcento e, na legislatura que este ano foi inaugurada (2010 - 2014) elegeu 79 deputadas,

o correspondente a 41.4% do total de eleitos por este partido.

O partido RENAMO faz referência, no artigo 25 dos seus Estatutos, sobre a composição do Conselho Nacional, que é o órgão deliberativo do partido no intervalo entre dois congressos, de que no processo da selecção dos seus membros observa-se o princípio de representação das províncias e do género.

Embora não tenhamos podido acessar os documentos que estabelecem as quotas para as mulheres, de fontes autorizadas fomos informados que o partido RENAMO estabelecera a quota de 30 porcento para a participação da mulher nas estruturas decisórias do partido, e que no último Congresso, realizado em 2009, o partido decidiu aumentar a cota para 50 porcento. Dos 51 deputados que o partido RENAMO elegeu nas eleições de 2009, 16 são mulheres, o que corresponde a 31.37% dos seus deputados.

O Movimento Democrático de Moçambique (MDM), recentemente entrado no cenário político nacional, elegeu nas últimas eleições legislativas 8 deputados, dos quais apenas uma mulher, representando uma percentagem de 12.5% dos seus deputados. Os Estatutos do MDM fazem menção a participação da mulher na sua estrutura, e destaca a Liga da Mulher como a organização do partido virada para a promoção e mobilização da mulher.

No seu manifesto eleitoral de 2009, o MDM propõe-se a, de entre outras coisas, desenvolver acções afirmativas que permitam incluir as mulheres no processo de desenvolvimento do país, por meio da promoção da sua autonomia económica e de iniciativas produtivas que eliminem as diferenças salariais entre homens e mulheres; Abrir um leque de oportunidades de emprego para as mulheres, quer na agricultura comercial, quer em actividades não-agrícolas, de modo a aumentar a mobilidade feminina para fora da agricultura.

Especificamente sobre a participação da mulher no processo de tomada de decisão, o MDM propõe-se, no seu manifesto eleitoral, a incentivar a participação das mulheres nos espaços de poder na sociedade e nas decisões das políticas públicas;

Embora poucos partidos políticos explicitam nos seus Estatutos ou manifestos eleitorais a sua posição em relação ao género, é clara a preocupação com as mulheres, que é manifesta nos discursos e na criação de estruturas próprias dentro dos partidos para coordenar as suas actividades. Porém, a participação das mulheres nos processos de decião ao nível dos partidos políticos ainda está refém do patriarcado que caracteriza a nossa sociedade.

Um estudo realizado em 2005 revela que apesar de as mulheres participarem em maior número nas campanhas eleitorais, e os partidos políticos demonstrarem alguma consideração pelas mulheres, elas são muitas vezes usadas apenas para a mobilização do eleitorado, aproveitando-se da sua pre-disposição de realizar "tarefas menos visíveis". "...o papel das mulheres limita-se a cantar e a apelar às pessoas para votarem no seu líder e no seu partido"[1].

Tabela 10: Eleições anteriores – Governo local urbano

Partido politico	No. de mulheres	% de mulheres
Frelimo	319	87.9%
Renamo	44	11.9%
Outros	5	1.3%

[1] Osorio, C. et al The case of the 2004 legislative elections in Mozambique: a gender analysis (WLSA Maputo, 2005).

O processo dos partidos políticos

A forma como os partidos políticos confirmam os seus candidatos pode favorecer ou prejudicar a participação das mulheres nas eleições. No caso de Moçambique, os principais partidos políticos estabeleceram, de forma clara, o espaço a ser ocupado pelas mulheres, através da definição de quotas, mas porque esta decisão é tomada por uma estrutura fortemente dominada pelos homens, a participação da mulher continua condicionada.

Dos 111 candidatos que concorriam ao cargo de Presidente de Município nas 43 autarquias nas eleições de 2008, apenas 7 (6%) eram mulheres, e dessas apenas 3 conseguiram se eleger Presidente de Município, esses são os casos de Rita Muianga, em Xai-Xai, Maria Helena Langa, em Manjacaze, ambas na província de Gaza, e Marta Romeu, o Município de Marrupa, província do Niassa. Todas estas mulheres pertencem ao partido FRELIMO.

Finanças

As eleições autárquicas, contrariamente ao que acontece com as eleições legislativas e presidenciais, não são financiadas com fundos do Estado, o significa que cada partido organiza as suas finanças da melhor maneira que conseguir. Esta responsabilidade muitas vezes é depois transferida aos candidatos aos cargos de presidente dos municípios e a membros das AM.

Algumas mulheres entrevistadas para este estudo indicaram que os constrangimentos financeiros têm dificultado a entrada de mulheres na corrida por um assento nas AM. "Imagina o tempo que uma mãe que é vendedeira no mercado, e tem que abandonar a sua actividade para ir fazer campanha e no final do dia regressar a casa sem nada para dar aos filhos. É uma situação difícil, principalmente quando essa mulher é mãe solteira". Mesmo quando a campanha é suportada pelos partidos políticos, os candidatos têm que dedicar tempo para mobilizar o eleitorado, e para as mulheres sem condições sociais e económicas favoráveis para a sua participação, esta pode ser a razão da sua auto-exclusão destes processos".

Estratégias para a mudança

Nunca houve falta de razões para explicar o porquê as mulheres não podem ser eleitas para os cargos de tomada de decisão. Mas também existem muitos exemplos, no sistema de *RP* e no sistema *FPTP*, de aumentos significativos da participação de mulheres na tomada de decisão como resultado de medidas deliberadas a serem tomadas. O factor chave aqui é a vontade política. Se ela existe, outras medidas se seguirão.

Quotas - lições da região

As quotas têm sido implementadas na região da SADC. Todos os cinco paises da SADC que alcançaram ou ultrapassaram os 30% de representação de mulheres no governo local - Lesotho (58%), Moçambique (35.6%), África do Sul (40%), Tanzania (34%) e Namibia (42%) têm algum tipo de quotas.

As *quotas voluntárias* são medidas tomadas pelos partidos políticos para garantir a inclusão de mulheres nas suas listas ou nas suas estruturas. A desvantagem deste tipo de quotas é que muitas vezes não existem sanções pelo seu não cumprimento, e como resultado elas são muitas vezes promessas que ficam no papel e não são implementadas. O Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul, a FRELIMO e a RENAMO, ambos de Moçambique, estabeleceram quotas voluntárias de 50% para o primeiro partido, e 40% e 30% para os dois últimos, respectivamente.

As *quotas Constitucionais e legisladas* são medidas obrigatórias que determinam, através da Constituição ou Leis eleitorais relevantes que uma certa percentagem dos assentos ou posições devem ser reservadas para mulheres. A vantagem deste tipo de quota é que elas se aplicam a todos os partidos políticos e há sancões ou penas para os partidos que não cumprirem, tais como a rejeição das listas pelas Comissões Eleitorais ou desqualificação nas eleições. A Namíbia tem um sistema de RP assim como quotas legisladas de 30% ao nível local. Esta experiência é muito relevante para o caso de Moçambique que também adoptou o sistema de RP.

Caixa 2: As mulheres do Lesotho lideram o caminho no governo local

O Lesotho é o exemplo brilhante quando se trata de representação de mulheres no governo local na região (e ao nível mundial), com 58% de mulheres nesta esfera. A razão para isto é que para as primeiras eleições locais em 2006 instituiu uma quota de 30% para as mulheres através da Lei do Governo Local de 2004. Uma em cada três constituências era reservada para mulheres. Essas constituências vão ser rotativas ao longo de três eleições consecutivas, depois das quais as quotas vão ser revistas. Este processo teve os seus desafios, com um membro da AM que, insatisfeito, abriu um processo contra a Comissão Eleitoral Independente nas vésperas das eleições de 2005 na base de que o seu direito constitucional de concorrer na constituência da sua escolha havia sido violado pela reserva de constituência apenas para mulheres.

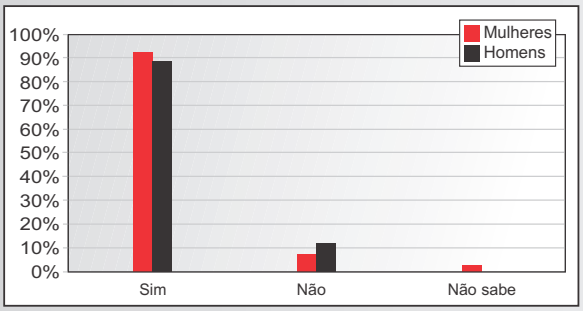
O Tribunal de recurso do Lesotho recusou o pedido de declaração da inconstitucionalidade da reserva de 30% das constituências para as mulheres, mantendo a decisão do Tribunal Supremo de que a acção afirmativa pode ser aplicada para responder aos desequilíbrios estruturais. Este julgamento é bastante significante para a região da SADC uma vez que ele sustenta o princípio da acção afirmativa no aumento da representação de mulheres na tomada de decisão e no alcance das metas estabelecidas pelos Chefes de Estado.

Na Tanzania os artigos 66 (1) (b) e 78 (1) da Constituição da União estabelece 30% dos assentos na Assembléia Nacional a serem alocados as mulheres apenas baseado na pe rcentagem dos votos que cada partido conseguir. Ao mesmo tempo que as mulheres têm a liberdade de concorrer neste sistema de *FPTP*, a Constituição garante às mulheres 30% dos assentos no Parlamento através do mecanismo de distribuição dos assentos de *RP*.

Quotas - A visão da base

As entrevistas com os membros das AM e as discussões nos grupos focais revelaram um elevado índice de apoio ao estabelecimento das quotas como forma de garantir a participação da mulher no governo local. Este apoio vem inclusive de partidos que não têm quotas estabelecidas nas suas próprias estruturas, mas que equacionam a adopção de quotas. Outra revelação interessante é que os homens também apoiam a aplicação de quotas para a promoção da mulher no governo local.

O que os membros das AM disseram sobre as quotas



No geral 91% dos membros das AM entrevistados (92% mulheres e 88.5% homens) disse acreditar no uso das quotas para o aumento da representação das mulheres na tomada de decisão ao nível local. Este nível de apoio é muito superior aos resultados obtidos no primeiro estudo *At the Coalface* realizado no Lesotho, Maurícias, Namíbia onde 81% dos entrevistados concordavam com a utilização das quotas.

Este resultado é muito superior ao identificado na pesquisa levada a cabo em *Ringing up the Changes* em 2004 (78 porcento de mulheres, 66 porcento de homens e 76 porcento no geral apoiavam as quotas). Este estudo cobriu políticos em todas as áreas de tomada de decisão (parlamento, governo central e governo local).

As constatações deste estudo, que apenas cobriu os membros das AM, reflecte o alto grau de conscientização ao nível local. É uma clara mensagem para aqueles que dizem que as quotas não vão funcionar ao nível local; eles não estão a escutar as vozes que vem da base.

As discussões dos grupos focais com mulheres e homens eleitores bem como representantes da sociedade civil forneceram opiniões interessantes. Embora não surpreendente, vale notar que os entrevistados do sexo masc ulino apresentaram-se muito favoráveis ao estabelecimento de quotas como forma de imprimir maior celeridade ao equilíbrio do género nos círculos de tomada de decisão. Alguns dos comentários são:

- Não achamos que porque em todo o ciclo da vida as mulheres são as que mais responsabilidades têm - no seio das famílias, além de que são a maioria da população em Moçambique, seria importante que a sua participação nos círculos de tomada de decisão fosse maior. (Homem de Chibuto)
- Ainda persiste um certo grau de machismo e discriminação contra a mulher, mas as evidências indicam uma evolução. O facto de os partidos aceitarem estabelecer quotas é sinal de crescimento da consciência. (Homem da Beira)
- Esta é a única maneira de se ter mais mulheres nos círculos de decisão e desta forma fortalecer a democracia. (Homem de Xai-Xai)
- A instituição das quotas é uma medida muito acertada para o aumento da participação das mulheres na tomada de decisão. Mas esta não deve ser a única decisão a ser tomada, é preciso de se criem condições para que as mulheres adquiram conhecimentos que lhes capacitem a participarem activamente nos locais onde estiverem. (Mulher de Manjacaze)
- As quotas são muito boas, mas precisamos de dar às mulheres oportunidades para conseguirem a sua independência financeira. (Mulher de Maputo)
- O aumento do número de mulheres é desejável, uma vez que as mulheres e os homens têm diferenças em termos de pontos de vista, o que é importante

para a consolidação da democracia e promoção de desenvolvimento. (Mulher de Chibuto)
- Para além de implementar quotas, os partidos deveriam promover uma educação sobre a necessidade e importância da igualdade de género, de modo a que a igualdade de género seja interiorizado por todos e não apenas um exercício mecânico. (Mulher de Manjacaze)

A opinião de muitos participantes é de que as quotas são uma medida acertada para resolver os problemas de desequilíbrio de género que têm ao longo de gerações colocado as mulheres em posição de desvantagem. Porém, o aumento do número de mulheres nos cargos de decisão deve ser acompanhado por outras medidas para transformar os números em acções concretas. Para que a presença das mulheres nos cargos de decisão seja mais efectiva é necessário que elas sejam capacitadas.

- É importante que se estabeleçam as quotas para as mulheres, mas mais do que isso elas precisam de ser apoiadas financeiramente para que sejam efectivamente livres para fazerem as suas escolhas. (Sociedade Civil de Chibuto)
- As mulheres tem capacidades, elas só precisam de serem apoiadas para poderem demonstrar aquilo que elas podem fazer para o bem das comunidades. (Sociedade Civil de Manjacaze)

Apesar de serem poucos os que se apresentam contrários à ideia das quotas para as mulheres, é relevante apresentar os seus pontos de vista:

- Não deve existir igualdade absoluta, entre homens e mulheres. O homem tem que ser superior em relação à mulher para ser bom chefe; mesmo em casa, a mulher é a secretária e o homem é o chefe, e para o homem ser bom chefe no serviço, tem primeiro que ser chefe de uma família. (Mulher da Beira)
- Não se pode colocar mulheres no município somente para dar a entender que à mulher é dado espaço, para depois ser usada para fins propagandísticos, o que de facto é o que tem acontecido em alguns casos. (Homem de Xai-Xai)
- As mulheres devem lutar para conseguir o seu próprio espaço porque elas têm capacidades e não são deficientes. Elas são a maioria da população e se quizerem podem alcançar a maior representatividade de que tanto se fala sem a adopção de medidas proteccionistas. (Homem de Chibuto)

Reforma eleitoral

A legislação eleitoral moçambicana tem sempre sido alvo de revisões em todos os processos eleitorais, e fundamentalmente as questões em debate são os aspectos considerados não consensuais e que, na opinião de uns, favorece a ocorrência de fraudes e outras irregularidades. A questão da participação das mulheres ainda não foi assunto de debate nos processos de reforma eleitoral. Esta questão tem sido levantada nos debates académicos e em seminários, onde se busca a melhor fórmula de fazer com que a lealdade dos representantes do povo seja primeiro para com o eleitorado/povo e não para com as lideranças dos seus partidos como acontece actualmente.



Mulheres vendendo mariscos na ponte-cais da Catembe. *Photo: Eduardo Namburete*

Conclusões

A evidências da região mostram que as quotas, sejam elas voluntárias ou legisladas ou estabelecidas constitucionalmente, podem ser implementadas de forma efectiva e produzir resultados para as mulheres no governo local. Moçambique tem dado sinais muito positivos com o estabelecimento de quotas voluntárias ao nível dos partidos políticos. A presença significante de mulheres no Parlamento, no Governo central e ao nível dos governos locais, é em parte resultado da deliberação dos principais partidos políticos de estabelecer quotas para as mulheres.

O compromisso dos partidos políticos com a causa do género é crucial e deve ser mais do que um mero encorajamento das mulheres a participar, devem todos avançar para a inclusão desses compromissos nos seus Estatutos e manifestos e outros documentos de políticas.

O momento actual em que o Governo tem sido reconhecido internacionalmente pelas suas conquistas na promoção do género, e a vantagem de obter uma maioria qualificada no órgão legislativo, apresenta-se favorável para que a questão das quotas seja legislado e seja aplicado por todos os partidos políticos que almejam assumir a direcção do país ou dos governos locais. Para isso, é importante que o governo e as organizações empenhadas na promoção do género envolvam cada vez mais os parlamentares nas discussões sobre igualdade do género.

PARTICIPAÇÃO



Mulheres participando numa reunião em Chimoio. *Photo: Eduardo Namburete*

Muitos estudos têm revelado que é possível as mulheres estarem na tomada de decisão mas para serem efectivamente excluídas por causa das barreiras institucionais. Este capítulo tenta medir o nível de participação das mulheres no governo local em Moçambique e as barreiras para a sua participação efectiva. Inversamente, o capítulo explora os factores que viabilizam a participação das mulheres. Potencialmente, todos os factores inibidores podem ser transformados em factores viabilizadores. Isto é importante porque só através da efectiva participação das mulheres se pode mudar o caracter institucional do governo local, a sua agenda e os serviços que providencia.

Clara Paula António Ferrão é membro da AM de Maputo, onde serve na Comissão de Cemitérios e Salubridade. Para além de membro da AM Ferrão é proprietária de uma farmácia no bairro Trevo, na Província de Maputo. Nascida em 1948 na provincial de Tete, onde fez o ensino primário e secundário antes de se mudar para Maputo onde cursou Farmácia em 1971. É casada e tem nove filhos, dos quais seis biológicos e três adoptivos.



Ferrão tornou-se membro da AM indicada pelo seu partido, ao qual se juntou em 1974. "Desde 1974 sempre fui membro da FRELIMO e foi nessa capacidade que quando o partido esteve a organizar as listas para as eleições de 2003 fui abordado para integrar a lista da Cidade de Maputo, o que prontamente aceitei", disse Ferrão acrescentando que "no nosso sistema eleitoral só se torna membro da AM se o seu partido ou organização te incluir na lista".

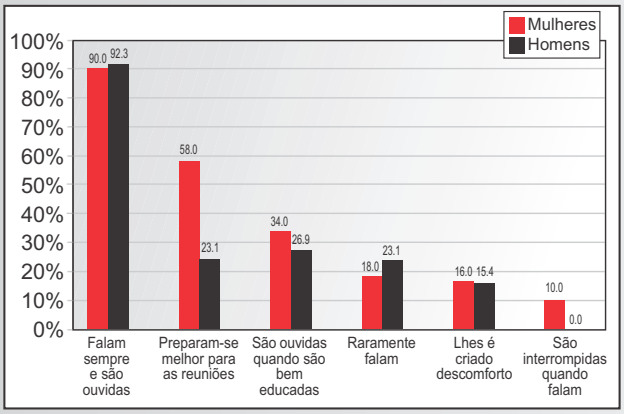
Embora operando num ambiente ainda dominado por homens, Ferrão está confiante de que vai vencer os obstáculos e fazer-se ouvir. "Gosto de desafios", esta é a forma como ela respondeu quando perguntamos o que lhe tem ajudado a crescer na AM. "Somos muitas mulheres, mas muitas delas são muito cuidadosas ao falar, em público e nas plenárias elas se auto-controlam, mas comentam muito nas comissões. E como eu gosto de falar, o medo das outras é um encorajamento para mim e uma oportunidade para falar".

Ferrão reconhece os desafios que as mulheres enfrentam na AM, mas para ela esses desafios não deviam ser um impedimento para as mulheres se expressarem e participarem activamente nas actividades. "Temos todas as classes sociais na AM, e de todas elas as mulheres são as menos preparadas". Olhando para os tempos da sua juventude, Ferrão lembra que durante muito tempo as mulheres não eram permitidas estudar, esse era um privilégio dos homens. "Essas mulheres de hoje, que gostam de trabalhar, participar, não estão intelectualmente preparadas para enfrentar os desafios de hoje", disse Ferrão, deixando claro que a falta de preparação dessas mulheres é apenas ao nível do discurso, porque elas estão preparadas para identificar os problemas reais que afectam as pessoas nas comunidades. "Ajudar a traduzir o pensamento e as preocupações dessas mulheres tem sido a minha inspiração. Eu as encorajo a continuarem com os estudos de modo a superar essas limitações, e estou feliz em ver que muitas delas estão agora a estudar".

Medindo a participação

Uma vez que as mulheres conseguem entrar no governo local levantam-se grandes expectativas para elas desempenharem as suas funções de forma efectiva. Sendo elas ainda minoria em Moçambique, as mulheres enfrentam dificuldades para conseguir que as suas vozes sejam ouvidas. Há uma forte percepção , principalmente entre as mulheres membros da AM de que elas não são levadas a sério.

O que os membros das AM dizem sobre a participação das mulheres nas sessões



Como o gráfico indica, mais da metade dos entrevistados, homens (92.3%) e mulheres (90%), concordam que as mulheres falam frequentemente e são ouvidas. Apenas 10% das mulheres disseram que as mulheres são interrompidas quando falam, enquanto que nenhum homem mencionou este facto. Há também uma concordância em que poucas mulheres (16%) e homens (15.4%) concordam que as mulheres são humilhadas ou lhes é criado algum desconforto.

Estes dados estão em linha com os resultados da primeira fase do estudo *At the Coalface* realizado no Lesotho, Maurícias, Namíbia e África do Sul, em que, com a excepção das Maurícias, há muitas mulheres no governo local. Isto sugere que onde há uma "massa crítica" de mulheres, o seu nível de desconforto é muito mais baixo.

Ao mesmo tempo que os homens afirmam não interromper as mulheres quando falam, 26.9% deles admitem que elas só são ouvidas quando são bem educadas (escolarizadas) e auto-confiantes, contra 34% de mulheres que concordam com esta colocação.

Uma grande diferença de posicionamentos verifica-se em relação a preparação que as mulheres fazem antes de irem para as reuniões, com uma percentagem de 58% de mulheres a concordarem que as mulheres se preparam melhor para as reuniões contra apenas 23.1% de homens que concordam com esta afirmação. Isto revela que as mulheres nem sempre são julgadas nos mesmos padrões aplicados aos seus parceiros masculinos, e que para terem reconhecimento nesta arena, têm que trabalhar muito mais.

Participação nas reuniões e debates

O que pode ser, para as mulheres, que muitas delas estão no governo local pela primeira vez, participar nessas sessões? Uma pesquisa do Banco Mundial sobre municípios locais na índia constatou que, controlando outros factores, as mulheres marcavam 24 pontos mais baixo que os homens numa escala de participação política de 100 pontos (1999:14). Mas as evidências mostram que as mulheres enfrentam uma grande batalha quando a questão é participar nas sessões da AM.

Numa observação de quatro sessões das AM em Moçambique, a GL desenvolveu uma planilha detalhada de todas as intervenções feitas pelos membros das AM, divididos em masculinos e femininos. E estes foram ainda subdivididos em Decisores, e se o Presidente da Assembléia Municipal é homem ou mulher, Partido no Poder (PP) e Partido de Oposição (PO).

Tabela 11: Participação das mulheres nas sessões da AM

Municipio	Total de MAM	Mulheres na AM	% Mulheres na AM	PAM	Total Intervenções	QUEM FALA?															
						HOMENS								MULHERES							
						D		PP		PO/Ind		Total		D		PP		PO/Ind		Total	
Maputo	28	45.9%	45.9%	H	33	0	0	21	63.6%	6	18.2%	27	81.8%	0	0	6	18.2%	0	0	6	18.2%
Nampulo	23	40.3%	40.3%	H	24	0	0	14	58.3%	5	20.8%	19	79.1%	0	0	4	16.6%	1	4.1%	5	20.8%
Beira	18	30.0%	30.0%	H	08	0	0	3	37.5%	2	25%	5	62.5%	0	0	1	12.5%	2	25%	3	37.5%
Xai-Xai	13	38.2%	38.2%	H	11	0	0	7	63.6%	0	0	7	63.6%	0	0	4	36.4%	0	0	4	36.3%
TOTAL	82	31.3%	31.3%		76	0	0	45	59.2%	13	17.1%	58	76.3%	0	0	15	19.7%	3	4%	18	23.7%

D= Decisor; PP= Partido no Poder; PO= Partido da Oposição; Ind= Independente

A tabela onze mostra que os homens dominam em todas as sessões das AM, com as mulheres a participarem em apenas 23.7% do tempo. Entretanto, se considerarmos que as mulheres constituem apenas 31.3% nesses municípios, essa percentagem de participação é relativamente alta. Dos municípios onde os pesquisadores observaram as sessões, o Município da Beira é o que menos mulheres têm, mas apresenta um nível de participação feminina mais elevado, em 37.5%. É interessante observar que mesmo no município de Xai-Xai onde as mulheres constituem 38.2% dos membros das AM, a sua participação na sessão foi de 36.3% de intervenções feitas. Estes dados conferem com as afirmações avançadas pelos nossos entrevistados de que as mulheres falam frequentemente e são ouvidas, com algumas excepções nos Municípios de Maputo e Nampula, onde, curiosamente, a presença feminina é consideravelmente elevada.

Assuntos levantados

Nas quatro Assembleias Municipais em que se efectuou a observação das sessões, foram 76 as intervenções feitas, das quais apenas 18 mulheres, o correspondente a 23.7%. E destas apenas três representam os partidos da oposição.

As grandes questões levantadas pelos homens em quase todas as sessões observadas relacionavam-se com a habitação (29%) e transportes (12%). Notou-se que nas intervenções dos homens nas AM, boa parte do tempo (24%) foi dedicado a ataques pessoais entre os vários intervenientes.

Os homens fizeram também menção às questões do meio ambiente, erosão (principalmente nos Municípios de Xai-Xai e Beira), saneamento do meio, educação, saúde, corrupção e gestão orçamental.

As intervenções femininas foram também para abordar as questões de habitação, em 22 porcento, e as questões de infra-estrutura e energia, saúde, meio ambiente, mulher e acção social e segurança, ocuparam 16.7% do tempo das intervenções das mulheres.

Na AM de Maputo as interveções eram mais articuladas, quer da parte das mulheres assim como da parte dos homens, todos a exigir maior acção por parte do executivo nas áreas de salubridade e transportes.

No município de Xai-Xai quase todos os intervenientes limitaram-se a repetir o que consta

no informe da edilidade de Xai-Xai, e notou-se que a maioria das mulheres que interviram tiveram dificuldades para apresentar as suas intervenções, mesmo estando elas por escrito. Notou-se, entretanto, que a presença de mulheres na AM de Xai-Xai faz alguma diferença pois elas tendem, de algum modo, a articular os interesses das mulheres, embora a agenda do género não seja destacada nos debates, eventualmente devido aos problemas mais urgentes que afectam os munícipes.

No município da Beira a sessão concentrou-se mais nos questionamentos ao informe apresentado pelo Presidente da AM da Beira. Aqui, tanto os homens como as mulheres denotavam grandes dificuldades para articular o seu pensamento, e mostravam alguma insegurança do que pretendiam apresentar.

Os problemas que dominaram a sessão da AM da Beira, tanto da parte das mulheres como da parte dos homens, se resumiam a problemas de água, energia, criminalidade, lixo e saneamento que a autarquia da Beira ainda enfrenta.

Em todas as sessões observadas notou-se que a questão do género não aparecia como assunto de destaque, apenas algumas raras menções na AM de Xai-Xai.



A participação das mulheres nas comissões do conselho é um imperativo.
Photo: Eduardo Namburete

Posições ocupadas nas AM

A existência de mulheres em todas as Assembléia Municípais do país constitui uma vantagem para a sua inserção ao nível das comissões de trabalho. Embora haja uma relativa vantagem para os homens, a presença das mulheres nas comissões de trabalho é significativa, chegando em alguns casos a representar metade dos membros das comissões.

Comissões

A tabela abaixo, sobre a representação das mulheres nas comissões de trabalho, ilustra como as mulheres estão distribuídas nas comissões de trabalho nos municípios pesquisados. Revela que 41.2% dos lugares nas comissões de trabalho são preenchidos por mulheres, sendo a maior representatividade na Assembléia Municipal de Cuamba, onde 53.7% dos lugares nas comissões são ocupados por mulheres, seguindo-se a Assembléia Municipal de Metangula, com 50% de representação feminina ao nível das comissões de trabalho.

A representação mais baixa de mulheres nas comissões de trabalho verifica-se no Município da Beira, onde apenas 30% dos lugares são ocupados por mulheres. Este facto se justifica pelo facto de haver poucas mulheres ao nível da AM da Beira (30%).

De referir que ao nível municipal todos os membros da AM pertencem a alguma comissão de trabalho, daí que a proporção de mulheres ao nível das comissões de trabalho será a mesma ao nível da Assembléia Municipal.

Tabela 12: Representação das mulheres nas comissões

Municipio	Presidente da AM H/M	Mulheres	Homens	Total	% Mulheres
Maputo	H	28	33	61	45.9%
Mandlakazi	H	4	5	9	44.5%
Chibuto	H	7	8	15	46.6%
Xai-Xai	H	13	21	34	38.2%
Beira	H	18	42	60	30.0%
Nampula	H	23	34	57	40.3%
Marrupa	H	4	6	10	40.0%
Cuamba	H	15	13	28	53.7%
Metangula	H	6	6	12	50.0%
TOTAL		**118**	**168**	**286**	**41.2%**

Mulheres gestoras no governo local

As mulheres tendem a estar presente nos cargos de administração do que nos cargos de decisão política. Nesta pesquisa constatamos que apenas três municípios são dirigidos por mulheres e os restantes quarenta por homens.

Ao nível dos Municípios pesquisados as mulheres ocupam 22% das posições de vereadores, contra 78% das posições ocupadas por homens. Embora não pudessemos acessar os dados dos empregados nos municípios nos escalões inferiores, as evidências empíricas nos remetem a conclusão de que há mais mulheres nos serviços de apoio - secretárias, protocolo, recepcionistas.

Tabela 13: Mulheres no executivo do governo local

Níveis de gestão	Mulheres		Homens		Total
	Nr.	**%**	**Nr.**	**%**	
Gestão de topo	3	7%	40	93%	43
Gestão sénior	18	22%	64	78%	82
Gestão de nivel medio	-	-	-	-	-
Gestão de base	-	-	-	-	-
TOTAL	**21**	**16.8%**	**104**	**83.2%**	**125**

A pesquisa identificou 64 veareações nas 9 autarquias que fazem parte desta investigação, e constatou que apenas 18 delas são dirigidas por mulheres, o correspondente a 27.8%. A maior parte dessas mulheres estão no Município de Manjacaze - o que tem maior representatividade de mulheres (50%). O Município de Xai-Xai segue em segundo lugar com 37.5% de mulheres no executivo municipal, e em terceiro lugar está o Municiípio de Nampula com 33.3%.

Os Municípios da Beira e de Cuamba são os que menos representatividade feminina têm ao nível do executivo municipal, com apenas 14.3%.

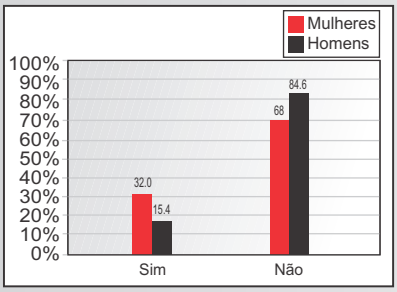
A presença significativa de mulheres ao nível do executivo municipal em Manjacaze e Xai-Xai pode ter a sua explicação no facto de os dois municípios serem dirigidos por mulheres que abraçaram a causa do equilíbrio do género. Como referiu Rita Muianga, "quando assumí a presidência do município só havia uma mulher no executivo municipal e os restantes eram homens, e o meu desafio era idetificar pessoas com as quais poderia desenvolver o meu plano de governo, trazendo novas pessoas e tentando equilibrar o género no meu gabinete", disse Muianga, repisando que "neste momento tenho na minha equipa três mulheres responsáveis por áreas chaves: Administração e Finanças; Mulher e Assuntos Sociais; e Educação".

Barreiras para a participação

As entrevistas com os membros das AM, ambos homens e mulheres, evidenciaram que as mulheres enfrentam muitos desafios. Confrontadas com as grandes expectativas que a comunidade tem delas, as mulheres membros das AM têm que trabalhar num ambiente ainda patriarcal onde os costumes e a tradição estão profundamente enraizados.

Quando os problemas emergem nas comunidades, os membros das AM mulheres são as primeiras a serem procuradas para ajudar na solução desses problemas, principalmente os de natureza social. Mas a falta de recursos impede-as de responder satisfatóriamente a todas as solicitações. "quando surgem problemas na comunidade nós somos os primeiros a ser chamados para acudir as situações; quando são doenças, falecimentos, mas muitas vezes não temos as condições para apoiar essas pessoas e temos que tirar do pouco que temos para ajudá-las", disse uma das entrevistadas.

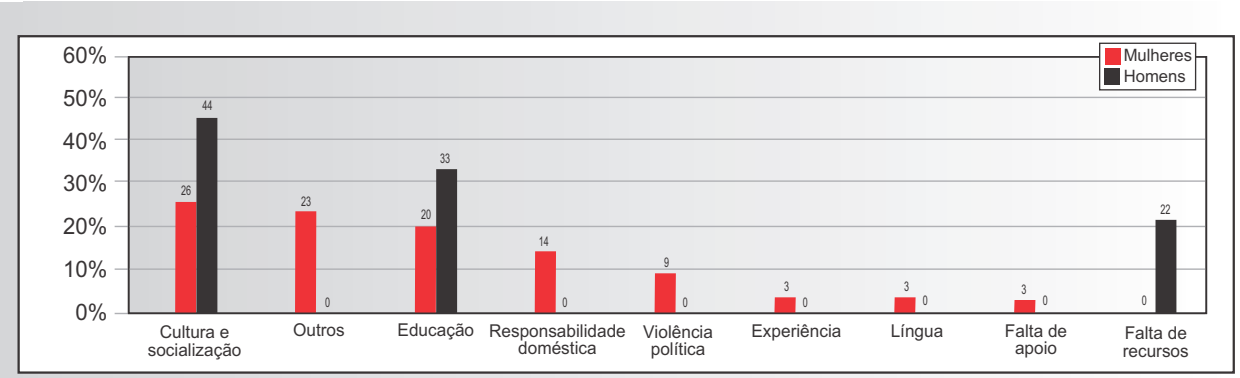
O que os membros das AM disseram sobre as barreiras para a participação



No geral, 26% dos membros das AM entrevistadas concordam com a afirmação de que existem barreiras para a participação das mulheres no governo local, mas mais mullheres (32%) que homens (15.4%) defendem esta posição. A maioria dos entrevistados (74%) dos quais 68% mulheres e 84% homens não acreditam que existam barreiras.

Isto é relativamente mais baixo em relação ao estudo At the Coalface que constatou que no geral nos quatro paises que foram estudos de caso (Lesotho, Maurícias, Namíbia e África do Sul) 42% concordavam com a afirmação de que existem barreiras para a participação das mulheres no governo local (46% entre as mulheres).

Com relação ao tipo de barreiras que as mulheres membros das AM enfrentam para participar no governo local de forma efectiva, os nossos entrevistados listaram as barreiras culturais, políticas, económicas e sociais.



Barreiras ideológicas

Cultura e socialização

A cultura e socialização foi indicada como a principal barreira para a participação das mulheres, com a maioria dos homens (44%) e mulheres (26%) a indicar isto como um impedimento. As barreiras culturais mencionadas referem-se às crenças de que as mulheres quando se casam é para cuidar das suas família, filhos e maridos, e por isso o trabalho fora de casa ou em funções públicas não faz parte das expectativas das sociedade em relação a uma mulher casada. Essas sociedades não aceitam de forma serena o envolvimento de mulheres em assuntos que são considerados dos homens, como é o caso da política e vida pública. É interessante notar que mais homens que mulheres apontaram as questões culturais e de socialização como a grande barreira, o que pode levar a concluir que as mulheres assumem essas barreiras como algo normal, daí não haver uma menção massiva destas barreiras.

Como referiu Clara Ferrão, que muitas mulheres foram educadas para servir o marido e sempre se colocar inferior diante do marido. "Há alguns dias perguntei a uma rapariga daqui da zona o que ela queria fazer quando terminasse os estudos primários e ela me respondeu que já sabia ler e escrever e que o maior sonho dela era casar e ter uma família. Portanto a responsabilidade na sociedade para a qual ela está preparada a assumir de ser esposa e cuidar da família".

Estas crenças criam barreiras para as mulheres a dois níveis: primeiro dentro das próprias AM onde elas conseguem chegar com muita resistência dos homens, e segundo porque uma vez dentro elas têm que trabalhar com aqueles que acreditam que elas deviam estar em casa a cuidar da falília, e muitas delas também assim acreditam que esse é o papel principal delas.

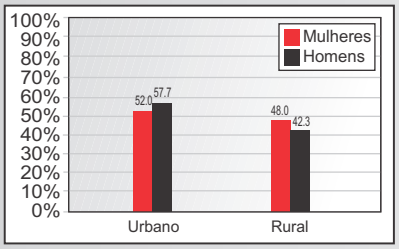
Falta de recursos

Uma percentagem significativa de mulheres (23%) indicaram "outras" barreiras não classificadas como impedimento para a sua participação no governo local. Nessas se incluem as questões da pobreza, práticas e crenças tradicionais.

Apenas os homens, numa proporção de 22% indicaram a falta de recursos como sendo uma barreira para a participação das mulheres, e curiosamente nenhuma mulher indicou isto como barreira.

A não menção da falta de recursos como uma barreira para a participação das mulheres pode ter a ver com o facto de que no sistema eleitoral Moçambicano, os candidatos à AM não são individualmente responsáveis pelas suas campanhas - os partidos é que assumem a responsabilidade de produzir os materiais de campanha e providenciar os recursos para a mesma. Porém, e como nos referimos anteriormente, os membros das AM, principalmente as mulheres, são bastante solicitados quando surgem problemas na comunidade, e a sua resposta implica necessariamente disponibilidade de recursos que muitas vezes elas não os têm. Esta barreira inclui recursos como meios de transporte e recursos financeiros para responder as necessidades emergentes nas comunidades.

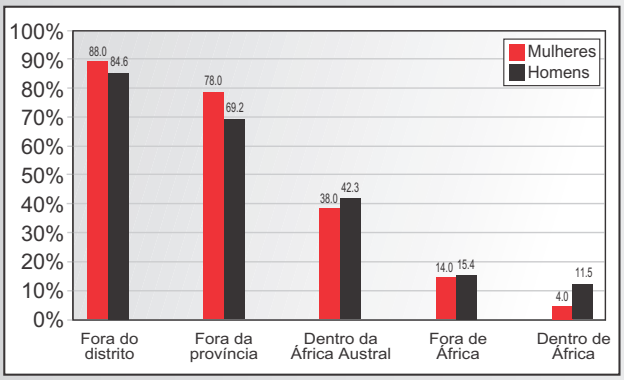
O que os membros das AM disseram sobre os seus municípios



A pesquisa constatou que a probabilidade de as mulheres (48%) estarem nos municípios rurais era maior que a dos homens (42%), e que os homens (58%) estariam mais nos municípios urbanos que as mulheres (52%).

Os municípios rurais são geralmente mais vastos e mais difíceis para circular (especialmente para as mulheres que não têm meios de transporte). São também os piores quando se trata de disponibilidade de serviços. "Porque não temos transporte eficiente acabamos chegando a casa sempre tarde, e ainda temos que cozinhar, olhar pelas crianças e acabamos dormindo muito tarde e espera-se que estejamos no serviço muito cedo. Por causa desta correria, nós acabamos sem tempo para descansar e isto pode influenciar o nosso desempenho. Mas tudo isto é por falta de transporte", diz Rosa Pedro, Membro da AM de Metangula, para quem o problema de transporte transcende as idas e voltas ao serviço, tem implicações no trabalho político e apoio às comunidades, porque sempre que há uma necessidade temos que andar a pé".

O que os membros das AM disseram sobre exposição às viagens



Quando questionados sobre até que ponto eles têm viajado e são expostos a outras realidades, quase todos os entrevistados, mulheres (88%) e homens (84.6%) responderem terem já viajado para fora do distrito. 78% de mulheres e 69.2% de homens já viajaram para fora da província. Como se pode observar neste gráfico, as mulheres viajaram mais para fora do distrito e da província, enquanto que os homens (42.3%) superam as mulheres (28.6%) nas viagens dentro da região da África

Austral. Este fenómeno pode ser explicado com base na cultura de que as mulheres são as que estabelecem a ligação entre as famílias e as viagens para fora do distrito ou província podem ser para satisfazer este desígnio; enquanto as deslocações para fora do país, são vistas como papel do homem que pode deixar a família para trabalhar ou buscar sustento, principalmente nos paises vizinhos. Porém, os dados das deslocações para fora do distrito, província ou da região da SADC não apresentam grandes variações.

Tal como nas deslocações dentro da SADC, os homens (11.5%) lideram nas deslocações para fora da região da SADC, enquanto que 4% das mulheres é que já viajaram para fora da região; e para fora continente africano as mulheres (14%) e os homens (15.4%) viajaram numa porporção quase igual. Em última análise o gráfico acima indica e corrobora com as afirmação sobre a participação das mulheres no governo local, de que embora não em número igual ao dos homens, as mulheres moçambicanas têm encontrado o seu espaço na governação em Moçambique. Este é um marco, embora não satisfatório, do empoderamento das mulheres em Moçambique.

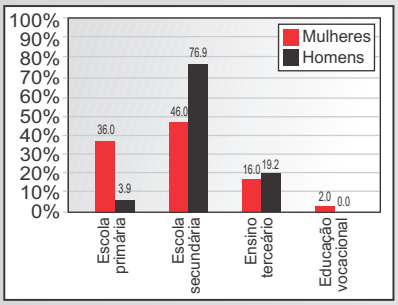
Barreiras pessoais

Educação

A legislação eleitoral em Moçambique não exige nível de escolaridade como condição para a candidatura a nenhum cargo eleito, porém este assunto tem sido abordado em vários cantos como sendo um dos principais impedimentos para a efectiva participação dos representantes do povo aos vários níveis. Muitos, porque não têm nenhuma escolarização, não conseguem articular as idéias e preferem não participar nos debates com receio de serem humilhados.

O estudo revelou que os estrevistados identificaram a educação como sendo no geral a segunda maior barreira para a participação das mulheres, com mais homens (33%) que mulheres (20%) a indicar esta como impedimento.

O que os membros da AM disseram sobre o nível de educação

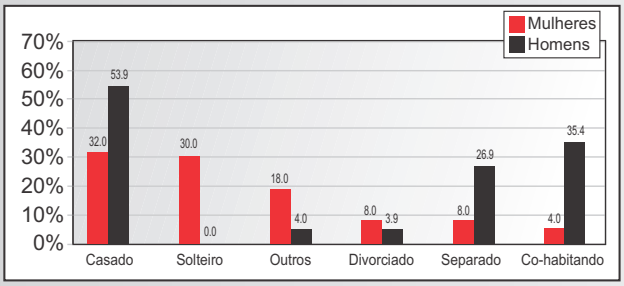


O estudo revelou que as mulheres têm mais probabilidades de ter concluído o nível primário e secundário, enquanto que os homens têm mais probabilidades de alcançar os níveis secundários e superior. Estes dados corroboram com as estatísticas nacionais que mostram uma grande aderência de raparigas no nível primário de educação e à medida que vão crescendo vão abandonando os estudos. O abandono do ensino pelas raparigas é explicado pelas expectativas que a sociedade cria em torno das raparigas, principalmente nas zonas rurais - o casamento, a procriação, responsabilidades domésticas, etc., o que deixa as raparigas sem tempo para se dedicarem aos estudos. Esta tendência explica então o baixo nível de escolaridade das mulheres adultas e dos membros das AM do sexo feminino.

Responsabilidades domésticas

Enquanto a pesquisa quantitativa mostrou que poucas mulheres (14%) indicaram as responsabilidades domésticas como uma barreira, talvéz porque elas têm sido socializadas de modo a não ver as responsabilidades domésticas como barreira. As mulheres têm um grande fardo de responsabilidades domésticas e privadas que tem que balancear com outros deveres políticos e públicos. Mais ainda, muitas delas têm outros trabalhos a tempo inteiro, de onde tiram o sustento para as suas famílias, o que faz com elas tenham que se desdobrar entre a política, serviço e a casa. A falta de apoio por parte dos seus maridos e famíla pioram mais a situação. Nenhum homem apontou as responsabilidades domésticas como uma barreira para a participação das mulheres.

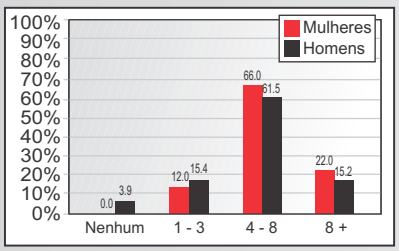
O que os membros das AM disseram sobre o estado civil



Em resposta à pergunta sobre o estado civil, a pesquisa constatou que os membros das AM homens têm maior probabilidade de serem casados (53.9%) que as mulheres (32%). O gráfico revela também que os membros das AM do sexo feminino tendem a ser solteiras, numa porporção de 30%, contra nenhum membro da AM homem solteiro. As mulheres (8%) tendem a ser mais divorciadas que os homens (3.9%). Entretanto, os membros das AM do sexo masculino (26.9%) são mais tendentes a ser separados que as mulheres (8%). Os membros das AM do sexo masculino também se destacam por serem os que têm tendência a viver maritalmente, numa proporção de 15.4% contra 4% de mulheres que declaram viver maritalmente.

A grande proporção de membros das AM do sexo feminino solteiras e divorciadas pode encontrar explicação no facto de que muitos homens ainda não aceitam que as mulheres trabalhem foram ou tenham uma projecção pública, principalmente no campo político.

"Muitos maridos não deixam as suas esposas se envolver em política ou assumir tarefas como membros das AM, porque eles não querem que as suas esposas estejam sempre expostas ao público", disse uma das entrevistadas, acrescentando que "é muito difícil estar na política sendo casada porque muitas vezes tem que se deslocar aos locais onde surgem os problemas; as pessoas batem à sua porta a procura de ajuda ou solução para algum problema que tenham". "Eu consigo fazer o meu trabalho porque não sou casada e se fôr a ver, boa parte das mulheres bem sucedidas na política não tem marido, porque às vezes eles, no lugar de ajudar, só prejudicam".



Um homem membro da AM concorda com esta posição nos seguintes termos: "ser casada é uma barreira para muitas mulheres quando os seus maridos não as apoiam, o que é muito comum na nossa sociedade onde a mulher tem sempre que seguir o que o marido diz".

Nas discussões dos grupos focais foi revelado que há maridos que não deixam as suas esposas participarem da vida pública por ciúmes, e outros por acharem que quando as mulheres são bem sucedidas na vida pública desprezam os seus maridos e colocam em causa a sua autoridade na família.

Factores facilitadores

A pesquisa revelou exemplos de alguns membros das AM que estão a gerir melhor as suas responsabilidades na vida pública e têm sido capazes de superar as várias barreiras anteriormente mencionadas. Os exemplos abaixo mostram que cada um dos factores inibidores podem se tranformar em factores facilitadores que melhoram o desempenho das mulheres membros das AM.

Experiência

Muitos dos membros das AM entrevistadas para este estudo estavam no seu primeiro mandato, e destacaram os desafios de entender e aprender o funcionamento das AM. Para eles a falta de uma formação prévia tornou o processo ainda mais difícil, enquanto que para os que já estavam no seu segundo mandato mostravam mais desenvoltura e confiança na função.



Evelina Sitoi é membro da Assembléia Municipal de Maputo e está no seu primeiro mandato diz que o ambiente político continua a ser muito dominado pelos homens, mas as mulheres estão a conseguir, gradualmente, o seu espaço. "estando no primeiro mandato as dificuldades são maiores porque não há uma formação específica para se ser membro da Assembléia Municipal, mas a nossa experiência política nos permite superar muitas das dificuldades que enfrentamos". Sitói comenta que "ainda sente-se um pouco de subestimação do valor das mulheres, por parte dos homens, mas se não nos curvarmos os homens reconhecem o nosso valor". Sitói diz que uma das saídas para que as mulheres consigam se impôr na política é a troca de experiências entre as que têm mais experiência e as que estão a se iniciar na política, e convida as organizações femininas a apoiarem as mulheres que estão na política. Sitói dedica parte do seu tempo a ensinar as mulheres a lutarem para a sua afirmação e melhoramento das suas vidas enquanto membros da sociedade.

Antecedentes e enraizamento



Maria Helena Langa foi membro da AM de Manjacaze no mandato de 1998 a 2003, no segundo mandato de 2003 a 2008 serviu como presidente da AM, e neste mandato foi eleita presidente do Município de Manjacaze. A eleição de Langa em todos estes processos se deveu, em parte, ao seu comentimento, no alívio ao sofrimento, sobretudo

de mulheres chefes de família, viúvas, idosos, crianças e demais pessoas vulneráveis, assim como o cometimento político-partidário, que ela tem ao longo da sua carreira política.

"Eu estou muito enraizada nesta comunidade e sempre participei da vida da comunidade - nos momentos alegres e nos momentos tristes", diz Langa, a quem a comunidade de Manjacaze reconhece o mérito pela melhoria da vida de muitas mulheres daquela vila.

A ascessão de Langa à presidência do Conselho Municipal de Manjacaze, está relacionada ao histórico e importante papel que ela desempenhou, na Associação Mulher Chefe de Família, MUCHEFA, uma organização de âmbito local, criada, em 1996, da qual ela é a principal mentora. Esta organização tinha, numa primeira fase, como principais objectivos apoiar mulheres chefes de família, viúvas, bem como mulheres com maridos doentes ou mutilados em consequência da guerra civil[2]. A associação conseguiu juntar muitas mulheres e estabelecer parcerias, que culminaram com a criação de muitos projectos de rendimento, tais como de corte e costura, programas agrícolas, de criação de aves, exploração de escolinhas comunitárias pertecentes à agremiação que hoje constituem fontes de subsistência da MUCHEFA e de muitas famílias encabeçadas por mulheres.

Rabeca da Graça Chambale é membro da Assembléia Municipal de Manjacaze e afirma que o seu envolvimento com a comunidade tem sido uma grande vantagem para o seu reconhecimento e, eventualmente, uma das razões para a sua escolha para membro da AM. Chambale já foi vereadora no mandato anterior e actualmente é membro da AM, para além de ser professora na Escola Secundária de Manjacaze. Na opinião de Chambale, a entrega dos membros das AM assim como do executivo nas actividades da comunidade é que determina a reeleição a esses cargos, mesmo dentro dos partidos políticos.

Experiência



Clara Ferrão é membro da Assembléia Municipal de Maputo acredita que, apesar de já estar na política desde a sua juventude, o seu reconhecimento pelos seus pares e pela comunidade é devido ao trabalho que desenvolve junto da comunidadeonde onde está inserida. "Na minha àrea de especalidade que é a farmácia, eu tenho ajudado muitas pessoas na comunidade, dando assistência e aconselhamento para as mães levarem os seus filhos ao hospital", disse Ferrão acrescentando que por causa dessa sua entrega na comunidade, ela virou referência na zona onde estabeleceu uma farmácia. "Aconselho as mães a não ficarem com as crianças em casa enquanto elas estão doentes, e este meu trabalho já está a produzir efeitos porque já vejo as mães a se preocuparem em correr para o hospital quando as suas crianças estão doentes", diz Ferrão. "Obviamente quando temos os nossos trabalhos políticos somos mais reconhecidos em função do trabalho comunitário que fazemos com as pessoas da comunidade".

Apoio

A importância do apoio não pode ser menosprezado, como Maria Helena Langa coloca: "Quando entrei na política tive muito apoio do meu marido e deu me muito encorajamento"

[2] O distrito de Manjacaze foi um dos mais fustigados pela guerra civil dos 16 anos.



Rabeca Matane, membro da Assembléia Municipal de Maputo, acredita que o seu sucesso na política, é devido a entrega ao trabalho no terreno o que lhe tem garantido reconhecimeto por parte dos seus pares. Matane foi durante muito tempo responsável pela mobilização ao nível do partido RENAMO, o que lhe permitiu conhecer a Cidade de Maputo e os seus problemas. "Quando falo dos problemas que afligem a população desta cidade, falo daquilo que eu conheço e vivo no dia a dia, e as pessoas reconhecem isso porque me vê lá junto deles", diz Matane, confirmando que esta é a sua estratégia para ter o reconhecimento neste campo muito masculinizado que é a política. "É preciso que as pessoas te conheçam, não só dentro do seu partido, mas as pessoas que em último vão votar precisam saber quem são as pessoas que fazem parte da lista do partido. E tem que te conhecer por bem", disse acrescentando que o fundamental para conseguir fazer o seu trabalho político e comunitário, é o apoio que sempre recebeu da sua família.

Criação de capacidades

A formação e criação de capacdades, desde que direccionadas e relevantes para as mulheres, podem melhorar bastante a participação e desempenho. Muitos dos membros das AM entrevistados disseram que a formação que tiveram no início das suas funções foi muito insuficiente, deixando-os com muitas dificuldades para cum prirem com as suas responsabilidades. Os cursos de orientação dos novos membros das AM variam muito de município para município.

Alguns dos entrevistados afirmaram que ao nível dos seus partidos tiveram uma formação, o que ajudou a superar alguns dos obstáculos que se apresentavam, principalmente para os membros das AM que estão no seu primeiro mandato.

Conclusão

O capítulo anterior abordava a questão da entrada das mulheres na arena política e mostrou que sem algum mecanismo que facilitasse a entrada das mulheres, elas muitas vezes enfrentam obstáculos para aceder ao governo local. Mas isso é apenas o começo do processo porque uma vez eleitas e se tornam membros das AM, as mulheres enfrentam os mesmos obstáculos e outros novos que impedem a sua participação efectiva. Essas barreiras podem ser divididas em três categorias principais: institucionais, ideológicas e pessoais.

As mulheres trabalham em instituições e comunidades que continuam bastante influenciadas pelos costumes, cultura e atitudes patriarcais. Elas não têm os recursos e o apoio necessário para o seu desempenho efectivo. Continuam a ser muito poucas as mulheres nos cargos de direcção para poderem fazer uma diferença real. O que se requer é que as instituições se transformem e sejam instituídos sistemas para permitir que as mulheres participem de forma mais efectiva. As mulheres também precisam trabalhar juntas para encontrar soluções para essas barreiras e criar ambientes facilitadores.

Muitos exemplos mostram que os factores inibidores podem a breve trecho serem transformados em factores facilitadores. Da mesma forma que as famílias podem não apoiar, também podem apoiar. Os municípios podem não empoderar os membros das AM não fornecendo informação e formação, ou pode empoderá-los dando-lhes o apoio necessários, informação e formação. Assim, este capítulo destaca os problemas mas também indica as possibilidades. O que se requer é um esforço concertado para assegurar, não apenas que as mulheres entrem no governo local, mas que elas tenham habilidade, apoio e capacidades que precisam para serem agentes de mudança efectivos.

FAZENDO A DIFERENÇA



Ajudar as comunidades locais a melhorar a sua condição de vida. *Photo: Eduardo Namburete*

Maria Helena Langa, contabilista de profissão e actualmente presidente do Conselho Municipal de Manjacaze, é uma das mulheres que chegou ao poder por mérito. A sua eleição pode estar relacionada ao histórico e importante papel que desempenhou na Associação Mulher Chefe de Família, (MUCHEFA), uma organização de âmbito local, criada em 1996. Ela

foi a principal mentora da criação desta associação que, numa primeira fase, tinha como principais objectivos apoiar as mulheres que chefiavam famílias, viúvas, bem como mulheres com maridos doentes ou mutilados em consequência da guerra civil dos 16 anos, uma vez que o distrito de Manjacaze foi um dos mais afectado pela guerra.

A associação criada por Langa conseguiu juntar várias mulheres e estabelecer parcerias que resultaram na criação de vários projectos de rendimento, tais como de corte e costura, agricultura, de criação de aves e gestão de escolinhas comunitárias, que hoje constituem fontes de subsistência da MUCHEFA e de muitas famílias encabeçadas por mulheres.

Aquando das cheias do ano 2000, o maior desastre natural dos últimos cem anos, a MUCHEFA apoiou muitas mulheres vítimas das cheias, criando um centro de acolhimento para crianças de famílias chefiadas por mulheres, enquanto as mães buscavam condições para o reassentamento no novo bairro chamando Ndhambini, ou procuravam outras condições de sobrevivência, uma vez que a maioria das machambas localizadas na zona da Lagoa de Sulué, na baixa dão Município de Mandlakazi, estavam submersas.

Contando actualmente com 25 colaboradores e 335 membros, as principais atenções da MUCHEFA hoje estão viradas para o resgate da auto-estima da mulher do seu empoderamento económico, educacional, social e cultural. A MUCHEFA luta, hoje, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, pela participação da mulher e presença das mulheres nos círculos de tomada de decisão e pela conquista, exercício e manutenção do poder. A associação trabalha também na conscientização das mulheres, em particular, e da sociedade em geral, sobre o impacto que a pandemia do HIV/SIDA causa no seio da família moçambicana.

Através do seu trabalho junto à comunidade, Langa certamente já fez impacto na vida de muitas mulheres e muitas famílias, o que lhe assegura um reconhecimento e prestígio no município que dirige.

"Não faço isto sozinha, o sucesso que conseguimos é resultado de esforços conjugados de várias mulheres fortes que congregados ganham coragem e vontade de trabalhar", diz Langa demonstrando uma vivacidade e confiança no que diz e faz. Langa reconhece também o apoio que lhe têm sido dado pelo seu marido que é um empreiteiro na mesma região "é certo que no meu trabalho sempre contei com o apoio do meu marido, que me encoraja em tudo que tenho a fazer".

Uma vez ganhando acesso e podendo participar nas estruturas de governação, fazem as mulheres alguma diferença para as vidas das outras mulheres comuns no terreno? Esta é uma pergunta difícil de responder. Um argumento sustenta que é injusto esperar que as mulheres se preocupem mais ou trabalhem mais pelas mulheres. O outro argumento é de que da mesma forma que as mulheres têm experiências diferentes, é razoável experar que elas tragam consigo agenda e estílos diferentes, e isso devíamos ser capazes de medir.

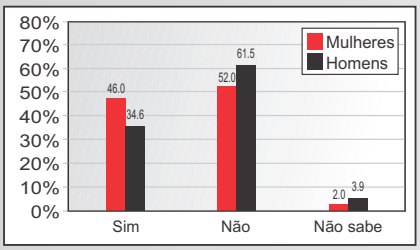
Este capítulo lida com a questão dão que as mulheres trazem para a tomada de decisão. Cobre também se a presença das mulheres faz ou não diferença para a forma como os homens se comportam e realizam os seus trabalhos. O ponto de partida nesta análise é de que a sociedade para a qual devíamos trabalhar é aquela em que as mulheres e os homens participam de igual e da mesma forma se preocupam com todos os assuntos de políticas, desde assuntos financeiros e económicos, geralmente associados aos homens até os assuntos da comunidade e bem estar, geralmente associados com as mulheres.

O que as mulheres trazem para a política

Interesses e preocupações

Existe uma crença instintiva de que as preocupações e prioridades das mulheres são diferentes das dos homens e que elas deveriam ser envolvidas na tomada de decisão porque vão levantar assuntos que têm sido subjugados pelos homens. A pesquisa investigou como é que os membros das AM olham para esta questão.

O que os membros das AM disseram sobre os interesses e preocupações das mulheres



No geral apenas 42% de todos os respondentes, (46% de mulheres e 35% de homens) concordaram com a afirmação de que as mulheres trazem interesses e preocupações diferentes para a tomada de decisão.

A maioria dos entrevistados (52% das mulheres e 61.5% dos homens) não concordaram com esta afirmação. Esta constatação difere substancialmente com as constatações do primeiro estudo *At The Coalface* que indicava uma média de 61% de mulheres e 39% de homens que concordavam com a afirmação de que as mulheres trazem interesses e preocupações diferentes. Porém, há uma similaridade no facto de que dos 42% que concordam com a afirmação, a maioria são mulheres.

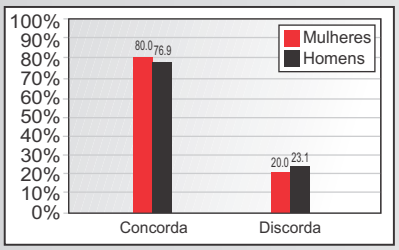
Solicitados a explicarem as suas posições, os entrevistados deram as seguintes respostas:

- As mulheres se preocupam mais com questões básicas que preocupam a comunidade tais como água, saneamento e educação.
- As mulheres se preocupam com as crianças órfãs, viúvas, pessoas vivendo com o HIV e SIDA, deficientes.
- As mulheres se preocupam mais com os assuntos ligados a família e isto deveria estar reflectido nas políticas e decisões dos municípios.
- As mulheres têm uma maior capacidade de gestão, principalmente no que se refere à economia doméstica.
- As mulheres deveria ter a oportunidade de partilhar ao nível dos cargos de decisão a sua experiência na gestão de conflictos, porque elas são muito boas nisso.
- Porque as mulheres são mães elas se preocupam mais com os problemas das crianças e das famílias.
- Os homens se preocupam menos com os problemas do lar, eles relegam as questões domésticas para as mulheres, por isso a sua apreciação das questões das crianças, educação e saúde, não é tão grande quanto das mulheres.

Sensibilidade para as preocupações locais

Ligado à questão de se as mulheres têm ou não interesses e preocupações diferentes, está a questão de saber se as mulheres são ou não mais sensíveis às questões locais. A teoria diz que por causa do seu involvimento diário nos assuntos como àgua, saneamento e higiene, é justo assumir que as mulheres têm maior sensibilidade para esses assuntos ao nível de políticas públicas.

O que os membros das AM disseram sobre a sensibilidade das mulheres em relação às preocupações locais?



Quando perguntados se concordavam com a afirmação de que "as mulheres são mais sensíveis às preocupações locais que os homens", uma grande maioria dos membros das AM concordaram com a afirmação, mas mais mulheres (80%) que homens (76.9%).

Isto é semelhante ao que foi constatado no primeiro estudo *At the Coalface* que revelou que 81% das mulheres e 66% dos homens concordavam com a afirmação.

"As mulheres vivem mais os problemas da comunidade e elas estão em melhor posição de articular questões como água, meio ambiente, saneamento do meio, saúde infantil, que são questões com as quais elas se debatem no dia a dia", disse um membro da AM homem.

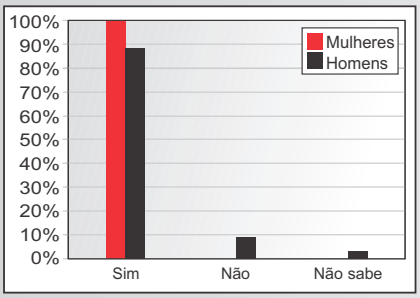
Responsabilidade das mulheres

Têm as mulheres a responsabilidade de levantar e representar as questões das mulheres? Num mundo ideal a resposta seria: não necessariamente. Simplesmente porque os candidatos eleitos deveriam representar os interesses de todos. Mas as evidências mostram que enquanto persistirem as disparidades de género, é natural experar que as mulheres sejam mais sensíveis às preocupações de outras mulheres; e as mulheres que estão nos cargos de decisão sentir que têm responsabilidade de providenciar na base dessas preocupações.



Mukheristas na fronteira de Ressano Garcia. *Photo: Luís Muianga*

O que os membros das AM disseram sobre as mulheres levantarem assuntos de outras mulheres



Os membros das AM foram perguntados se as mulheres têm a responsabilidade de levantar os assuntos de outras mulheres. No geral 96% deles (100% de mulheres e 88.5% dos homens) concordaram que as mulheres têm a responsabilidade de levantar os assuntos das outras mulheres.

Estas constatações fazem eco ao anterior estudo At the Coalface que constatou que a generalidade de 83% de todos os membros das AM (86% de mulheres e 76% de homens) concordavam com a afirmação, em harmonia com todos os paises envolvidos nesse estudo que cobriu Lesotho, Maurícias, Namíbia e África do Sul) e com uma pequena diferença entre os pontos de vista das mulheres e dos homens.

O mesmo que o primeiro estudo *At the Coalface*, muitas mulheres membros das AM entrevistadas disseram que uma das razões porque elas se candidataram para membros das AM foi porque elas viram mulheres sofrendo e queriam representar essas mulheres e tornarem-se suas 'vozes'. Alguns comentários dos membros das AM incluem:

- "Porque as mulheres têm algumas preocupações diferentes dos homens, os seus problemas específicos devem ser apresentados no governo local ou nos círculos de tomada de decisões pelas mulheres, principalmente. Por exemplo, a questão de licença de parto, particularmente para as mulheres que fazem cesariana, e a questão da violência doméstica não constituem prioridade para os homens, mas sim para mulheres e, se elas não levantarem estas questões nos círculos de tomada de decisões, são quase nulas as probabilidades de serem os homens a levantarem estes e outros assuntos que dizem respeito apenas às mulheres", disse uma das entrevistadas, acrescentando que "são poucas as mulheres que assumem cargos de direcção, por isso as que têm o pivilégio de participar nestes círculos têm que pensar nas outras mulheres.
- "...as mulheres são conhecedoras dos problemas e preocupações de outras mulheres, por isso, podem e devem servir de porta-vozes de outras mulheres".
- "...homens e mulheres apresentam, de forma indistinta, as preocupações da sociedade. Portanto quando estamos reunidos as mulheres apresentam as preocupações de outras mulheres e resolvêmo-las em conjunto".

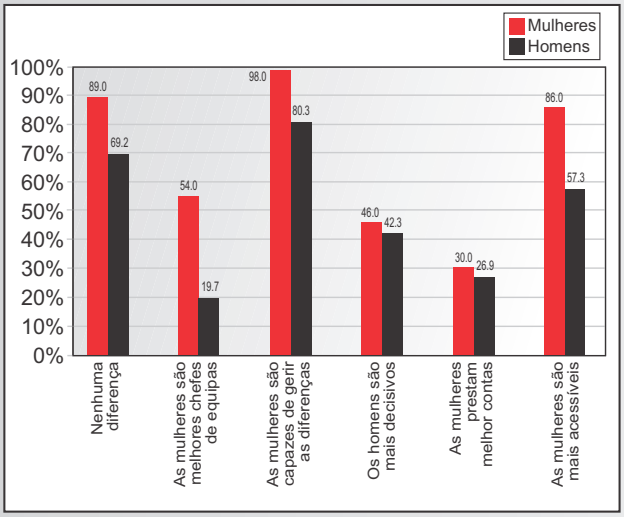
Estas constatações estão em sintonia com as constatações globais das mulheres nos cargos de decisão. Uma pesquisa da experiência política das mulheres levada a cabo pela União Inter-Parlamentar em 1999, incluindo 187 mulheres de 65 paises mostrou que 89% das mulheres na política consideram que elas têm uma responsabilidade especial para representar as ecessidades e interesses das mulheres (IPU, 2000).

Estilo de liderança

Os membros das AM foram perguntados se eles concordavam ou discordavam com uma série de afirmações em relação ao estílo de liderança:

1. Não existe diferença entre a forma como as mulheres e os homens lideram.
2. As mulheres são melhores chefes de equipas que os homens.
3. As mulheres são mais capazes de gerir as diferenças.
4. Os homens são mais decisivos que as mulheres.
5. As mulheres prestam mais contas que os homens.
6. As mulheres são mais acessíveis que os homens.

O que os membros das AM disseram sobre o estilo de liderança



Quase todas as mulheres entrevistadas (98%) e uma proporção bastante representativa (80.8%) dos homens concordam que as mulheres têm mais capacidade de gerir as diferença. De igual modo, uma grande proporção de mulheres (80%) e de homens (69.2%) afirmaram não existirem diferenças no estilo de liderança das mulheres e dos homens. A tendência de concordância também se verifica quanto a afirmação de que os homens são mais decisivos, com 46% das mulheres e 42.3% dos homens a concordarem. É curioso notar que quanto a esta afirmação menos da metade dos entrevistados concordaram com esta afirmação, incluindo os homens (42.3%).

A grande discordância verifica-se quanto a afirmação de que as mulheres prestam mais contas, com as mulheres a concordarem com esta afirmação em 70% e apenas 26.9% dos homens que concordam com a afirmação. Estas constatações estão em sintonia com as constatações do primeiro estudo *At the Coalface*. Nota-se também uma grande diferença quanto à afirmação de que as mulheres são melhores líderes de equipas, com 54% de mulheres que concordam com esta afirmação contra apenas 19.2% dos homens.

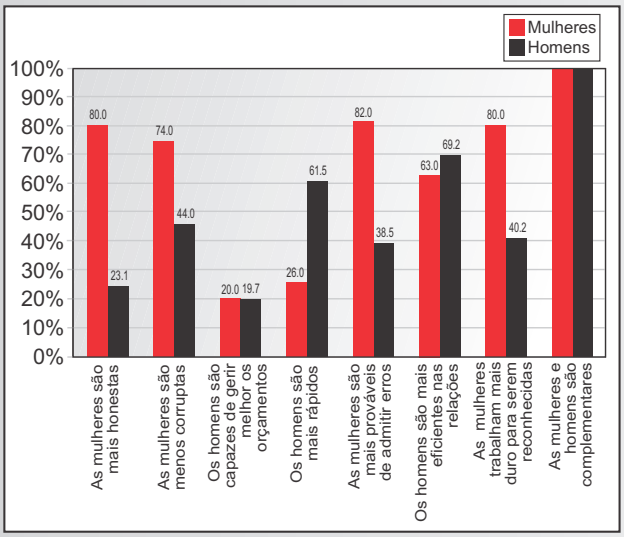
Mais da metade dos entrevistados, 86% de mulheres e 57.7% de homens concordam que as mulheres são mais acessíveis. Como disse um membro da AM em Nampula, "as mulheres é que trabalham mais com as bases, elas conhecem os problemas da comunidade melhor porque elas estão mais presentes na comunidade".

Desempenho

Se as mulheres entendem as suas comunidades e os seus assuntos melhor que os homens, então elas deveriam ser capazes de abordá-los melhor. Os membros das AM foram questionados se eles concordavam ou discordavam com as seguintes afirmações:

1. As mulheres são mais honestas que os homens.
2. As mulheres são menos corruptas que os homens.
3. Os homens são capazes de gerir orçamentos melhor que as mulheres.
4. Os homens são mais rápidos e mais dispostos a aprender.
5. A mulheres são mais prováveis a admitir que cometeram um erro.
6. Os homens são mais efectivos nos contactos que as mulheres.
7. As mulheres têm que trabalhar mais duro para serem reconhecidas.
8. As mulheres e os homens têm pontos fortes complementares, os quais todos são importantes para a tomada de decisão.

O que os membros das AM disseram sobre o desempenho das mulheres e homens



Todos os entrevistados, mulheres e homens tem uma posição unânime em relação a afirmação de que as mulheres e os homens têm potencialidades complementares, e têm posições próximas em relação a afirmação de que os homens são mais eficientes nos contactos, com 69.2% de homens e 62% de mulheres a concordarem com esta afirmação; e em relação a afirmação de que os homens gerem melhor os orçamentos, embora em pequenas percentagens (20% de mulheres e 19.2% de homens). Mas discordam profundamente quanto a afirmação de que as mulheres são mais honestas, com 80% de mulheres e apenas 20.1% de homens a concordarem com esta afirmação. Outro ponto de discordância, na posição inversa, é em relação a afirmação de que os homens são mais rápidos, com 61.5% dos homens e apenas 26% de mulheres a concordarem com a firmação.

Embora apenas 23.1% dos homens concordaram com a afirmação de que as mulheres são mais honestas, 44% dos homens reconhecem que elas são menos corruptas. Como um dos membros da AM em Chibuto coloca: "as mulheres têm compaixão, enquanto os homens só têm pena. A mulher fica sentida quando alguém lhe apresenta um problema e faz tudo ao seu alcance para ver o problema resolvido, enquanto que os homens vêem, na maioria das vezes, oportunidades para colher dividendos, mediante práticas corruptas".

Impacto

Existem vários pontos de vista sobre o impacto que as mulheres têm feito nas comunidades. Como foi discutido no capítulo quatro, ainda existem várias barreiras que as mulheres têm que superar antes de elas poderem começar a fazer um impacto real em Moçambique. É muito difícil medir o impacto das mulheres no governo local quando elas ainda são muito poucas. O estudo indicou, entretanto, para algumas percepções interessantes sobre esta questão.

Expectativas idealísticas

Por causa da localização do governo local, os membros das AM lidam com assuntos básicos das comunidades onde uma grande proporção vive na pobreza. Vários membros das AM tinham estórias sobre como as pessoas na comunidade pensam deles e as expectativas que têm sobre eles. Muitos dos membros da comunidade não conhecem muito bem qual é o papel dos membros da AM, e pensam que estes ganham muito dinheiro, o que faz com que os membros das AM sejam muitas vezes abordados pela comunidade para pedir dinheiro, comida, caixão e outras ajudas para funerais. Alguns dos comentários dos membros das AM são:

- As pessoas pensam que o membro da AM tem muito dinheiro e que porque foi eleito pela comunidade ele tem o dever de distribuir esse dinheiro. Não tem sido fácil porque eu própria não tenho dinheiro, às vezes nem para transporte tenho, mas tenho que fazer o sacrifício de tirar o pouco que tenho para dar a pessoa que me pede.
- Quando surgem problemas na comunidade, seja morte ou doença, é frequente que as pessoas venham me bater à porta porque pensam que só comigo é que podem ter a ajuda de que precisam.
- Esta percepção de que os membros da AM tem muito dinheiro, em parte nós próprios criamos, porque uma vez eleitos começamos a mudar o nosso estilo de vestuário porque temos que nos apresentar melhor nas sessões da AM e as pessoas percebem essa diferença e associam as mudança a um incremento financeiro nos nossos orçamentos familiares.
- O que recebemos na AM não é suficiente para as nossas próprias despesas, porque abdicamos de muitas actividades que poderiam nos render algum dinheiro para nos dedicarmos a AM, mas quando somos abordados não podemos recusar, mas sempre que posso digo as pessoas qual é a minha situação como membro da AM e que a minha tarefa não é distribuir dinheiro as pessoas.



Mulher numa barraca na Polana Canico. *Photo: Lourenço Pinto*

Os participantes dos grupos focais têm vários pontos de vista sobre o impacto que as mulheres têm tido. Como indicaram as mulheres da comunidade de Manjacaze que a presença de mulheres no governo local faz diferença na qualidade de vida das mulheres e no seu papel na sociedade. Elas argumentam que "quando o município era dirigido por um homem não acontecia muita coisa que beneficiasse as

mulheres, tal como acontece agora". "por exemplo agora que temos uma mulher na direcção já não levamos porrada nos lares, e estamos a dispertar a consciência de que temos os mesmos direitos e liberdades que os homens".

- Como resultado da presença das mulheres no governo local está a notar-se uma relativa redução de casos relacionados com corrupção, porque ao lado da mulher é bastante defícil os homens fazerem corrupção, porque as mulheres falam muito. "A mulher combate mais a corrupção, em relação ao homem". (Plataforma da Sociedade Civil do CCM de Chibuto)
- As mulheres são mais abertas, acessíveis e entregam-se mais na auscultação dos problemas que inquietam a população, para a posterior elaboração, implementação e monitoria de programas. (Sociedade Civil OTM-CS, Beira)
- "No mandato anterior, quando o edil era um homem, houve uma rapariga que foi violada sexualmente por um grupo de jovens, e os autores deste acto foram identificados. As autoridades governamentais e policiais, ao nível do distrito, tiveram conhecimento, mas nada se fez e os criminosos ficaram impunes. Entretanto, este ano (2009) no novo mandato do governo local, liderado por uma mulher, ocorreu um caso semelhante, em que uma rapariga foi também violada sexualmente por um grupo de jovens, mas o problema foi resolvido imediatamente e os seus mentores responsabilizados criminalmente". (mulher Manjacaze)

Mas outros acharam que a presença das mulheres não tem nenhum impacto para o governo local. A seguir alguns dos comentários:

- Não há nenhum impacto decorrente da participação das mulheres que seja digno de realce. os homens são mais responsáveis, melhores que as mulheres no que tange ao processo de consulta, elaboração, implementação, assim como na monitoria dos programas.
- A mulher tenta, mas ainda não é capaz de fazer tudo. Ainda precisa da ajuda do homem, por isso o seu impacto no governo local ainda não é sentido.
- O impacto da presença das mulheres no governo local não se faz sentir porque muitas vezes elas estão lá, mas só representam interesses dos homens que escrevem para elas o que devem falar. (Homem de Xai-Xai)

Atitudes dos homens

Enquanto que as entrevistas não revelaram nenhuma resistência descarada em relação a participação das mulheres no governo local, os homens falaram de algumas dificuldades que encaram como membros das AM. Onde os membros das AM homens têm trabalhado com membros das AM mulheres eles expressaram pontos de vista progressivos. Esses são testemunhos de que parcerias iguais e construtivas podem ser forjadas ao nível local para o bem de ambos mulheres e homens na comunidade.

Armindo Micaias, presidente da AM de Metangula e professor da Escola Pré-Universitária de Metangula, acredita que as mulheres podem dar uma contribuição significativa no governo local, e a sua experiência é que elas têm feito muito pelo desenvolvimento das comunidades locais. "Embora ainda exista alguma resistência por parte de alguns homens, para aceitar que as mulheres assumam funções ao nível de decisão, esta situação está a mudar porque as mulheres estão a lutar pela sua emancipação e estão a ganhar o espaço. Graças a esta emancipação as mulheres estão a ganhar consciência sobre o papel que devem desempenhar na sociedade. Há uma necessidade de se empoderar cada vez mais as mulheres porque elas têm uma tarefa muito importante no processo de desenvolvimento do pais e da comunidade. Muito

disto depende muito de nós os homens aceitar que as mulheres têm as mesmas capacidades intelectuais que os homens, e que a sociedade deve aceitar que as mulheres também podem assumir outras funções para além de cuidar da casa e dos filhos".

Ismael Manhiça, membro da AM de Maputo entende que a igualdade do género é algo desejável e de encorajar. As mulheres e os homens devem ser encorajados a trabalhar juntos porque o nosso país é composto de homens e mulheres, e neste caso em concreto, as mulheres são a maioria. Porque as mulheres são a maioria no país, e as que mais sofrem com os vários problemas que o país tem, a sua participação na tomada de decisão sobre como desenvolver os programas de desenvolvimento pode ser muito importante. A ausência de mulheres nos processos de decisão pode justificar o fracasso de alguns programas que são desenhados pelos homens sozinhos. "Nós apoiamos as mulheres porque sabemos que trabalhando juntos com as mulheres há muita coisa que os homens não prestam muita atenção e as mulheres podem abordar, assim como há questões que para as mulheres não são muito relevantes, mas que os homens consideram prioritários. Nesta parceiria quem sai a ganhar é a sociedade".

Bento Mavie, membro da AM de Xai-Xai, acredita que a participação das mulheres no governo local é importante porque elas formam uma parte bastante significativa da sociedade moçambicana. Mas entende que para elas serem efectivas e terem um impacto na governação local elas devem ser capacitadas para que não ocorram situações em que elas são usadas como bandeira de género para a projecção de alguns dirigentes. "As mulheres devem estar no governo local para fazer diferença, para ter um impacto real na vida da comunidade e de outras mulheres, fundamentalmente. Infelizmente até agora a participação das mulheres no governo local é muito fraca, porque as poucas que participam não têm representado cabalmente as outras mulheres".

Conclusões

Embora seja difícil quantificar o "fazer a diferença", este capítulo destaca fortes percepções de que as mulheres trazem perpsectivas diferentes para o governo local; elas são sensíveis às preocupações locais e elas sentem o dever de representar os assuntos das mulheres e falarem por elas. As mulheres são mais acessíveis e vê a importância de trabalhar em consultação com as comunidades.

Os homens podem obstruir o progresso e a agenda das mulheres, mas eles também podem ser agentes de mudança. Onde os homens não se sentem ameaçados pelas mulheres e têm trabalhado com elas como profissionais eles vêem a diferença que as mulheres podem fazer e as encorajam. Uma das formas de medir até onde as mulheres fazem diferença é quando levantar as questões de género torna-se parte normal dos debates das sessões das AM, com as mulheres e homens a aparecerem como campeões do género. Os exemplos neste capítulo mostram que existem muitos homens Moçambicanos que apoiam a participação igual das mulheres.

Os capítulos que se seguem vão tentar medir até que ponto, mesmo em poucos números, as mulheres estão a fazer diferença no trabalho diário das AM e no trabalho mais aturado da incorporação do género no trabalho do governo local em Moçambique. Esta evidência é muito importante na campanha que precisa urgentemente de ser lançada antes das eleições autárquicas de 2013 para aumentar a participação das mulheres a este nível.

GÉNERO NO TRABALHO DAS ASSEMBLÉIAS MUNICIPAIS



Mulheres membros da Assembleia Municipal
Photo: Eduardo Namburete

Este capítulo analisa até onde as preocupações de género estão reflectidas no trabalho diário do governo local, e até que ponto as mulheres são capazes de influenciar esta agenda. O capítulo começa com uma descrição de como é que o governo local funciona em Moçambique, incluindo as suas competências. Os

principais assuntos e preocupações são analisados apartir de uma perspectiva de género. As entrevistas com os membros das AM mulheres e homens, bem como os grupos focais, são usados para investigar até que ponto o número limitado de mulheres membros das AM em Moçambique pode influenciar a agenda diária.

Como é que o governo local funciona

O governo local que representa, como reza a Constituição da República de Moçambique, o pode local, é representado no Estado moçambicano pelas autarquias. Embora fazendo parte do Estado moçambicano, a autarquia tem mais autonomia em comparação com, por exemplo, o Governo do Distrito o que significa que tem um poder de decisão próprio para realizar diversas actividades dentro do seu território, em prol do desenvolvimento da comunidade local, prestação de serviços públicos etc. As autaquias podem ter recursos humanos e financeiros próprios ou devolvidos pelo governo central, o que lhes confere uma autonomia administrativa, isto é, elas têm o direito de auto-organizar-se em termos administrativos, e a autonomia financeira, que é o direito de definir os seus próprios planos e orçamentos, bem como colectar uma variedade de impostos, taxas. Tem também o direito de possuir e usufruir de património próprio tais como imóveis, equipamentos, veículos etc. Portanto as autarquia são entidades autónomas que não se subordinam ao governo central e o Estado só pode intervir apenas nos casos em que os municípios violam a lei e as normas administrativas e financeiras.

As autarquias são constituidas por uma Assembléia Municial, cujos membros são todos eleitos de entre os residentes da autarquia propostos pelos partidos políticos e grupos organizados da sociedade civil; e por um Conselho Municipal, que é a estrutura executiva da autarquia, cujo presidente é eleitos por sufrágio universal, e os restantes membros do executivo indicados pelo presidente. Todos os cargos eleitos para as autarquias têm um mandato de cinco anos.

Ao nível da comunidade os membros das AM trabalham com a população, com as secretarias dos bairros e com as organizações da sociedade civil. A organização das autarquia é variável, de acordo com o tamanho e especificidades, e a forma de indicação das estruturas de apoio também pode variar de autarquia para autarquia.

Finanças

A Constituição da República e demais legislação autárquica estabelece claramente que as autarquias gozam de autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Porém, estas intenções são condicionadas por um quadro caracterizado pela escassez e rigidez de recursos ao nível nacional e por um sistema orçamental e fiscal concentrado e centralizado. Portanto a autonomia dos municípios implica necessariamente a existência de um sistema de receitas municipais e transferências orçamentais do governo central que possam gerar recursos para o financiamento das actividades do município.

A Lei das Finanças Autárquicas e o Código Tributário Autárquico definem que o sistema Tributário Autárquico abrange as seguintes categorias de receitas próprias municipais:

- Impostos autárquicos
- Adicionais, derrames e percentuais de alguns impostos do Estado
- Taxas municipais por licenças concedidas e pela prestação de serviços

- Multas e coimas, heranças, doação e outras receitas autárquicas estabelecidas por lei.

Em complemento das receitas próprias, a Lei das Finanças Autárquicas estabelece, no artigo 40, o regime de transferências orçamentais do Estado para as autarquias, determinando a criação do Fundo de Compensação Autárquica, destinado a financiar o funcionamento corrente das actividades dos municípios. No que se refere ao regime de transferência de capital, a lei estabelece que para o investimento de iniciativa local o Orçamento de Estado contemple anualmente uma dotação global para o financiamento dos respectivos projectos.

O padrão actual das receitas autárquicas é bastante concentrado e dependente das *"transferência do Estado"* e, à excepção de alguns impostos locais, a actividade tributária incide na cobrança de taxas por licenças concedidas e pela prestação de serviços a população.

Planificação e orçamentação nos Municípios

O executivo municipal, representado pelo presidente do Conselho Municipal planifica e orçamenta as actividades do município para um período de cinco anos que é o período do seu mandato, e submete para aprovação da Assembléia Municipal que é o órgão legislativo municipal e representativo da população municipal.

Alguns municípios já iniciaram o chamado *Orçamento Participativo*, que implica auscultar os munícipes sobre o que eles consideram serem as prioridades para um determinado período, que vão responder às necessidades específicas da comunidade. De acordo com Rita Muianga o orçamento é desenvolvido anualmente, mas também tem um plano a longo prazo que cobre o perído do mandato.

"A equipa do Conselho Municipal prepara o plano e o orçamento, e esses instrumentos são depois enviados para apreciação da AM que é o órgão que representa a comunidade".

Competências do governo local

As funções e competências dos municípios estão estabelecidos na Lei Base das Autarquias (Lei 2/97) e respeitam os interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações, nomeadamente desenvolvimento económico e social local; meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida; abastecimento público; saúde; educação; cultura, tempos livres e desporto; polícia da autarquia; urbanização, construção e habitação.

A tabela catorze, abaixo resume as funções das diferentes autoridades responsáveis por fornecer serviços, e as áreas sombreadas referem-se às funções do governo local.



A educação é uma preocupação central para as autarquias locais.

Photo: Eduardo Namburete

Trabalho dos Municípios

Tabela 14: Funções do governo local em Moçambique

	Autoridade provedora			
Funções/Poder	**Central**	**Provincias**	**Distritos**	**Municípios**
ADMINISTRAÇÃO GERAL				
Polícia	*			
Bombeiros	*	*		
Justiça criminal	*			
Justiça civil	*			
Recenseamento eleitoral	*			
EDUCAÇÃO				
Pré-escola		*		*
Primária	*			*
Secundária	*			
Técnica e vocacional	*	*		
Ensino superior	*			
Educação de adultos	*	*		
BEM-ESTAR SOCIAL				
Creches		*		*
Casas de asílio	*			
Segurança social	*			
SAÚDE PÚBLICA				
Cuidados primários	*	*		*
Hospitais	*	*		
Protecção sanitária	*			
HABITAÇÃO E PLANEAMENTO URBANO				
Habitação	*			*
Planeamento urbano	*	*	*	*
Planeamento regional	*	*		
TRANSPORTES				
Estradas	*	*	*	*
Transportes	*	*		
Estradas urbanas	*		*	*
Portos	*	*	*	
Aeroportos	*	*		

Funções/Poder	Central	Provincias	Distritos	Municípios
AMBIENTE E SANEAMENTO PÚBLICO				
Água e saneamento	*		*	*
Recolha de lixo	*		*	*
Cemitérios e crematórios	*		*	*
Matadouros	*			*
Protecção ambiental	*	*		*
Protecção do consumidor	*	*		
CULTURA, LAZER E DESPPORTO				
Teatro e concerto	*	*		*
Museus e bibliotecas	*	*		
Parques e espaços livres	*		*	*
Desporto e lazer	*		*	*
Instalações religiosas	*	*		
SERVIÇOS				
Serviços de gás	*	*		
Abastecimento de água	*	*	*	*
Electricidade	*	*		
ECONOMIA				
Agricultura, florestas e pesca	*			
Promoção económica	*			*
Comércio e indústria	*	*		*
Turismo	*	*		*

Trabalho dos municípios através das lentes do género

O governo local tem o potencial de fazer a diferença para a vida diária dos cidadãos - especialmente as mulheres - porque está preocupado com os serviços básicos. Todas as funções desempenadas pelos membros das AM têm uma dimensão do género. Apesar dos obstáculos que elas enfrentam, as evidências mostram que as mulheres membros das AM estão a usar o espaço que elas têm para fazer a diferença.

Educação

A educação é essencial para todas as comunidades. É importante para as mulheres porque elas é que principalmente cuidam das crianças e assumem a responsabilidade pelo seu desenvolvimento. Boas infra-estruturas educacionais (que sejam acessíveis, limpas, seguras e que funcionam bem) facilitam a carga de trabalho das mulheres em duas frentes - em termos de não terem que ser elas a fazer esta parte de ensino das crianças, assim como terem mais tempo para participarem em outras actividades enquanto os seus filhos estão na escola.

Maria Helena Langa do município de Manjacaze vê o sector da educação como uma àrea fundamental e que requer muita atenção por parte de toda a comunidade. "Temos uma preocupação muito especial em relação a tudo que concorra para a boa educação das nossas crianças". A construção de escolinhas e melhoria das condições de algumas infra-estruturas educacionais no âmbito das competências do município tem sido uma prioridade para o seu executivo.

A associação que Langa ajudou a criar conta com uma escolinha com três salas de aulas construídas com material convencional e perspectiva construir, num futuro breve, um centro internato para albergar raparigas que se vêem proibidas de estudar devido a diferentes razões, para além da construção de uma biblioteca, um refeitório e infra-estruturas para a promoção do desporto feminino.

A presidente do Conselho Muncipal de Xai-Xai nomeou de forma deliberada uma mulher para chefiar a vereação da Educação, porque acredita ser este um sector onde as mulheres têm mais sensibilidade e dedicação, e a sua administração pauta esta área como prioritária.

Cuidados de saúde primária

A saúde é uma componente fundamental para o desenvolvimento humano, e a saúde e o bem estar das mulheres estão intimamente ligados ao bem estar da família. As mulheres são as principais consumidoras dos serviços de cuidados de saúde primária por causa do seu papel reprodutivo na sociedade, e o acesso aos serviços de cuidados de saúde primária tem um impacto positivo na vida das mulheres e das suas famílias. Ao nível local isto traduz-se em clínicas ou postos de saúde dentro de uma distância razoavelmente curta para caminhar, limpos e seguros, que ofereçam serviços amigáveis e acessíveis.

Clara Ferrão, membro da AM de Maputo, que é farmacêutica de profissão, fez da área de cuidados de saúde primária uma das suas principais preocupações. Ferrão têm uma farmácia onde, para além de comercializar medicamentos, apoia a comunidade orientando as mulheres, principalmente, a buscar assistência médica nos hospitais e não recorrer a automedicação, prática comum nas comunidades mais carentes.

"Desde que eu cheguei nesta comunidade até a esta altura, vejo com muita alegria a mudança que se verifica na comunidade", diz Ferrão com ar de dever cumprido. "Era comum encontrar mulheres em casa com os seus filhos doente a espera dos maridos para lhes autorizar a ir ao hospital, e eu fui insistindo com elas que deviam trazer as crianças a mim e se fosse algo mais grave recomendava que fossem ao hospital, e hoje essas mulheres entendem o que fazer quando os filhos estão doentes".

HIV e SIDA

O HIV e SIDA em Moçambique é uma das grandes procupações em matéria de saúde, com uma prevalência de 11%, colocando o país no grupo dos mais infectados ao nível da região e do mundo. A nível mundial as estatísticas mostram que mais mulheres que homens tem sido infectadas pelo virus do HIV devido as desigualdades das relações de poder entre as mulheres e os homens, que também contribui para que as mulheres não sejam capazes de negociar o sexo seguro e o uso do preservativo. A situação em Moçambique segue o mesmo padrão, as mulheres são mais infectadas e mais afectadas pelo HIV e SIDA, pois para além da infecção, toda a carga de cuidar dos doentes e dos órfãos recai sobre elas.

Os entrevistados ao nível do Município da Beira foram muito incisivos na questão do HIV e SIDA tendo referido que as mulheres têm muito contributo a dar ao nível do governo local para a mitigação do impacto do HIV/SIDA em pessoas infectadas, afectadas assim como vulneráveis, com maior destaque para as Crianças Órfãs e Vulneráveis.

Importa recordar que o Município da Beira, um dos principais corredores de desenvolvimento de Moçambique, é também um dos principais pontos de concentração de casos de HIV e SIDA, e o executivo municipal e a AM têm destacado este problema nas suas discussões.

Um dos pontos que foi destacado pelos entrevistados naquele município foi a questão da discriminação que as pessoas vivendo com o HIV e SIDA têm sofrido, principalmente as mulheres, o que leva a que muitas pessoas infectadas não se exponham e nem procurem assistência médica temendo serem reconhecidos na comunidade, e por via disso serem discriminados. O papel que os membros da AM nesta circunstância é de promover acções de educação e sensibilização das pessoas para a eliminação da estigmatização das pessoas vivendo com o HIV e SIDA ou seus familiares.

Habitação

Numa sociedade onde historicamente os homens sempre tiveram o direito exclusivo de ter casa e terras, a distribuição igual e justa de terra tem um enorme potencial de mudar as vidas das mulheres. A possibilidade de as mulheres poderem ser proprietárias de terras e casa significa que elas não mais precisarão de ser dependentes dos homens para a sua acomodação e protecção para si e para os seus filhos. A participação das mulheres nas comissões responsáveis pela deliberação sobre a alocação de terrenos é crucial para garantir que as mulheres sejam consideradas nesses processos.

"As mulheres devem ter direito a aquisição de casa e terreno porque isso vai lher garantir alguma segurança e independência para tomar as suas próprias decisões", disse uma mulher membro da AM de Cuamba, para quem "ter casa é sinal de poder e as mulheres têm de ganhar esse poder para serem efectivamente emancipadas".

Estradas e transportes

A legislação do governo local define as competências municipais rodoviárias como incluindo: gestão e manutenção de estradas que fazem parte das redes urbanas e rurais, com excepção das estradas primárias e secundárias; coordenação com a Admnistração Nacional de Estradas (ANE) relativamente a estradas primárias e secundárias que cruzam a área municipal; financiamento de estradas e infra-estruturas de estradas urbanas conexas; introdução de portagens para utilização de estradas e infra-estruturas conexas dentro da sua jurisdição; e concessões de exploração de estradas sob a sua jurisdição.

E com relação ao transporte a legislação atribui poderes às autarquias para fornecer e regular o



Transportes publicos, uma preocupacão constante. *Photo: Luis Muianga*

transporte colectivo que funciona exclusivamente dentro de território municipal. As autarquias têm também poderes para licenciar o transporte público urbano de passageiros e carga. Transporte público é transporte que não é classificado como privado, i.e. fornece serviços a várias pessoas segundo roteiros e horários previamente estabelecidos.

As mulheres são potenciais usuárias das estradas e transportes daí que uma atenção especial deve ser prestada nas decisões que se tomam em relação a este sector. Um transporte regular e eficiente pode facilitar as várias tarefas que as mulheres têm a desenvolver ao longo do dia, nomeadamente chegar mais cedo a casa e ter a oportunidade de preparar as refeições e ter tempo para acompanhar o desenvolvimento dos filhos na escola e repouso. Como referiu Clara Ferrão, a questão do transporte tem sido um dos principais constrangimentos para as mulheres que trabalham, pois uma vez que este não é eficiente, as mulheres chegam a casa sempre tarde e ainda têm que fazer todas as tarefas de casa e dormem pouco o que interfere sobremaneira no seu desempenho profissional.

"Nós insistimos muito nesta questão do transporte porque as mulheres sofrem muito. Chegam sempre tarde a casa correndo todos os riscos de serem assaltadas no caminho, porque têm que andar à noite falta de transporte", disse Ferrão.

Água e Saneamento

A água e saneamento são indiscutivelmente dois serviços básicos indispensáveis em qualquer município. A falta de acesso a água potável e infra-estrutura de saneamento tem efeitos desastrosos na saúde da comunidade bem como na segurança das mulheres que são as pessoas que carregam o fardo de providenciar água e saneamento para as famílias, mas que quando esses assuntos são discutidos as mulheres não são consultadas.

Estima-se que apenas 35.7% da população tenha acesso a água limpa, mas há diferenças significativas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais (não há dados disponíveis que correlacionem o acesso a água limpa e saneamento e o sexo do chefe do agregado familiar). Pensa-se que 57.7% das famílias urbanas e peri-urbanas têm acesso a água limpa, comparado com apenas 26.4% da população rural. Nas áreas rurais, a maioria das mulheres percorrem até meia hora até chegar à fonte de água mais próxima.
A lei-quadro municipal estabelece apenas que as autarquias estão incumbidas do investimento público nos sistemas municipais de abastecimento de água. No entanto, e em contraste, a legislação específica do sector da água, aprovada no contexto da reforma e restruturação política para permitir a delegação da gestão dos sistemas públicos de abastecimento de água ao sector privado, estabelece a transferência da gestão dos sistemas de abastecimento de água em benefício dos municípios. No entanto, esta transferência de sistemas geridos por particulares ainda não teve lugar e os municípios não estão ainda a exercer os poderes correspondentes.

A nível nacional, a responsabilidade pela drenagem das águas de superfície, incluindo a gestão administrativa e financeira dos serviços e a manutenção e funcionamento das infraestruturas, está cometida ao Estado ou às autarquias e pode ser delegada a terceiros. O Decreto 33/06 estabelece a transferência para as autarquias das competências relacionadas com o planeamento e implementação de investimentos e a gestão de equipamentos de suporte dos sistemas municipais de drenagem e o tratamento de resíduos líquidos urbanos e águas de superfície. Não obstante este instrumento legal e a política implícita de descentralização das funções de

recolha de esgotos para as autarquias, as instituições estatais, nomeadamente o Ministério das Obras Públicas e Habitação (MOPH) e as suas direcções provinciais, continuem a intervir directamente na resolução dos problemas do saneamento básico urbano.

Em todos os municípios pesquisados, a questão da água e saneamento tem sido mencionado com bastante recorrência, o que significa que de todos os problemas que afectam os municípios, a questão da água é o principal constrangemento, e este é frequentemente mencionado pelas mulheres.

Recolha de lixo

A questão da recolha de resíduo sólidos é uma questão de saúde ambiental, e mais uma vez, que afecta mais as mulheres devido ao seu papel reprodutivo na sociedade, e por serem as responsáveis pelas questões domésticas tais como cozinhar e limpar. A falha no tratamento destas questões de saúde por parte do município pode ser detrimental para a saúde de toda a comunidade.

A intervenção de entidades do Estado na área da gestão dos resíduos sólidos é da responsabilidade do Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental *(MICOA)* e é dirigida, entre outros aspectos, à preparação e publicação de regulamentos, licenciamento de instalações ou locais de armazenagem ou eliminação de lixos e fiscalização do cumprimento com os regulamentos.

Em geral, o quadro legal do saneamento básico, e em particular no que se refere à gestão de resíduos sólidos urbanos, remete para as autarquias as atribuições e competências relacionadas com a remoção de lixo, limpeza pública e investimentos associados ao tratamento e eliminação de lixos. Consequentemente, os municípios são responsáveis pela recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos não perigosos, utilizando para tal os meios, métodos e processos de recolha apropriados, com base nas necessidades técnicas de cada situação, de modo a garantir condições de higiene para que não sejam postos em risco a saúde pública e o ambiente.

Em paralelo a questão do abastecimento de água, a questão do lixo é bastante levantado pelas mulheres nos vários municípios visitados, apelando para que os executivos municipais olhem para estas áreas com particular atenção. Vários dos intervenientes nas discussões de grupos focais nos municípios levantaram a preocupação com o lixo, e as mulheres mostravam-se mais preocupadas sobre o assunto, pelas razões antes mencionadas.

Cemitérios e crematórios

Os cemitérios têm uma função muito importante nas comunidades. Mas por causa da extrema pobreza, familas existem que não conseguem comprar um caixão para enterrar os seus entes queridos, chegando a abandoná-los nas morgues. Existe um grande risco de saúde quando os corpos são abandonados nas morgues por muito tempo, o que muitas vezes força os serviços de saúde a enterrar os corpos em valas comuns. Os membros das AM têm que liderar com essas preocupações reais. Como mencionamos anteriormente, vários membros das AM são abordados pelos seus constituintes para pedir ajuda para a aquisição de caixões ou outras despesas inerentes a realização dos funenrais.

De acordo com o quadro legal, o planeamento, investimento e gestão de cemitérios públicos é uma competência municipal básica. Neste contexto, o sepultamento de defuntos só é permitido em cemitérios constituídos e autorizados pela autarquia.

Para além de garantir que os cemitérios municipais obedeçam a padrões estabelecidos em termos de saúde pública e segurança, não há uma base concreta de intervenção por parte de entidades do Estado, a nível central ou local, na organização e funcionamento dos cemitérios locais.

As mulheres, que são as que cuidam das famílias, inclusive nos momentos de mortes, precisam de serem encorajadas a levar os corpos dos seus ente queridos às morgues ou providenciar os entenros dentro de curto espaço de tempo para evitar os riscos de saúde que podem advir da manutenção dos defuntos nas residências.

Mercados

Com o alto nível de desemprego entre as mulheres, os mercados informais tem um potencial de atrair mais as mulheres. As mulheres seriam melhor empoderadas através da disponibilização de espaços organizados, limpos e seguros para elas desenvolverem as suas actividades comerciais.

Uma das principais competências dos municípios em matéria de infra-estruturas, é o investimento público em mercados e feiras. Esta competência cabe exclusivamente às autarquias e não é partilhada com qualquer outra entidade pública. A maioria dos regulamentos relativos a mercados consta, ou deve constar, de posturas municipais. As autarquias constroem e são responsáveis pela manutenção e funcionamento dos mercados, geralmente recuperando os custos de funcionamento através de taxas pagas pelos vendedores, com base em tarifas aprovadas a nível local.

"O problema do comércio informal é sério e chega a colocar a vida das mulheres em risco porque muitas vendem mesmo nas bermas da estrada e qualquer acidente por perto pode ser fatal", disse Rabeca Matane da Cidade de Maputo.

Para além das competências acima descritas, relacionadas com os mercados formais, os municípios têm vindo a efectuar o licenciamento e inspecção de actividades comerciais praticadas em bancas de rua e por vendedores ambulantes. Essas competências estão designadas para serem formalmente transferidas para os municípios, de acordo com o Decreto 33/06.

Conclusões

Este capítulo destaca alguns dos desafios enfrentados pelas mulheres para exercer as funções de legisladores e fiscalizadores, e até implementar algumas acções ao nível das comunidades onde residem ou estão adstritas. Os exemplos neste capítulo ilustram como as mulheres membros das AM têm feito as suas intervenções nas várias áreas de interesse da comunidade, desde a educação, saúde, habitação até os mercados.Muitas das intervenções espelhadas neste capítulo são intervenções de carácter prático das mulheres, que respondem às necessidades reais e práticas do dia a dia. Embora isto seja importante, estas intervenções não abordam as causas da marginalização das mulheres na comunidade e por isso não alteram o estatuto das mulheres. O que os municípios precisam começar a reflectir é sobre como sair das intervenções práticas para intervenções mais estratégicas que têm uma possibilidade real de transformar as vidas das mulheres comuns.

DO PRÁTICO PARA O ESTRATÉGICO



Tarefas variadas, pontos fortes da mulher. *Photo: Luis Muianga*

Questões conceptuais

Como foi abordado nos capítulos anteriores, a pesquisa encontrou muitos exemplos de intervenções práticas que os membros das AM estão a fazer e que estão a ter impacto nas necessidades práticas das mulheres na comunidade mas não necessidades estratégicas.

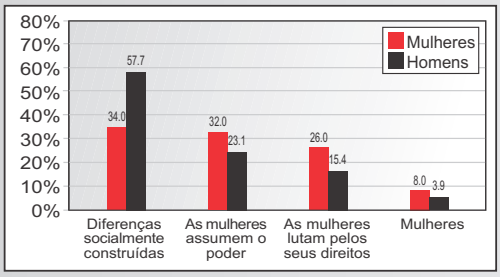
Moser (1993:39-40) descreve as necessidades práticas e estratégicas como:

As necessidade práticas do género são as necessidades que as mulheres identificam nos seus papéis socialmente aceites na sociedade. As necessidades práticas não desafiam a divisão do trabalho por género ou a posição de subordinação das mulheres na sociedade, embora surjam delas. As necessidades práticas do género são uma resposta a uma necessidade imediata percebida, identificada dentro de um contexto específico. Elas são práticas na sua natureza e muitas vezes preocupadas com as condições de vida impróprias, tais como fornecimento de água, cuidados sanitários e emprego. Assim, por exemplo, quando as mulheres pobres recebem empréstimos e preferem máquinas de costura a comprar terra e começar um negócio agrícola, esta opção satisfaz uma necessidade prática imediata de gerar rendimentos dentro de um espaço seguro. Mas isto não desafia o status quo ou começa a bordar as necesidades estratégicas das mulheres para começarem a partilhar o controlo sobre os recursos económicos que tradicionalmente têm estado nas mãos dos homens, recursos esses que são a base da criação da grande riqueza.

As necessidades estratégicas de género são as necessidades que as mulheres identificam por causa da sua posição de subordinação em relação aos homens na sociedade. As necessidades estratégicas do género variam de acordo com contextos específicos. Elas estão relacionadas com a divisão do trabalho por género, poder e controlo e podem incluir assuntos como direitos legais, violência doméstica, salários iguais e controlo sobre os seus corpos. Satisfazer as necessidades estratégicas de género ajuda as mulheres a alcançar maior igualdade. Muda também os papéis existentes e portanto desafia a posição de subordinação das mulheres.

É importante entender o termo género de modo a entender as diferentes necessidades e como elas podem ser abordadas. Os membros das AM em Moçambique mostraram baixo entendimento do significado de género comparado aos membros das AM nos quatro paises estudos de caso (Lesotho, Maurícias, Namíbia e África do Sul).

Como é que os membros das AM entendem o termo género



Os membros das AM foram solicitados a escolher qual das quatro definições de género achavam ser a mais correcta: mulheres lutando pelos seus direitos; diferenças socialmente construídas entre mulheres e homens; e mulheres assumindo o poder.

Na generalidade, metade dos entrevistados escolheram a definição de género convencionalmente aceite (diferenças socialmente construídas entre mulheres e homens) mas mais homens (58%) que mulheres (34%) escolheram a resposta correcta. A segunda resposta mais comum foi "mulheres assumindo o poder" com mais mulheres (32%) que homens (23%) que escolheram esta como o significado de género.

Estes dados estão muito abaixo do constatado no estudo original At the Coalface que revelou que a generalidade de 76% de todos os membros das AM escolheu as diferenças socialmente construídas entre mulheres e homens, também com mais homens (79%) que mulheres (73%) a escolheram a resposta correcta.

Abordagens do género

Existem várias abordagens diferentes do género dentro do trabalho de qualquer organização. Essas abordagens variam desde o esquecimento à enfatização do papel das mulheres para abordagens mais conscientes do género que colocam ênfase quer no empoderamento das mulheres assim como na mudança de attitudes dos homens.

Cegueira do género

Na abordagem da cegueira do género, todos os seres humanos são vistos como iguais. Esta abordagem, de longe a mais comum, decreta que existe um conjunto de leis e normas universais que deveriam ditar a forma como a sociedade é organizada. A abordagem ignora o facto de que o campo de jogo não está nivelado para as mulheres, especialmente para certas categorias de mulheres. Na África do Sul e Namíbia, o mesmo argumento pode ser utilizado para a questão da raça. A não ser que essas discrepâncias sejam reconhecidas e incluídas nas políticas e programas, o legado histórico continuam a ser perpetuado com poucas mudanças.

Específico às mulheres

A abordagem específica às mulheres vê as mulheres como uma categoria especial, necessitando de um tratamento especial de modo a ganhar igualdade com os homens.

Existem duas variantes para esta aordagem:

- A abordagem do bem estar vê as mulheres como uma categoria isolada que precisa de uma contribuição física - comida, intervenções de fertilidade (tais como controlo de natalidade) etc. Essas necessidades estão relacionadas com os papéis de género construídas das mulheres e o seu estatuto inferior na sociedade. As mulheres são consideradas como dependentes dos seus parceiros masculinos ou membros da família ou do Estado. Esta abordagem não olha para o desmantelamento do sistema que oprime as mulheres. Se esta abordagem fôr assumida isoladamente vai piorar a falta de empoderamento das mulheres a longo prazo, uma vez que ela ignora as suas capacidades intelectuais e culturais, as suas criatividades individuais e senso de responsabilidade.



As mulheres também podem. *Photo: Eduardo Namburete*

- A abordagem de *igualdade de oportunidades* coloca o enfoque na criação de oportunidades para as mulheres entrarem nas esferas da autoridade, poder e controle. Justiça e equidade são vistos apenas como catalizadores com os quais se entra no domínio masculino sem necessariamente mudar o status quo em termos de relação de poder, idéias e valores dominantes. Esta abordagem quer as mulheres engajadas nas actividades masculinas num mundo masculino. A abordagem vai mais pelos números - meter as mulheres - sem muita preocupação com o que acontece depois. Assume também que as mulheres, pela virtude do seu sexo, estão conscientes do género ou que automaticamente vão representar os interesses das mulheres. A transformação do género é assumida em como vai acontecer "quando as mulheres entrarem na Fortaleza do poder" (2005:9).

Consciência do género

A abordagem da consciência do género não olha para as mulheres e homens isoladamente, mas nas relações entre eles; como é que as sociedades estão estruturadas em termos de género, e o impacto dessas relações sobre toda a sociedade. Ela explora a subordinação das mulheres e homens, e analisa como é que esta relação tem impacto sobre todos os aspecto da vida e da sociedade. A abordagem reconhece as diferenças em termos de contexto, ambiente económico e político. Uma perpectiva do género que está preocupada com o garantir uma anáise do género com relação às políticas, programas, estratégias de planificação e avaliação. Ela olha fundamentalmente na transformação das relações de poder desigual e mudança da sociedade (2005:10).

Em *Beyond Numbers (Para além dos Números)* Meintje escreve:

> Incorporar género pode simplesmente significar integrar as mulheres no topo sem confrontar as questões fundamentais da igualdade do género. A vontade política dentro dos partidos políticos deve ser encorajada pelas políticos feministas que por seu turno devem, ao mesmo tempo, prestar contas e serem apoiadas pelos lobbies da sociedade civil. A agenda da transformação de um grupo de políticos feministas é o que assegura que as políticas e legislação ultrapassa a simples presença de uma massa crítica de mulheres. O perigo é que esses políticos feministas não ficam para sempre. O factor importante parece ser a relação entre os parlamentares e os movimentos femininos e ONGs comprometidos com a transformação do género. Isto exige um compromisso de garantir que as organizações de mulheres continuam a trabalhar juntas. O desafio é assegurar que isso aconteça. (2005:236)



Depois do trabalho, é momento de celebrar. *Photo: Eduardo Namburete*

Lista de verificação do género para o governo local

Os imprevistos na incorporação do género tem levado a que alguns activistas do género peçam que se repense esta abordagem. Argumenta-se que prestando-se um serviço marginal à incorporação do género, os governos têm efectivamente assegurado que o género esteja em todo o lado e em lugar nenhum.

Uma consequência dolorosa da incorporação do género para as ONGs ligadas ao género é que as agencias financiadoras estão dando menos dinheiro a essas ONGs a favor da "incorporação" do género no trabalho de todas as ONGs. Os planos nacionais e estratégicos para assegurar que os departamentos assumem a responsabilidade pelo género são muitas vezes citados pelos governos como evidência de que o género tem estado a "ser tratado".

Porém, a rota alternativa, de alocar o género dentro de estruturas específicas como ministérios da mulher, com pequenas alocações orçamentais e pouca influência sobre os outros ministérios, tem feito com que o género seja marginalizado. Cientes dos criticismos da incorporação do género, mas na ausência de uma alternativa credível, este estudo assume o ponto de vista de que ao nível local e todos os outros níveis, todas as estruturas na sociedade devem se esforçar para garantir que o género seja integrado no seu trabalho. O estudo avalia desta forma até que ponto a incorporação do género esta a ter lugar no governo local contra um conjunto de parâmetros que cobre um amplo espectro do trabalho no governo local.

Quadro para política do género

Em teoria, se existisse verdadeiramente incorporação do género numa organização, não haveria necessidade de uma política específica de género. Porém, até que isso aconteça, é importante que todas as organizações tenham uma política de género.

As políticas de género devem ser informadas por documentos tais como a Constituição, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Declaração da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) sobre Género e Desenvolvimento. O primeiro teste de quão efectivo é ter uma política de género específica na condução da incorporação do género, é se o género faz parte da missão, visão, código de ética, princípios orientadores ou quasquer outros documentos que definem e guia uma organização.

Transformação institucional

Numa esfera de governação como o governo local, as instituições incluem dirigentes eleitos e nomeados. Os eleitos constituem a estrutura de governação. O nível em que esta estrutura apresenta o equilíbrio e sensibilidade do género é uma medida óbvia de incorporação do género.

Ao nível administrativo, a incorporação do género refere-se a uma gama de medidas administrativas que precisam de ser tomadas para garantir que as políticas de recrutamento e promoção não discriminam as mulheres, indirectamente ou directamente; a criação de um ambiente de trabalho que é amigável a família e livre de assédio sexual; bem como a reorientação da cultura de uma instituição - a sua linguagem e práticas - para uma que encoraja o melhor em ambos homens e mulheres.

Planificação

Uma efectiva incorporação começa com o nível em que as considerações de género são integradas na

planificação e nos processos de consultas que tem lugar durante a planificação. As políticas de género que não estejam ligadas aos principais instrumentos de planificação, sejam quais forem em cada país, são menos prováveis de serem levadas a sério no trabalho da organização.

Programas e projectos

O teste mais importante da incorporação do género é o nível em que a consciência do género é reflectido nos produtos da organização. Ao nível programático isto é reflectido na selecção das áreas do programa. Porque as mulheres tem sido historicamente prejudicados, uma abordagem é garantir que as necessidades específicas das mulheres sejam abordadas através de programas que tem como alvo específico as mulheres. Porém, isto não deve ser feito em prejuízo da garantia de que as mulheres beneficiem igualmente dos projectos existentes, ou beneficiem mais, como forma de corrigir as desigualdades existentes.

Sistema de gestão do género

Em todo o mundo, as organizações tem achado necessário instituir o que o Secretariado da Commonwealth chama de Sistema de Gestão do Género (GMS) para garantir que a incorporação do género tome lugar. Isto consiste em:

- ***Estruturas:*** Os mecanismos institucionais são fundamentais para garantir que a incorporação do género ocorra. Deve-se tomar cuidado para assegurar que essas estruturas não são marginalizadas, e que elas não sejam consideradas como apenas de interesse dos recursos humanos ou assuntos institucionais internos, mas se extendam para os sectores de formulação de políticas, planificação e implementação da instituição. A responsabilidade pela incorporação do género deve ser partilhada por todos, e especialmente conduzida a partir do nível superior de gestão, enquanto se assegura que a responsabilidade específica e especialidade são revestidos numa Unidade do Género (UG) ou (em organizações pequenas) um Ponto Focal do Género (PFG) empoderado para exercer funções transversais.

- ***Monitoria e avaliação:*** A única maneira de medir o impacto do género das políticas, leis e fornecimento de serviços é ter indicadores de género como parte de um sistema de monitoria e avaliação. Esses por sua vez podem apenas ser significativos se a organização manter estatísticas regulares, correctas e actualizadas desagregadas por género. Essas estatísticas devem ir para além de quantos homens e mulheres estão empregadas pela organização (geralmente a estatística mais disponível em qualquer organização) para dados desagregados por género para beneficiários.

- ***Orçamentação do género:*** Outra medida útil na incorporação do género é a alocação de recursos. A estatística relacionada com género mais fácil de se identificar em qualquer orçamento são os recursos alocados especificamente direccionados aos projectos de mulheres. Entretanto, tais recursos geralmente constituem apenas uma pequena porção do orçamento geral (muitas vezes não mais que cinco porcento). O mais revelador é o nível em que as mulheres beneficiam de igual dos recursos alocados para os projectos de incorporação e o nível em que esses projectos ajudam a corrigir os desequilíbrios de género, por exemplo através da promoção do acesso das mulheres às àreas de trabalho não tradicionais para as mulheres. A orçamentação do género refere-se não apenas as despesas inscritas para as mulheres, mas também a uma análise de todo o orçamento sob ponto de vista do género.

- ***Criação da capacidade:*** Enquanto o PFG e a UG precisam de ter habilidades de análise de género profundos, é importante que todos os membros da organização tenham a habilidade e conhecimentos para identificar, reconhecer e abordar questões de género no seu trabalho e no local de trabalho. O mais ideal é que tais formações não deveriam acontecer apenas uma vez, deveriam fazer parte da agenda geral de transformação da organização.

Políticas e estratégias

Em toda a África Austral, o termo "incorporação do género" é relativamente novo. Enquanto que o conceito tem sido levantado regularmente nos círculos de desenvolvimento ao nível nacional, existem poucas políticas ou instrumentos que abordam directamente o assunto ao nível local. Esta secção analisa o quadro de política no qual a incorporação do género toma lugar através da revisão dos instrumentos que existem ao nível internacional, regional e nacional que se referem directamente a incorporação do género ao nível local.



Legislação internacional e regional

De entre os instrumentos internacionais e regionais, existe apenas um que se pode encontrar nesta pesquisa que tem uma relevância para o governo local. É a ***Declara o Mundial sobre as Mulheres no Governo Local*** da União Internacional do Governo Local (IULA) que afirma que:

As mulheres têm direito a acesso igual aos serviços do governo local, bem como o direito de serem tratadas de igual nesses serviços e serem capazes de influenciar a iniciação, desenvolvimento, gestão e monitoria dos serviços. O fornecimento de serviços tais como educação, segurança social e outros serviços sociais pelo governo local deviam procurar ver as mulheres e os homens igualmente responsáveis pelos assuntos relacionados com a família e a vida pública, e evitar perpetuar os esteriotipos das mulheres e homens.

As mulheres e homens têm direito igual às condições de vida ambientais melhores, habitação, distribuição de água e infra-estrutura sanitária, bem como transporte público acessível. As necessidades e condições de vida das mulheres devem ser dados visibilidade e tomados em conta em todos os momentos da planificação.

As mulheres têm direito a igual acesso ao território e espaço geográfico do governo local, desde o direito de ter propriedade de terra, ao direito de se movimentar livremente e sem medo nos espaços públicos e nos transportes públicos.

O governo local tem um papel a jogar na garantia dos direitos reprodutivos das mulheres e dos direitos das mulheres a serem livres da violência doméstica e outras formas de violência e abuso físico, psicológico e sexual.

O ***Protocolo da SADC sobre G nero e Desenvolvimento*** recentemente adoptado não faz referência específica ao governo local mas contém artigos de relevância directa para as mulheres ao nível comunitário, tais como sobre saúde, educação, recursos produtivos, emprego e violência baseada no género. A popularização do Protocolo está sendo feita nas Maurícias e está a provar ser uma ferramenta efectiva para elevar a consciência sobre os assuntos do género e informar as mulheres ao nível comunitário, que no passado foram excluídas desses processos, sobre quais são os seus direitos e previlégios.

Estratégia do género ao nível nacional

O Governo de Moçambique aprovou em 2006 a Política de Género e Estratégia da sua Implementação, com o objectivo de desenvolver de forma integrada as principais linhas de actuação, visando a promoção da igualdade de género, o respeito pelos direitos humanos e o fortalecimento da participação da mulher no desenvolvimento do país.

O documento, aprovado pelo Conselho de Ministros, na sua V Sessão de Março de 2006, explicita que no domínio político pretende-se garantir o gozo de oportunidades iguais entre homens e mulheres, a participação e o acesso aos órgãos decisórios, contribuindo para a elevação do estatuto da mulher.

A política do género assenta na aplicação da justiça social como garante do gozo das liberdades fundamentais do homen e da mulher, sem discriminação, focalizando o equilíbrio do género em todos os extractos da sociedade moçambicana; no reconhecimento e respeito dos direitos humanos e no facto de que a equidade entre homem e mulher deve conduzir a acções específicas de melhoramento do estatuto de género a todos os níveis, com observância da diversidade cultural que caracteriza a sociedade moçambicana. Assenta também na luta pela eliminação de preconceitos e práticas que estejam baseadas na idéia de superioridade ou inferioridade de qualquer dos sexos, ou funções esteriotipadas de homens e mulheres impedindo o desenvolvimento e a adopção de uma abordagem integral do género como uma categoria de análise, planificação e avaliação das questões de desenvolvimento.

A política de género aprovada pelo governo não faz menção específica ao governo local, mas a Estratégia de implementação menciona, no domínio político, a garantia *do gozo de oportunidades iguais entre homens e mulheres, a participação e acesso aos órgãos decisórios, contribuindo para a elevação do estatuto da mulher.* O governo se propõe a incentivar uma maior participação das mulheres na política e acesso à posições de influência na sociedade. Propõe-se também a desenvolver uma política sensível ao género que visa garantir a introdução da perspectiva do género na concepção e análise de políticas e, em programas de desenvolvimento sustentável que respondam às necessidades e esforços de homens e mulheres em todos os sectores de actividade.



Activistas do género traçando estratégia. *Photo: Eduardo Namburete*

Existem sinais claros e evidentes do esforço que o Governo de Moçambique desenvolve no sentido de abordar as questões do género de forma mais sistemática e estratégica, porém, a fraca popularização deste instrumento faz com que poucos membros das AM tenham conhecimento do mesmo.

Políticas de género e incorporação ao nível dos municípios

Ao nível dos municípios o género não é tratado de forma sistemática, havendo apenas menções sempre relacionadas a outras abordagens. Mas alguns municípios já iniciaram um movimento no sentido de desenharem políticas e estratégias do género, ou implementar a política e estratégias do género nacionais.

O Município de Manjacaze é um exemplo desses municípios que embarcaram neste movimento. Embora não tenha desenvolvido uma política de género específica, o género consta como uma das áreas prioritárias das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LED) definidas, nomeadamente: (1) vencer o desafio do desenvolvimento; (2) um novo paradigma do Municipio - afirmar o município; (3) promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável; (4) desenvolver a coesão e a justica social; (5) potenciar a competitividade. É, portanto, na IV LDE que está preconizado o que o Município da Vila de Manjacaze vai fazer durante o mandato (2009-2013) sobre o género.

De maneira geral, num documento de 29 páginas, o Município de Manjacaze propõe-se, no seu Plano Estratégico, a promover a mulher e a justiça social, bem como a valorizar as questões de género e cidadania.

De acordo com o Plano Estratégico, a promoção da inclusão social continuará a ser uma prioridade de primeira linha, para o Municipio, na base do reconhecimento dos direitos socias como dimensão fundamental da cidadania contemporênea.

O Município, refere o documento, prosseguirá o seu empenho numa política social multifacetada, que promova a igualidade de oportunidades, e valorize o papel da família como estrutura básica da sociedade; que promova a inclusão das pessoas mais vulneráveis, nomeadamente as crianças, as mulheres e os idosos.

"O Município promoverá acções que visam melhorar as questões do género e potenciar a todos para uma melhor qualidade de vida", lê-se no Plano Estratégico do Município de Manjacaze (pág.5).

Em termos de projecções, com a finalidade de assegurar a viabilização da questão de género, o Plano Estratégico preconiza o "desenvolvimento de uma rede social, ao nível local, assim como a mobilização da comunidade, para o combate das diversas formas de exclusão social (...). O estabelecimento de parcerias, efectivas e dinâmicas, de modo a garantir uma maior eficácia nas respostas sociais, abrindo portas a novas formas de luta contra a exclusão social (...)".

O Município de Manjacaze prevê, ainda, dentre outras, (1) promover acções que visem melhorar as questões de género, para o resgate da auto-estima das mulheres, em coordenação com todos os parceiros; (2) sensibilizar para uma maior participação da rapariga, nas escolas, bem como promover campanhas de alfabetização da mulher; (3) promover programas que visem uma maior participação da mulher, em lugares de tomada de decisão e; (4) providenciar o apoio às mulheres vítimas da violência doméstica, sobretudo, a sua reinserção social, além de sensibilizar a sociedade para os problemas decorrentes da violência doméstica.

Conclusões

Este capítulo começa por definir alguns conceitos e abordagens chave do género para tratar a questão do género, incluindo o sistema de gestão do género. A pesquisa mostra que as políticas e programas de género não existem de forma sistemática nos municípios em Moçambique. Enquanto o governo elaborou uma política de género e estratégia da sua implementação, esta ainda não é de conhecimento de todos os membros das AM, aqueles que representam o povo ao nível local.

As evidências mostram que a incorporação do género não ocorre por si só. Se não existem políticas formais e programas, a questão do género é tratada de forma exporádica e de forma ad hoc, se é que é tratada. Se não existe um sistema de gestão do género para garantir que o género esteja a ser efectivamente considerado em todas as actividades que são desenvolvidas, e se não existe monitoria e avaliação, então a probabilidade de o género não ser tratado é maior.

Um aspecto encorajador é que o país tem uma política do género e estratégia para a sua implementação, com indicadores e metas. O que se requer é que esses instrumentos sejam popularisados ao nível local, acompanhado de formação sobre o género e capacitar os membros das AM para abordarem a questão do género de forma mais compreensiva e sistemática.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES



Olhando para o futuro com esperança. *Photo: Trevor Davies*

Os capítulos anteriores detalham as constatações deste estudo, que são resumidas a seguir:

Principais constatações

As mulheres estão sub-representadas em todas as áreas do governo local: Embora Moçambique esteja acima da média regional de 23.5% de representação feminina

ao nível do governo local, as mulheres continuam muito abaixo dos homens, com 35.5% no governo local, colocando o país em quarto lugar, abaixo de Lesotho, Namíbia e África do Sul. Estão ainda menos representadas como presidentes de municípios, como membros e presidentes das comissões.

O sistema eleitoral tem efeitos positivos nas mulheres: Moçambique adopta o sistema de representação proporcional (RP), que tem sido amplamente reconhecido como sendo mais aberto para a participação das mulheres, uma vez que os eleitores votam nas listas dos partidos e não nos indivíduos, como acontece nos sistemas First Past the Post (FPTP). Por deliberação dos partidos, as mulheres podem ser colocadas em lugares elegíveis nas listas de candidatura e a probabilidade de elas serem eleitas é maior.

Os partidos políticos têm um papel importante: Sendo os guardiões da entrada das mulheres na política, os partidos políticos jogam um papel muito importante na participação das mulheres. Como foi observado anteriormente, a maioria dos partidos políticos, e todos os que estão representados no parlamento destacam a questão do género nos seus manifestos, e têm estruturas específicas das mulheres nos seus estatutos. Os partidos políticos têm demonstrado esforços no sentido de assegurar a presença das mulheres nos órgãos de decisão a todos os níveis.

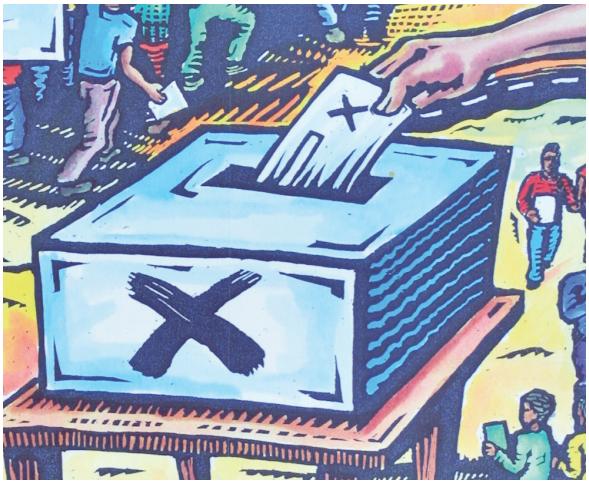


Photo: Trevor Davies

As quotas ajudam: Moçambique não tem o sistema de quotas legislado, mas os partidos políticos assumiram voluntariamente estabelecer quotas para as mulheres, o que certamente tem contribuido para os elevados índices de representação ao nível dos órgãos eleitos. O estudo constatou que a maioria dos membros das AM, mulheres e homens, acreditam que as quotas são importantes para a elevação da representação de mulheres no governo local. Porém, alguns insistiam que as quotas deveriam ser acompanhadas por um processo de formação e capacitação das mulheres membros das AM, para que elas possam participar de forma efectiva.

Cultura e socialização: A maior parte das mulheres identificaram a cultura e socialização como a sua maior barreira para o acesso e participação na política local. As barreiras culturais mencionadas referem-se às crenças de que as mulheres devem se ocupar dos deveres de cuidar da família, filhos e maridos, e que a responsabilidade de trabalhar e prover o sustento da família bem como participar da vida pública/política é dos homens.

A Educação limita a participação: O grau de instrução não é requisito para a entrada na política ou no governo local, mas é uma limitante para a participação efectiva de muitas mulheres. 20% das mulheres membros das AM indicaram que a fraca escolarização tem sido a sua segunda maior barreira para a sua participação efectiva no governo local. Sabendo que os instrumentos de trabalho, e todo o processo legislativo em Moçambique é fundamentalmente conduzido na língua portuguesa e que requer a leitura de documentos, a falta de abilidades para a leitura constitui uma desvantagem.

Mas os números fazem a diferença: Uma questão recorrente nas entrevistas e nas discussões dos grupos focais foi de que enquanto as mulheres forem poucas nos órgãos de decisão, o seu impacto continuará a ser muito pouco. Os membros das AM indicaram que é difícil para as mulheres mudarem as instituições e as políticas quando elas continuam uma minoria.

As barreiras podem ser superadas: Ao mesmo tempo que existem barreiras que as mulheres devem superar, muitos membros das AM entrevistadas destacaram alguns factores que lhes têm possibilitado superar as barreiras e serem mais efectivas. Esses incluíam: experiência, enraizamento (exposição política e no trabalho), apoio da família, colegas, organizações da sociedade civil) e a capacitação.

Os homens podem ser mobilizados: Nenhum dos homens membros das AM assumiu abertamente uma resistência à participação das mulheres nas AM. Pelo contrário, no geral todos os homens entrevistados, quer membros das AM assim como as pessoas da sociedade civil que participaram nas discussões dos grupos focais, mostraram-se abertos para a participação das mulheres no governo local. O que é necessário é mobilizá-los e trazê-los a mesa para que eles possam passar do simples encorajamento para um apoio às mulheres mais concertado.

As necessidades estão a ser abordadas apenas ao nível prático: Muito do que tem sido feito ao nível local é tratar das questões práticas das mulheres. Embora isto seja importante, porque trata das questões básicas e fundamentais, há a necessidade de se abordar as questões das mulheres de uma forma mais estratégica que possa trazer ganhos para as mulheres a longo prazo.

Não existem estratégias para abordar as questões do género ao nível local: Nenhum município que fez parte deste estudo tem uma política do género. Embora haja uma política nacional do género e estratégia da sua implementação, ao nível local este instrumento não está popularizado, e é muito pouco conhecido.

Recomendações

As principais recomendações que emergiram deste estudo são as seguintes:

Aprendendendo dos outros países da SADC: Moçambique é membro da SADC e signatário do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, recentemente adoptado pelos Chefes de Estado. Este protocolo requer uma representação de 50 porcento de mulheres em todos as posições de tomada de decisão até 2015. O protocolo propõe também o uso de medidas de acção afirmativa para se alcançar esta meta. Moçambique tem dado passos significativos nesta direcção, mas poderia avançar mais no sentido de passar da actual situação em que as quotas são voluntárias para uma situação em que as quotas para as mulheres são legisladas.

Popularizar o Protocolo da SADC: O protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento tem o potencial de fazer mudanças significativas nas vidas das mulheres, através da abordagem das questões que continuam a marginalizá-las nas suas comunidades. O governo local é o lugar apropriado para começar a popularizar o protocolo para que as mulheres tomem consciência dos instrumentos que existem para proteger os seus direitos.

Desenvolver e implementar uma estratégia de género para o governo local e políticas de género ao nível das AM: Devia-se desenvolver uma estratégia de género para o governo local a partir da Política

Nacional de Género, e descer para o desenvolvimento de políticas ao nível das AM.

Incorporação do género e planos de acção: Uma vez desenvolvido uma política e estratégia de género para os governos locais, os membros das AM devem ser formados sobre como incorporar o género para que eles possam desenvolver os seus próprios planos de acção de como vão abordar as questões do género em todo o seu trabalho.

As comunidades devem ser educadas: A educação cívica sobre o papel dos membros das AM será benéfica para ambos os membros das AM e as comunidades. Para os membros da comunidade será bom para que eles fiquem a conhecer quais são as responsabilidades dos membros das AM, e em quê eles devem ser cobrados explicações. E para os membros das AM será útil no sentido de que pelo menos as expectactivas irealistas que os membros da comunidade têm em relação aos membros das AM irão reduzir e não terão efeitos sobre como a comunidade os entende e os avalia. É importante também que a comunidade seja educada sobre a importância da participação das mulheres no governo local, e a importância de apoiá-las durante as eleições e depois de serem eleitas.

Mecanismos de apoio: É importante que se estabeleçam alguns mecanismos de apoio às mulheres que estão a entrar pela primeira vez na política. Fazer o acompanhamento dos novos membros das AM pelos membros mais experientes pode ajudar a que o processo de aprendizagem seja mais fácil e mais rápido, isto beneficiaria a própria AM porque os novos membros estaria enquadrados e mais eficientes em pouco tempo. Uma formação específica para os novos membros das AM poderia ajudar a entender os procedimentos e o funcionamento das instituições relevantes para o governo local. Para as mulheres em particular, o desenvolvimento de um directório de pessoas e instituições que podem procurar para receber apoio sobre assuntos de mulheres, seria muito útil.

Anexo A LISTA DOS ENTREVISTADOS

Apelido	Nome	Município	Província	Sex		Partido
				M	H	
Mondlane	Luis Dimes	Manjacaze	Gaza	✗		Frelimo
Muhate	David jaime	Manjacaze	Gaza	✗		Frelimo
Bule	Simão	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
Mutombene	Ofelia Timoteo	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
L.	Gracy	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
Mazine	Regime Judas	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
Langa	M	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
Muchaya	Laura	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
Moyone	Gloria	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
Mhabetse	Mante Flora	Manjacaze	Gaza		✗	Frelimo
Mavingo	Milagosa	Xai -Xai	Gaza		✗	Frelimo
Silue	Alcime Jose	Xai -Xai	Gaza		✗	Frelimo
Nonhifere	Celana Gaide	Xai -Xai	Gaza		✗	Frelimo
Khau	Emmando Lover	Xai -Xai	Gaza		✗	Frelimo
Bonto	Marie Carlos	Xai -Xai	Gaza	✗		Renamo
Asome	Abdul	Xai -Xai	Gaza	✗		Frelimo
Mlanze	Gasfar Allento	Xai -Xai	Gaza	✗		Frelimo
Manifuile	Alda	Chibuto	Gaza		✗	Frelimo
Cochava	Isabel	Chibuto	Gaza		✗	Frelimo
Silve	Loila Albindo	Chibuto	Gaza		✗	Frelimo
Machawa	Ofeles	Chibuto	Gaza		✗	Frelimo
Anane	Franscisco	Chibuto	Gaza	✗		Frelimo
Macuacup	Adao	Chibuto	Gaza	✗		Frelimo
Tchaifur	Joas Adiomo	Chibuto	Gaza	✗		Frelimo
Jealoveli	Lidia	Chibuto	Gaza		✗	Frelimo
Mahommed	Buanar	C. Maputo	Maputo	✗		Frelimo
Matana	Rebeca	C. Maputo	Maputo		✗	Renamo
Benito	Rita	C. Maputo	Maputo		✗	Frelimo
Muchanga	Xavier	C. Maputo	Maputo		✗	Frelimo
Sitoi	Evelina Antonio	C. Maputo	Maputo		✗	Renamo
Souza	Ana Margarida	C. Maputo	Maputo		✗	Frelimo
Fererão	Clara Paula	C. Maputo	Maputo		✗	Frelimo
Machaieie	Alberto	C. Maputo	Maputo	✗		Renamo
Saica	Isabel	Beira	Sofala		✗	Renamo
Kiagem	Catrina Mafze	Beira	Sofala		✗	Renamo
Jorome	Helene Bate	Beira	Sofala		✗	GDB
Bancel	Felipe	Beira	Sofala		✗	Frelimo
Moimongo	Tadeu	Beira	Sofala	✗		GDB
Lenuz	José Monteiro	Beira	Sofala	✗		Renamo
Selueder	Raimundo	Beira	Sofala	✗		Frelimo
Maichangege	Ilda	Beira	Sofala		✗	Frelimo
Maera	Fernando	Nampula	Nampula	✗		Renamo
Machava	António	Nampula	Nampula	✗		Frelimo
Lampaies	M.	Nampula	Nampula	✗		Frelimo
Panel	Natália	Nampula	Nampula		✗	Renamo
Forge	Lúcia	Nampula	Nampula		✗	Renamo
Ncwilake	Eufrásia Rosa	Nampula	Nampula		✗	Renamo
Abdala	Techa Chadeimba	Nampula	Nampula		✗	Frelimo
Madeba	Maria Teresa	Nampula	Nampula		✗	Frelimo
Sebastiano	Mariana	Nampula	Nampula		✗	Frelimo
Fernando	Faustino	Cuamba	Niassa	✗		Frelimo
Pedro	Jose	Cuamba	Niassa	✗		Frelimo
Palstoae	Adelino	Cuamba	Niassa	✗		Renamo
Naula	Madalena Francisco	Cuamba	Niassa		✗	Renamo
Mauno	Ana Irene	Cuamba	Niassa		✗	Frelimo
Hamela	Anita Alfredo	Cuamba	Niassa		✗	Frelimo
Muacuveia	Lúcia	Cuamba	Niassa		✗	Renamo
Miguel	Ana Maria	Cuamba	Niassa		✗	Frelimo
Maviha	Hortêncio Jaime	Marrupa	Niassa	✗		Frelimo
Gimno	Fernando	Marrupa	Niassa	✗		Frelimo
Femare	Christina	Marrupa	Niassa		✗	Frelimo
Daniel	Elisa	Marrupa	Niassa		✗	Frelimo
Fimas	Rosalina	Marrupa	Niassa		✗	Frelimo
Logan	Verónica	Marrupa	Niassa		✗	Frelimo
Marcelimo	Catarina	Marrupa	Niassa		✗	Frelimo
Wiriamu	Bonifácio	Marrupa	Niassa	✗		Frelimo
Nicaia	Zamalade Chaibo	Metangula	Niassa		✗	Frelimo
Malunga	Margarida	Metangula	Niassa		✗	Frelimo
Pedro	Adeline Rosa	Metangula	Niassa		✗	Frelimo
Mtambarila	Florida H	Metangula	Niassa		✗	Frelimo
Muthembalica	Lúcia	Metangula	Niassa		✗	Frelimo
Micaia	Armando	Metangula	Niassa	✗		Frelimo
Serafim	Rachide	Metangula	Niassa	✗		Frelimo
Comacoma	Jaime Jona	Metangula	Niassa	✗		Frelimo

LISTA DE REFERÊNCIAS

Atkinson, D (2006) Local Government, Local Governance and Sustainable Development: Getting the parameters right, HSRC Publishers.

Beall, J (1996) Urban governance: Why gender matters, UCLG

Britton, H (2003), From Resistance to Governance: South African Women's Transformation of Parliament, unpublished: p 219.

Dahlerup D (1991), From a small to a large minority, women in Scandinavian politics quoted in Virginia Willis, "Public life: Women Make a Difference", Paper for the Expert Group Meeting on the Role of Women in Public Life, DAW, Vienna: p.10.

DAW (2000), Public life: women make a difference, in "Women 2000", No 2, 1992: p.5.

Evertzen, A (2001) Gender and Local Governance, SNV - Netherlands Development Organisation

FES (2005) Gender and Local Government, Occasional Paper, p. 9, FES

Inter-Parliamentary Union (2000) Politics: Women's Insight, IPU, Geneva.

International Union of Local Authorities (IULA) (1998) Worldwide Declaration on Women in Local Government, Harare

Lowe-Morna, C (ed) (2004), Ringing up the Changes: Gender in Southern African Politics, Gender Links

Lowe-Morna, C. and Tolmay (eds) (2007), At the coalface: Gender and Local Government in Southern Africa, Gender Links

Litvak, J. and Seddan (1999), Decentralization Briefing Notes, World Bank.

Meintjes, S (2005) South Africa: Beyond Numbers in "Women in Parliament Beyond Numbers", IDÉIAS, p. 236.

Moser, C. (1993) Gender Planning and Development: Theory, Practice and Training. Routledge, London and New York.

Mtintso, T (1999), Making: A Conceptual Framework in Women in Politics and Decision Making in SADC: Beyond 30 % in 2005", SADC: p35-52

SARDC, WIDSAA (1998), Beyond Inequalities, Women in Zimbabwe, SARDC, WIDSA

World Bank (1999), Panchayats as Inclusive Organisations, World Bank p14.

Asdi (2007), Para uma Igualdade de género em Moçambique, Asdi

Nuvunga, A. (Ed) (2005), Multiparty Democracy in Mozambique: Strenghts, weakenesses and Challenges, EISA.

Conselho de Ministros (2006), Política de Género e Estratégia da sua Implementação, CM

Estatutos

Constituição da República de Moçambique
Lei Base das Autarquias - Lei 2/97
Política de género e Estratégia da sua Implementação
Estatutos da Associção Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAM)
Estatutos do partido Frelimo
Estatutos do partido Renamo
Estatutos do partido MDM

Sítios da internet

Partido Frelimo:	www.frelimo.org.mz
Partido Renamo:	www.renamo.org.mz
Associação Nacional dos Municípios de Moçambique:	www.anamm.org.mz

GÉNERO E GOVERNAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL



Principais metas no Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento

Artigo 5: Acção afirmativa

- Os Estados Partes deverão decretar medidas de acção afirmativa, com referência particular às mulheres, tendentes a eliminar todas as barreiras que as impeçam de participar de forma significativa em todas as esferas da vida e criar um ambiente propício a tal participação.

Artigo 12: Representação

- Até 2015, pelo menos 50% dos cargos decisórios nos sectores público e privado deverão ser ocupados por mulheres.

- Qualquer medida tomada (para aumentar a participação) legislativa ou outra, deverá ser acompanhada de campanhas de sensibilização pública que demonstrem a importância da representação e participação igual de mulheres e homens em cargos decisórios, e que isto é vital para a democracia, boa governação e cidadania.

Article 13: Participação

- Os Estado Partes deverão adoptar políticas, estratégias e programas para permitir a igualdade de participação das mulheres e homens na tomada de decisão.



gender links

Danida

UKaid
from the Department for International Development